



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTU SENSU* EM PSICOLOGIA SOCIAL**  
**DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

Bruno Yoshio Hara

**Processos identitários em tempos de Pandemia da COVID-19:**  
**Negritude, Homoafetividade e Justiça**

São Paulo

2023



**Bruno Yoshio Hara**

**Processos identitários em tempos de Pandemia da COVID-19:  
Negritude, Homoafetividade e Justiça**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social sob a orientação da Profa. Dra. Cecília Pescatore Alves.

**São Paulo – SP**

**2023**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -  
Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

H254 Hara, Bruno Yoshio  
Processos identitários em tempos de Pandemia da  
COVID-19: Negritude, Homoafetividade e Justiça / Bruno  
Yoshio Hara. -- São Paulo: [s.n.], 2023.  
125p ; cm.

Orientador: Cecília Pescatore Alves.  
Dissertação (Mestrado)-- Pontifícia Universidade Católica  
de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em  
Psicologia: Psicologia Social.

1. Processos identitários. 2. Negritude. 3.  
Homoafetividade. 4. Justiça. I. Alves, Cecília  
Pescatore. II. Pontifícia Universidade Católica de São  
Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia:  
Psicologia Social. III. Título.

CDD

**Bruno Yoshio Hara**

**Processos identitários em tempos de Pandemia da COVID-19:  
Negritude, Homoafetividade e Justiça**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Psicologia Social.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

Profa. Dra. Bader Burihan Sawaia – PUC-SP  
Profa. Dra. Cecília Pescatore Alves – PUC-SP  
Profa. Dra. Diane Portuguezis – PUC-SP

**AGRADECIMENTO A AGÊNCIA DE FOMENTO E RECONHECIMENTO DE APOIO  
AO PROJETO DE PESQUISA  
(CNPQ)**

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico (CNPQ).

This study was financed in part by the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

Número de Processo: 131704/2021-4

Período: 01/08/2021 a 31/07/2023

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha gratidão à todas as pessoas que contribuíram para a realização desta dissertação de mestrado. Sem o apoio e incentivo dessas pessoas, nada disso seria possível. Agradeço à Deus, minha mãe Cida, meu pai Armando, minha avó Glória, e aos meus amigos Gustavo, Junior e Nathalia que me acompanham, fortalecem e me inspiram para seguir em frente. Vocês são essenciais em minha vida.

Agradeço especialmente à minha orientadora, Professora Dra. Cecília Pescatore Alves, por toda dedicação, paciência, afeto, acolhimento e orientações ao longo destes anos. Sua presença é primordial em meu processo de metamorfose.

Agradeço especialmente também à banca examinadora, Professora Dra. Bader Burihan Sawaia, Professora Dra. Diane Portugueis, Professora Dra. Maria da Graça Marchina Gonçalves e Professora Dra. Suelen Cristina de Miranda, por todo acolhimento, orientações e por dedicarem seu tempo e expertise na avaliação desta dissertação. Suas contribuições enriqueceram este trabalho e me proporcionaram uma visão mais ampla e crítica sobre o tema.

Minha eterna gratidão à Profa. Dra. Regina Fiedler por todo o apoio, inspiração e motivação, agradeço também ao Prof. Dr. Salvador Antonio Mireles Sandoval, e ao Ms. Cláudio José Cobianchi pelos ensinamentos, bem como a todas as pessoas que compõem o NEPIM (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade Metamorfose) por todo o acolhimento realizado, e por compartilharem suas experiências e conhecimentos ao longo dessa jornada acadêmica. Suas discussões, conversas e ideias foram fundamentais para aprimorar meu entendimento sobre diversos assuntos, assim como para tornar essa jornada mais enriquecedora e inesquecível.

Agradeço ao *Henrique*, coautor do capítulo de análise da narrativa de história de vida, pela participação, contribuição e confiança, assim como aos meus amigos de curso, Fiori, Matheus, Leandro, Felipe, Gustavo, Paula, Cláudio, Elena, Kaynã, Juracy, Mahasiãh, Henrique, Gabriela, Yasmin, San, Yuri, Luciene e Marlene por toda a solidariedade e companheirismo. Agradeço à Izabella, à Tamires, ao Daniel, bem como a todas as professoras, professores, familiares, amigos, colegas e instituições que contribuíram, direta e indiretamente, para o desenvolvimento deste trabalho. Minha gratidão a todas as pessoas que, de alguma forma, fizeram parte desta caminhada e auxiliaram a realizar este sonho. Muito obrigado!

## RESUMO

Esta investigação é um projeto específico que contempla o Projeto Institucional de Pesquisa: “Impactos Psicossociais e Tecnologias Sociais em territórios vulnerabilizados no contexto dos efeitos da pandemia” da chamada CNPq e MCTI nº 25/2020. Tratar acerca dos Processos identitários em tempos de pandemia da COVID-19: Negritude, Homoafetividade e Justiça, demonstra-se ser primordial diante da complexidade das realidades sociais atuais. Deste modo, tem-se como escopo compreender o processo de constituição da identidade de um jovem negro homoafetivo universitário, bem como seu movimento performático (metamorfose ou reposição) de personagens expressas no processo de identidade, identificar as políticas de identidade expressas pelo sujeito e sua relação com o processo de identidade-metamorfose, identificar e relacionar as mudanças e desafios conflitantes à emancipação, sob influência da pandemia da COVID-19, período no qual ocorreram impactos significativos na sociedade brasileira, que se diversificam conforme o indivíduo e seu contexto social, de maneira a se destacar, além do risco à vida, a desigualdade social, os efeitos na educação e na saúde mental da população. Tem-se também como escopo identificar estratégias de superação das condições dialéticas materiais contraditórias apresentadas. Utiliza-se o método de narrativa de história de vida e projeto futuro, no qual possibilita a compreensão do processo de constituição de identidade através da análise das experiências do narrador. Considerando a noção dialética entre a totalidade e partes, por meio da teoria da Identidade-Metamorfose, demonstra-se que indivíduo traz consigo uma narrativa única, com sentidos de experiências de vida que impactam na constituição de sua identidade, cujo processo constante de transformação é influenciado por diversos fatores sociais, culturais e históricos. Desta forma, foi possível também observar acerca das possibilidades da conquista de fragmentos emancipatórios com a superação de limitações e das condições objetivas existentes em determinadas épocas de sua vida, cujas questões giram em torno de suas relações familiares, bem como seus relacionamentos amorosos, seus problemas de saúde, seus estudos, seu trabalho, a pandemia da COVID-19, e fatores interseccionais, como questões relacionadas às políticas identitárias, identidades pressupostas, classe social, negritude e a homoafetividade. Em síntese, abordar acerca da negritude e homoafetividade é também explanar sobre seus direitos, suas lutas constantes, resistências, violências suportadas, e buscas de igualdade e justiça social, diante disso, demonstra-se ser necessário tratar a respeito da Justiça brasileira, bem como indagar sobre o real cumprimento das normas jurídicas em vigor.

**Palavras-chave:** Processos identitários. Negritude. Homoafetividade. Justiça.

## ABSTRACT

This investigation is a specific project which contemplates the Research Institutional Project: "Psychosocial impacts and Social Technologies in vulnerable territories in the context of the effects of pandemic" from the so called CNPq and MCTI no. 25/2020. Discussing about the Identity Processes during the COVID pandemic: Blackness, Homoaffectivity and Justice, shows up to be fundamental in face of the complexity of the current social realities. Thereby, the scope of this research consists in understanding the identity constitution process of a young black homoaffective university student, as well as its preformistic movement (metamorphosis and replacement) of the characters expressed in the process of identity, identify the identity policies expressed by the subject and its link with the process of identity-metamorphosis, identify and relate the conflicting changes and challenges towards emancipation under the influence of the COVID-19 pandemic, a period during which significant societal impacts took place in Brazilian society, which varied according to the individual and their social context, it is noteworthy that, beyond the risk to life, social inequality, effects on education, and the mental health of the population have been prominent. As well as identifying strategies of overcoming the contradictory material dialectic conditions shown up. The method used is the narratives of life stories and future project, which enables the comprehension of the identity constitution process through the analysis of the narrator experiences. Considering the dialectic conception between totality and parts, through the theory of Identity-Metamorphosis, it is shown that the individual carries a unique narrative, with meanings of life experiences that impact his identity constitution, in which the process of constant transformation is influenced by several social, cultural and historical factors. Thereby, it was also possible to observe the possibilities of achieving emancipatory fragments, with the overcoming of limitations and the existing objective conditions in different times of the life of the individual, whose issues surround his family relationships, as well as his love relationships, his health problems, his studies, his job, COVID pandemic, and intersectional factors, like matters related to identity policies, presupposed identities, social class, blackness and the homoaffectivity. In summary, approaching blackness and homoaffectivity is also to explain about his rights, his constant struggles, resistances, violences faced and searches for equality and social justice. By that means, it's necessary to discuss about the Brazilian Justice, as well as to reflect about the real enforcement of legal norms in force.

**Keywords:** Identity Processes. Blackness. Homoaffectivity. Justice.

## SUMÁRIO

|                                                                                                    |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....                                                                            | 9   |
| <b>1 TEORIA DA IDENTIDADE-METAMORFOSE</b> .....                                                    | 13  |
| 1.1 O SINTAGMA IDENTIDADE-METAMORFOSE-EMANCIPAÇÃO .....                                            | 13  |
| 1.2 O MÉTODO DE NARRATIVAS DE HISTÓRIA DE VIDA E PROJETO DE FUTURO .....                           | 23  |
| <b>2 O JOVEM NEGRO HOMOAFETIVO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19</b> ..... | 26  |
| <b>3 NEGRITUDE, HOMOAFETIVIDADE E JUSTIÇA BRASILEIRA</b> .....                                     | 54  |
| <b>4 ANÁLISE</b> .....                                                                             | 71  |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....                                                                | 114 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....                                                                           | 116 |
| <b>APÊNDICE</b> .....                                                                              | 123 |

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação é um projeto específico que contempla o Projeto Institucional de Pesquisa: “Impactos Psicossociais e Tecnologias Sociais em territórios vulnerabilizados no contexto dos efeitos da pandemia” da chamada CNPq e MCTI nº 25/2020, no qual engloba a elaboração de pesquisas que buscam incentivar o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação idiossincráticas com a solução de problemas da população que vive em vulnerabilidade na sociedade brasileira.

Vale elucidar que este autor que vos escreve é advogado, psicólogo e mediador de conflitos, e tal trajetória possibilitou diversas reflexões e considerações acerca deste trabalho. Inicialmente ao deparar com o tema do projeto proposto ao mestrado foi possível compreender o quanto seria desafiador, de maneira a ser instigado e motivado para escrever sobre tais questões, principalmente pela relevância do tema em consonância com o tema Justiça. De modo que, esta relação é acrescentada a problematização da investigação proposta.

Considerar acerca dos desafios dos processos identitários de um jovem negro homoafetivo estudante universitário em tempos de pandemia da COVID-19, morador da zona leste do Estado de São Paulo, é a oportunidade para compreender o processo de formação de sua identidade, bem como os diversos fatores que se correlatam. Para alcançar esse objetivo, recorre-se ao embasamento teórico da Psicologia Social Crítica, e em sua abordagem perante as problemáticas sociais, como uma maneira de analisar suas estruturas.

O sujeito interativo da concepção sócio-histórica constitui-se na relação, mas não é constituído pelo outro apenas. Assim a produção de significados é fundamental, mas, além de significar, o sujeito vivencia, experimenta, age e, nesse sentido, tem uma sua subjetividade. A redução semiótica, encontrada em algumas abordagens da Psicologia, embora pareça valorizar a relação, a construção social, na verdade cria uma realidade sem o sujeito. Nesse sentido, a Psicologia Sócio-histórica recupera uma ideia de um sujeito com uma essencialidade processual e histórica. (Gonçalves, 2007, p. 73).

Desta maneira, diante da necessidade da realização de uma análise crítica, é relevante evidenciar que Sawaia (2009) afirma o propósito da Psicologia Social de estar presente na análise de questões sociais, e utilizar-se do saber militante e

engajado para atuar em comunidades, movimentos sociais, políticas públicas e outras ações coletivas.

[...] a partir dos pressupostos da Psicologia Sócio-histórica, se reconhece a existência, na atualidade de um duplo desafio: enfrentar, como faz o pensamento pós-moderno, os limites da modernidade, avançando na compreensão integral do sujeito e da subjetividade; e enfrentar os riscos da pós-modernidade de se perder, juntamente com as críticas, as referências que podem dar sustentação a um conhecimento historicamente significativo sobre sujeito e subjetividade. A proposta da Psicologia Sócio-histórica, a partir da afirmação da historicidade do homem e de todos os processos humanos, é recuperar a afirmação do sujeito como histórico e recorrer à teoria e ao método que fornecem esse referencial para avançar a sua compreensão. (Gonçalves, 2007, p. 73).

. Desta forma, este trabalho inicia-se com a elucidação a respeito da Teoria da Identidade-Metamorfose, de modo a ser tratado acerca do Sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação.

Posteriormente é tratado sobre o método de Narrativas de História de Vida e Projeto de Futuro, o qual é utilizado para identificar os sentidos de experiências de vida que impactam na constituição de sua identidade. Em seguida, são mencionados alguns aspectos gerais que podem impactar na vida de um jovem negro homoafetivo estudante universitário em tempos de Pandemia da COVID-19. Ocorre que situações como dificuldades financeiras, aquisição de recursos, tendo como exemplo a dificuldade de acesso à tecnologia e à internet, afetaram muitos estudantes universitários. No entanto, estes jovens podem enfrentar desafios adicionais durante a pandemia da COVID-19, tendo como exemplo a discriminação e o preconceito em relação à sua identidade e orientação sexual.

É necessário estabelecer uma articulação teórica-epistemológica-metodológica durante a investigação e a ação no cotidiano, mantendo um compromisso social. Isso envolve abordar e buscar superar os desafios para a conquista de fragmentos emancipatórios presentes no contexto social do Brasil. Deste modo, para contextualizar do problema de pesquisa é necessário que haja uma contemplação do racismo como fenômeno social relacionado intrinsecamente com a formação de subjetividade, bem como compreender sobre a homoafetividade, em seus aspectos específicos referentes ao referido tema.

É importante ressaltar que, durante a pandemia da COVID-19, foi possível observar diversos impactos significativos na saúde mental de alguns jovens, tendo como exemplos o risco de adoecimento, risco de morte, o isolamento social, a

incerteza em relação ao futuro, entre outros, assim, esta realidade pandêmica tem sido um grande desafio para a sociedade, e os jovens negros homoafetivos estudantes universitários não são exceção.

Deste modo, é possível observar a necessidade de se investigar como esses jovens lidaram com a pandemia e como essa situação tem afetado sua identidade e trajetória acadêmica, de maneira a tratar também a respeito das políticas de identidade e identidades políticas.

Nas palavras de Ciampa (1992) [...] Afirma o autor que as políticas de identidade se revelam através das ações e ideologias dos grupos e coletividades (movimento feminista, movimento negro, movimento gay, e muitos outros, bem como machismo, paternalismo, religiões, torcidas organizadas, etc). As atividades por um lado buscam e/ou tentam conquistar ou manter uma hegemonia e por outro buscam e/ou lutam por emancipação. [...] Já as identidades políticas se referem à condição de sujeito e de autonomia, ou seja, pessoas que desenvolveram um pensamento próprio. (Alves, 2017).

Em seguida é abordado acerca da negritude, homoafetividade e a justiça brasileira, posto que, por meio desta, busca-se compreender as lutas constantes, resistências, e buscas de igualdade e justiça social destas populações, de modo a serem temas fundamentais relacionados também no que concerne à garantia de seus direitos. Conforme Diniz (2005), em sentido próprio, Justiça é a virtude da convivência humana, ou seja, de dar a cada um o que lhe é devido, segundo uma igualdade simples ou proporcional, exigindo, portanto, uma atitude de respeito para com os outros, dando-lhes aquilo a que tenham o direito de ter ou de fazer.

O processo de construção de uma teoria de identidade tem evidenciado grande parte das patologias sociais e individuais da contemporaneidade: xenofobia, racismo, fundamentalismo, relações de ódio e intolerância às diferenças, que podem ser compreendidas como resultado dos processos de imposições biopolíticas de identidades, sob a forma de reconhecimento. [...] O que se evidencia é que no século XXI os dispositivos da biopolítica assumem uma posição de controle importante da população, na medida em que se revela em um conjunto de estratégias e instrumentos, especialmente os próprios deste século (redes sociais), que regem o controle do corpo, a saúde, as ideias, a subjetividade, enfim a dinâmica da população. (Alves, 2021, p. 21)

Ante o exposto, nota-se a relevância da promoção da justiça social a todas as pessoas, evidenciando-se a necessidade de se proporcionar a conscientização, educação, assim como a criar políticas públicas, e leis que protejam as pessoas de

todas as formas de discriminação, ou seja, deve-se combater estes graves problemas sociais que afetam pessoas em todo o mundo, de modo a serem tratadas com respeito e dignidade, independentemente de sua identidade de gênero, orientação sexual e raça.

O percurso analítico e sistemático, portanto, tem o sentido de tornar possível a objetivação de um tipo de conhecimento que tem como matéria prima opiniões, crenças, valores, representações, relações e ações humanas e sociais sob a perspectiva dos atores em intersubjetividade. Desta forma, a análise qualitativa de um objeto de investigação concretiza a possibilidade de construção de conhecimento e possui todos os requisitos e instrumentos para ser considerada e valorizada como um construto científico (Minayo, 2012, p. 626).

As ações derivadas de um compromisso ético e crítico, baseado nos princípios delineados pelos movimentos da Psicologia Social Crítica, conforme destacado de maneira relevante por Lima e Junior (2014), manifestam uma intenção de se aproximar e de evitar neutralidade diante do contexto de estudo. Isso reflete um comprometimento com a geração de conhecimento através de uma abordagem estratégica voltada para a aprimoramento das condições de vidas sociais.

A posteriori é realizada a análise da narrativa de história de vida e projeto de futuro de Henrique, um jovem negro homoafetivo estudante universitário em tempos de pandemia da COVID-19, na qual é possível compreender o processo de constituição de sua identidade, influenciada por diversos fatores sociais, culturais e históricos, bem como as possibilidades da conquista de fragmentos emancipatórios. Ulteriormente com o propósito de realizar o encerramento, sintetizar e apresentar reflexões, esta dissertação finaliza-se por meio das considerações finais.

## 1 TEORIA DA IDENTIDADE-METAMORFOSE

*“Identidade é metamorfose, e metamorfose é vida.”*

**Antônio da Costa Ciampa**

Este autor que vos escreve inicia este trabalho, por meio dos estudos relacionados à Psicologia Social Crítica, com a reflexão indagada nos trabalhos de Ciampa (1987), através da pergunta, *“Quem é você?”*. Para responder tal pergunta é relevante que se compreenda acerca da Teoria de Identidade, relativa ao Sintagma Identidade – Metamorfose – Emancipação, ou seja, entender o processo de produção de identidade.

### 1.1 O SINTAGMA IDENTIDADE-METAMORFOSE-EMANCIPAÇÃO

Primeiramente, é relevante mencionar que conforme Ciampa (1987), *“identidade é metamorfose, e metamorfose é vida”*, e, com esta afirmação, é possível perceber que metamorfose se refere a mudança, e, conseqüentemente a identidade também se trata de uma transformação constante.

A forma mais simples, habitual e inicial é fornecer um nome, um substantivo; se olharmos o dicionário, veremos que substantivo é a palavra que designa o ser, que nomeia o ser. Nós nos identificamos com nosso nome, que nos identifica num conjunto de outros seres, que indica nossa singularidade: nosso nome próprio. Falamos “chamo-me Fulano”, sem prestar muita atenção ao fato de que, antes que eu “me chamasse Fulano”, eu “era chamado Fulano”, ou seja, nós nos chamamos da forma como os outros nos chamam. Nós nos “tornamos” nosso nome: pense em você mesmo com outro nome (não como outra pessoa, mas você mesmo com outro nome); há um sentimento de estranheza, parece que não “encaixa”. Geralmente as pessoas se sentem ofendidas quando, por qualquer motivo, trocamos seu nome; é sinal de amizade e respeito não esquecer nem confundir o nome das pessoas que prezamos. A não ser em casos excepcionais, o primeiro grupo social do qual fazemos parte é a família, exatamente quem nos dá nosso nome. Nosso primeiro nome (prenome) nos diferencia de nossos familiares, enquanto o último (sobrenome) nos iguala a eles (Ciampa, 1984, p. 63).

Deste modo, destaca-se, conforme descrito acima, que as pessoas são diferenciadas de outras pessoas, por meio do nome, e estas também são igualadas aos familiares por meio do sobrenome, Ciampa (1984, p. 63) discorre *“Diferença e igualdade. É uma primeira noção de identidade. Sucessivamente, vamos nos diferenciando e nos igualando conforme os vários grupos sociais de que fazemos*

*parte*". Pode-se dizer que o nome é uma representação da identidade, que a confirma e autentica, se tratando de um símbolo de nós mesmos, conforme dito por Ciampa (1987). No tocante aos grupos sociais também é importante mencionar que

"o conhecimento de si é dado pelo reconhecimento recíproco dos indivíduos identificados através de um determinado grupo social que existe objetivamente, com sua história, suas tradições, suas normas, seus interesses, etc". [...] "é pelo agir, pelo fazer, que alguém se torna algo: ao pecar, pecador; ao desobedecer, desobediente; ao trabalhar, trabalhador. Estamos constatando talvez uma obviedade: nós somos nossas ações, nós nos fazemos pela prática." (Ciampa, 1984, p. 64).

Diante do mencionado acima, o reconhecimento recíproco dos grupos sociais influencia no conhecimento de si mesmo, Ciampa (1984, p. 59) afirma que a *"identidade do outro reflete na minha e a minha na dele"*, tendo como exemplo de que

[...] cabe perguntar então: você é personagem do seu discurso, ou o autor que cria essa personagem, ao fazer o discurso? Se você é a personagem de uma história, quem é o autor dessa história? Se nas histórias da vida real não existe o autor da história, será que não são todas as personagens que montam a história? Todos nós eu, você, as pessoas com quem convivemos somos as personagens de uma história que nós mesmos criamos, fazendo-nos autores e personagens ao mesmo tempo. Com esta afirmação já antecipamos o que se poderia dizer caso nos consideremos o autor que cria nossa personagem; o autor mesmo é personagem da história. Na verdade, assim, poderíamos afirmar que há uma autoria coletiva da história; aquele que costumamos designar como "autor" seria dessa forma um "narrador", um "contador" de história! Ciampa (1984, p. 60).

Logo é possível refletir sobre o quanto tal indagação inicial era profunda e complexa. O autor (1984, p. 65) explana também que a resposta à pergunta "Quem sou eu?" é uma representação da identidade, afirmando que *"então, torna-se necessário partir da representação, como um produto, para analisar o próprio processo de produção"*, de modo a se destacar acerca da importância da consideração dos aspectos constitutivos de produção e suas implicações.

[...] cada posição minha me determina, fazendo com que minha existência concreta seja a unidade da multiplicidade, que se realiza pelo desenvolvimento dessas determinações. Em cada momento de minha existência, embora eu seja uma totalidade, manifesta-se uma parte de mim como desdobramento das múltiplas determinações a que estou sujeito. Quando estou frente a meu filho, relaciono-me como pai; com meu pai, como filho; e assim por diante. Contudo, meu filho não me vê apenas como pai, nem meu pai apenas me vê como filho; nem eu compareço frente aos outros apenas como portador de um único papel, mas sim como o representante de mim, com todas as minhas determinações que me tornam um indivíduo concreto. Desta forma, estabelece-se uma intrincada rede de representações que permeia todas as relações, onde cada identidade reflete outra identidade,

desaparecendo qualquer possibilidade de se estabelecer um fundamento originário para cada uma delas. Este jogo de reflexões múltiplas que estrutura as relações sociais é mantida pela atividade dos indivíduos, de tal forma que é lícito dizer-se que as identidades, no seu conjunto, refletem a estrutura social ao mesmo tempo que reagem sobre ela conservando-a ou a transformando. Ciampa (1984, p. 67).

Em consideração à citação acima, é possível destacar a relevância da compreensão da estrutura social, posto que a identidade dos indivíduos a contempla de maneira a se destacar que alguns grupos buscam o predomínio desta estrutura, enquanto outros vão em sentido de mudança e superação.

Identidade é definida como uma categoria científica, ao lado de atividade e consciência, central para a Psicologia Social. É considerada como um processo, ao qual o autor dá o nome de *metamorfose*, que descreve a constituição de uma identidade, que representa a pessoa e a engendra. A abordagem dialética da categoria permite levantar relações de aspectos individuais com aspectos sociais, políticos, econômicos, históricos, etc. Há o esforço de mostrar o indivíduo como conjunto das relações sociais dentro da História. Identidade, além de questão científica, é vista como questão política. (Ciampa, 1987, p. 243).

No que concerne aos campos de investigação, Ciampa (1987) menciona acerca de algumas influências na questão da identidade, de modo a citar Hegel, Habermas, e Marx com sua contribuição do materialismo histórico. Ciampa (1987) afirma que a atividade, consciência e identidade são três categorias fundamentais para a Psicologia Social estudar o homem, posteriormente conforme Alves (2021) em decorrência da tese de Sawaia (1987), a afetividade passou a ser considerada como uma quarta categoria, de modo a afirmar, diante disso, que “*os campos de investigação são delimitados pelas categorias atividade, consciência, identidade e afetividade, mediados pela linguagem, pensamento, emoções e afetos.*” (p. 17)

Desta forma, pode-se dizer que, diante das múltiplas determinações, podemos ser considerados como unidades da multiplicidade, ou seja, não somos portadores de um único papel, mas sim somos representantes de nós mesmos, o que reflete também a estrutura social sob a qual vivemos. De modo a ressaltar que para Ciampa (1987, p. 127) “*a questão da identidade, assim deve ser vista não como questão apenas científica, nem meramente acadêmica: é sobretudo uma questão social, uma questão política.*” Assim, no tocante à Identidade, é possível mencionar que a identidade humana se constitui histórica e socialmente numa relação dialética, de modo que, “*emerge como a síntese mediante os diversos personagens que os sujeitos assumem e os significados e sentidos a eles atrelados.* (Filho; Santos, 2016, p. 2).

Mas afinal, o que seriam esses personagens mencionados acima? Segundo Ciampa (1987/2005) é no processo de socialização que o indivíduo apreende o mundo, bem como seu lugar de pertencimento ao adquirir papéis sociais. Estes, por sua vez, são criados socialmente e impostos ao indivíduo, que ao desempenhá-los manifesta personagens, que são a manifestação no empírico, da identidade.

Em outras palavras, esta manifestação empírica da identidade, vai se constituindo ao longo da vida do indivíduo, sempre em movimento, de maneira a resultar em diversos personagens que se exteriorizam com significados e sentidos a eles atrelados. Conforme afirma Ciampa (1987, p. 157), *“identidade é história. Isto nos permite afirmar que não há personagens fora de uma história, assim como não há história (ao menos história humana) sem personagens.”*

Para o autor me represento como representante de mim mesmo ao desempenhar os papéis sociais, assumidos e decorrentes das minhas posições no contexto da sociedade. Neste processo oculto através dos papéis em desempenho, outras características de mim, possíveis de serem representadas em outros papéis sociais. De modo que, ao desempenhar papéis sociais manifesta na atividade personagens, que são a expressão da identidade. *“São múltiplas personagens que ora se conservam, ora se sucedem; ora coexistem, ora se alternam.”* (1987, p. 173)

Os estudos e conhecimento das personagens são essenciais para a compreensão do Sintagma Identidade-metamorfose-emancipação. Ciampa (1987) afirma também que sempre uma identidade é pressuposta,

[...] ou seja, sempre há a pressuposição de uma identidade; sempre uma identidade é pressuposta. Podemos até desconhecê-la, mas pressupomos sua existência. Até mesmo na pergunta sobre o recém-nascido há um ele (pronomes, no lugar do nome...) indicando a mesma pressuposição em relação àquele pequeno ser humano (Ciampa, 1987, p. 153).

A respeito da Identidade pressuposta, Ciampa (1984), postula sobre o tríplice sentido da representação, a representação de si mesmo *“[...] com uma identidade pressuposta e dada fantasmagoricamente como sempre idêntica”* (p. 69), bem como sobre a representação do indivíduo enquanto desempenha papéis, [...] *“ocultando outras partes de mim não contidas na minha identidade pressuposta e re-posta”* (p. 69) assim como a respeito da representação, na qual é reposto no presente o que o

indivíduo tem sido, de modo a encobrir o verdadeiro caráter substancialmente temporal da identidade, ou seja, pode resultar na aparência de uma não mudança.

Observa-se que referente ao item sobre a reposição no presente do que o indivíduo tem sido, quando reitera a apresentação de si, Ciampa (1987, p. 179) afirma que “aqui podemos *localizar o segredo do mau infinito (ou da má infinidade), que dá uma especificidade própria do capitalismo ao que foi chamado de identidade-mito*”. Considerando o transcrito acima é possível explanar sobre a Metamorfose, Mesmice e Mesmidade, para que seja possível compreender o referido Sintagma. Desta forma, a respeito da Metamorfose, pode-se dizer que Ciampa (1984) a define como o movimento constante, concretizado na história do vir-a-ser na tentativa de superar os limites e as condições objetivas da realidade humana.

Enquanto sobre a Mesmice, refere-se à reposição de atributos de uma personagem em uma permanente igualdade, transformando-a em mera abstração. Filho; Santos, (2016, p. 2) elucidam que [...] “*ela decorre da reposição da identidade, que pode se dar como consciente busca de estabilidade ou inconsciente compulsão à repetição*”.

Contudo, o não movimento da identidade – a não metamorfose - não só é possível, mas se concretiza na atividade sob forma de aparência, e, segundo Alves (2021, p. 20), esta “*se revela como reposição de personagens anteriores, negando o processo de transformação.*”

Em outras palavras, a mesmice, ocorre devido à reposição da personagem, que se manifesta como a síntese dos diversos personagens que os indivíduos assumem, no entanto, tal reposição de personagens anteriores, se dá apenas de forma aparente, posto que não há a possibilidade de não metamorfose, ocorrendo assim, um processo de negação de transformação.

Porém, se chega a despertar nossa atenção, se chega a ser objeto de estudo e investigação, é porque a metamorfose pode nos aparecer como não-metamorfose, como não movimento, como não-transformação. Se isso ocorrer (e, vemos, ocorre), então a verdadeira questão deve ser explicar a não-metamorfose. Ou ela é mera aparência, mera ilusão, a ser desvelada, a ser desfeita, ou ela é a (ou uma) forma de identidade, e então é real, portanto, deve ser conhecida (Ciampa, 1987, p. 148)

Vale destacar também que, segundo Ciampa, (1984), “*uma vez que a identidade pressuposta é reposta, ela é vista como dada e não como se dando num*

*contínuo processo de identificação” de modo a exemplificar que “dizemos “eu sou filho”; dificilmente alguém dirá “estou sendo filho” (p. 66).*

Daí a expectativa generalizada de que alguém deve agir de acordo com suas predicções e, conseqüentemente, ser tratado como tal. De certa forma re-atualizamos, através de rituais sociais, uma identidade pressuposta, que assim é vista como algo dado (e não se dando continuamente através da re-posição). Com isso, retira-se o caráter de historicidade da mesma, aproximando-a mais da noção de um mito que prescreve as condutas corretas, re-produzindo o social. O caráter temporal da identidade fica restrito a um momento originário – como se fosse uma revelação de algo preexistente e permanente, quando, de fato, já vimos, nos tornamos nossas predicções. Interiorizamos a personagem que nos é atribuída. Identificamo-nos com ela. É discutível o grau de liberdade que um indivíduo tem de escolher (e de ser escolhido para) uma personagem; mesmo para adultos, esse grau de liberdade (ou grau de seletividade da personagem) parece ter uma relação direta com a quantidade de poder a que a personagem dá acesso. [...] A posição de mim (o eu ser-posto) me identifica, discriminando-me como dotado de certos atributos, de predicções, que me dão uma identidade considerada formalmente como atemporal. A re-posição da identidade deixa de ser vista como simples manifestação de um ser sempre idêntico a si mesmo na sua permanência e estabilidade. A mesmice de mim é pressuposta como dada permanentemente e não como re-posição de uma identidade que uma vez foi posta (Ciampa, 1987, p. 163).

Desta maneira é possível afirmar que não é possível a não-transformação, mas sim a aparência de sua não alteração. Para explicar este fenômeno Ciampa (1987, p. 178) menciona que é o trabalho da re-posição que sustenta a mesmice, *“toda aparência é de estabilidade, ausência de movimento e de transformação: o ser estático, a identidade-mito, comandada pelo fetiche de uma personagem, com a qual nos identificamos (e somos identificados) e que nos coisifica”*. Deve-se observar também diversos fatores, tendo como exemplo a maneira como ocorre o desenvolvimento de sua identidade, diante da realidade na qual o sujeito vive.

[...] é o trabalho da re-posição que sustenta a mesmice. Outros são levados a essa situação, involuntariamente, quando seu desenvolvimento é de alguma forma prejudicado, barrado, impedido; na nossa sociedade, encontramos milhões de exemplos de pessoas submetidas a condições socio-econômicas desumanas; às vezes, mesmo com condições socio-econômicas favoráveis, milhares, talvez milhões, de pessoas são impedidas de se transformar, são forçadas a se reproduzir como réplicas de si, involuntariamente, a fim de preservar interesses estabelecidos, situações convenientes, interesses e conveniências que são, se radicalmente analisados, interesses e conveniências do capital (e não do ser humano, que assim permanece um ator preso à mesmice imposta) (Ciampa, 1987, p. 165).

Neste processo de Identidade o movimento da metamorfose é revelado por meio das mudanças de personagens. Segundo Alves (2021, p. 20), *“a síntese da*

*dialética, a negação da negação, permite compreender que a metamorfose nada mais é que estar sendo um outro outro, que também sou eu – a mesmidade*". Desta forma, a mesmidade se dá com a negação da negação do processo de transformação, de modo a consistir na alterização da identidade, conforme explanado abaixo:

Ora, a expressão do outro "outro" que também sou eu consiste na "alterização" da minha identidade, na supressão de minha identidade pressuposta e no desenvolvimento de uma identidade posta como *metamorfose* constante em que toda humanidade contida em mim pudesse se concretizar pela negação (não representar no terceiro sentido) do que me nega (representar no segundo sentido), de forma que eu possa como possibilidade e tendência, representar-me (no primeiro sentido) sempre como diferente de mim mesmo, a fim de estar sendo mais plenamente. Ou seja: só posso comparecer no mundo frente a outrem efetivamente como representante do meu ser real quando ocorrer a negação da negação, entendida como deixar de presentificar uma apresentação de mim que foi cristalizada em momentos anteriores, deixar de repor uma identidade pressuposta, ser movimento, ser processo, ou, para utilizar uma palavra mais sugestiva se bem que polêmica, ser *metamorfose* (Ciampa, 1984, p. 70). A negação da negação (como exposto) permite a expressão do outro outro que também sou eu: isso consiste na alterização da minha identidade, na eliminação de minha identidade pressuposta (que deixa de ser re-posta) e no desenvolvimento de uma identidade posta como metamorfose constante, em que toda humanidade contida em mim se concretiza. Isso permite me representar (1º sentido) sempre como diferente de mim mesmo (deixar de presentificar uma apresentação de mim que foi cristalizada em momentos anteriores, deixar de repor uma identidade pressuposta) (Ciampa, 1987, p. 181).

Sobre a alterização, Ciampa (1987, p. 184) cita que "*se quis expressar a ideia de uma mudança significativa – um salto qualitativo – que resulta de um acúmulo de mudanças quantitativas, às vezes insignificantes, invisíveis, mas graduais e não radicais*". Deve-se considerar também a respeito da temporalidade e sua relação com a concretude da identidade, conforme explicado a seguir:

Ao mesmo tempo, como o concreto é a síntese de múltiplas e distintas determinações, o desenvolvimento da identidade de alguém é determinado pelas condições históricas, sociais, materiais dadas, aí incluídas condições do próprio indivíduo. [...] Dessa maneira, a concretude da identidade é sua temporalidade: passado, presente e futuro. [...] ao conhecer a identidade como mesmice, como sempre igual a si mesma, exclui a temporalidade e, conseqüentemente, a diferença; então, a identidade deixa de ser a articulação da diferença e da igualdade (independentemente da temporalidade, ela também unidade do igual e do diferente); então deixando de ser a identidade essa articulação, ignorada essa unidade, a identidade se torna abstrata. A identidade é concreta; a identidade é o movimento de concretização de si, que se dá, necessariamente, porque é o desenvolvimento do concreto e, contingencialmente, porque é a síntese de múltiplas e distintas determinações. O homem, como ser temporal, é ser-no-mundo, é formação material. É real porque é a unidade do necessário e do contingente (Ciampa, 1987, pp. 198 -199).

Deste modo, as palavras reflexivas a seguir tratam a respeito da Identidade e seus movimentos, bem como acerca de suas possibilidades.

Alguns preferem continuar vivos na sua mesmice, para servir de pasto à rapina. Outros encontraram seus esconderijos onde as águias não os alcançam. Mas há aqueles que acham que uma vida que merece ser vivida não é nem a da carniça, nem a da caça que se esconde. Querem deixar de estar acorrentados, libertar-se dos grilhões, da opressão; querem matar a águia no seu desespero, acabar com a rapinagem. Talvez nem mesmo mata-la precisariam; bastaria inverter a prisão, acorrentar a ave e coloca-la a serviço do homem. Já roubamos o fogo dos deuses; por que não lhes roubar a águia? (Ciampa, 1987, p. 237).

É relevante mencionar que, de acordo com Dantas (2014, p. 140), os movimentos de metamorfose, postulados por Ciampa *“podem levar a fragmentos de emancipação, que proporcionam para o indivíduo maior proximidade ao desejo de “vida boa”, que Habermas (1987) define como uma vida escolhida de ser vivida de forma autônoma, por um processo de escolha não-coercitivo”*.

O tema da emancipação envolve uma série de questões, tais como a individuação, o reconhecimento, o lugar do sujeito nas práticas sociais, as mediações entre a existência dos indivíduos e a vida social, as interconexões entre formas de vida e estrutura social, os nexos entre os movimentos e as classes sociais, as diferentes formas de conflito e os limites e potencialidades de ações emancipatórias. [...] Não há como ignorar as desigualdades e conflitos, as perturbações pessoais e as patologias sociais, as barreiras à autorrealização de indivíduos e ao reconhecimento de grupos sociais os mais diversos, os fenômenos de dominação, violência, reificação e alienação existentes no mundo atual. É em face deles que a questão da emancipação ganha relevo (Almeida, 2017, p. 2).

Os fatores citados acima são essenciais para a análise de possibilidades da conquista de fragmentos emancipatórios. É necessário considerar acerca das questões de dominação e exploração social, posto que Almeida (2017, p.5), afirma que a *“emancipação implica mudanças no modo de ser e nas condições de existência de indivíduos e grupos, bem como na normatividade social”*, e ressalta que nem toda mudança na vida pessoal, tem, entretanto, um caráter emancipatório, ou seja, afirma também que *“a busca de reconhecimento, porém, não se desdobra automaticamente em emancipação. Em razão dessa incompletude, convém designarmos seus resultados positivos como fragmentos emancipatórios”*.

[...] Os pressupostos que alimentam os estudos de identidade-metamorfose-emancipação se sustentam a partir da concepção de que a realidade está sempre em processo de mudança dos ditames de controle dos grupos e dos indivíduos e que identidade necessariamente é metamorfose, mas que a emancipação não é uma inevitabilidade, e sim uma mera possibilidade (Alves, 2021, p. 32).

Diante do exposto até aqui, é imprescindível que haja a consideração, por meio de uma visão crítica, observando-se que Silva (2021, p. 44) elucida que *“crítica social não é o mesmo que opor, como o dicionário descreve, é mostrar aspectos que sejam insuficientes, contraditórios em determinado elemento e em determinada situação.”*

[...] A crítica é, efetivamente, a análise das condições, uma análise do que é o objeto como produto histórico, cultural e material. [...] o seu sentido é o da superação da dominação, logo, é o sentido da emancipação. [...] é efetivamente uma análise a partir de determinadas características e a partir de determinados pressupostos” (Silva, 2021, p. 44).

Desta forma, existem diversos aspectos que devem ser considerados, tendo como exemplos as desigualdades e conflitos, conforme descritos a seguir:

Não há como ignorar as desigualdades e conflitos, as perturbações pessoais e as patologias sociais, as barreiras à autorrealização de indivíduos e ao reconhecimento de grupos sociais os mais diversos, os fenômenos de dominação, violência, reificação e alienação existentes no mundo atual. É em face deles que a questão da emancipação ganha relevo (Almeida, 2017, p. 2).

Diante da atual realidade, indaga-se a respeito dos desafios dos processos identitários dos jovens negros homoafetivos estudantes universitários em tempos de Pandemia da Covid-19, bem como de quais maneiras buscam se proteger dos riscos de sofrerem violência, ameaças, discriminações, preconceitos e danos, em razão de todos os crimes cometidos em face desta população, destacando acerca das dificuldades de algumas pessoas em simplesmente conseguirem existir, bem como serem quem são, de maneira a influenciar em seu processo identitário.

Estudar identidade como processo de metamorfose só é possível se, ao serem captados os significados socialmente construídos e implícitos nos indivíduos, for considerado o jogo das aparências. O indivíduo é o que faz – na atividade se revela e dialeticamente se transforma continuamente ao desempenhar papéis sociais. A mutabilidade e pluralidade são características inerentes ao processo de constituição da identidade humana, mas a preocupação é com o que se oculta e com o desenvolvimento do que se mostra velado – sentido que se revela na intersubjetividade. O que se busca é, ao captar os sentidos atribuídos pelo indivíduo, compreender o movimento da identidade que se processa, na atividade empírica, enquanto personagens que se interagem dialeticamente. [...] O processo de construção de uma teoria

de identidade tem evidenciado grande parte das patologias sociais e individuais da contemporaneidade: xenofobia, racismo, fundamentalismo, relações de ódio e intolerância às diferenças, que podem ser compreendidas como resultado dos processos de imposições biopolíticas de identidades, sob a forma de reconhecimento (Alves, 2021, pp. 21-21).

O racismo, relações de ódio e intolerância, compreendidas como resultado dos processos de imposições biopolíticas de identidades, sob a forma de reconhecimento, conforme mencionados acima, são exemplos de temas que serão abordados no decorrer desta dissertação, diante de sua relevância para os jovens negros homoafetivos.

Em vista disso, no tocante à Psicologia Social, para Lane (1984), esta estuda a relação *“essencial entre o indivíduo e a sociedade, esta entendida historicamente, desde como seus membros se organizam para garantir sua sobrevivência até seus costumes, valores e instituições necessários para a continuidade da sociedade”*. Desta maneira, deve-se considerar também a respeito da estrutura social e o momento histórico vivido pelo indivíduo, sua história é um fator essencial para a compreensão de sua identidade.

Destaca-se a afirmação de Ciampa (1987, p. 125), na qual comenta em sua tese de doutorado sobre Severina, de modo a afirmar que, por meio da narrativa de sua história de vida, *“falou de nossa sociedade, de nossa época, falou de nós, falando dela”*, bem como ressalta-se que, conforme Lane (1984, p. 32), é necessário para uma compreensão mais profunda do comportamento verbal, *“analisá-lo em um contexto mais amplo considerando-se o ser humano como manifestação de uma totalidade histórico-social, produto e produtor de história.”* Tais postulações são fundamentais para a justificativa de que o método Método de Narrativas de história de vida e Projeto de futuro é importante para os estudos de Identidade Humana, de modo que, o presente projeto se fundamenta nestes argumentos para aplicá-lo na presente investigação.

## 1.2 O MÉTODO DE NARRATIVAS DE HISTÓRIA DE VIDA E PROJETO DE FUTURO

*“Relate-me sua história de vida e seu projeto de futuro de modo que responda a pergunta: Quem é você?”*

**Cecília Pescatore Alves**

Conforme elucidado anteriormente, a identidade é metamorfose, ou seja, se desenvolve constantemente, ela está em constante mudança. Com o método de Narrativas de história de vida e projeto de futuro é possível compreender a respeito das experiências de vida de um sujeito, bem como explorar suas aspirações e projetos futuros. Neste contexto, por meio deste método, é possível compreender também o processo de constituição da identidade através da análise das experiências de vida do narrador e o sentido atribuído a elas, por meio da noção dialética entre a totalidade e partes, ou seja, as experiências se distinguem das vivências, posto que estas referem-se aos acontecimentos na vida da pessoa, sem necessariamente mudá-la interiormente. Desta forma as personagens manifestadas, durante a vida da pessoa, representam a manifestação empírica da identidade (Alves, 2021), de modo a refletir o movimento de mudança, em outras palavras, é relevante identificar as metamorfoses, como se constituem, como se apresentam, se há ou não a reposição de atributos de uma personagem, bem como se há ou não fragmentos emancipatórios.

De maneira geral, a metodologia de narrativas de histórias de vida tem sido o principal método de coleta de dados utilizado pelos estudiosos dessa linha de pesquisa, pois acreditam que, a partir da narrativa contada pelo sujeito (e pelo sentido atribuído por ele aos eventos ocorridos ao longo de sua trajetória de vida), seja possível identificar a existência ou não de fragmentos de emancipação em suas vidas (Dantas, Ciampa, 2014).

Para que haja uma compreensão rica e contextualizada sobre o referido método de narrativas de história de vida e projeto de futuro, é necessária a elucidação de alguns fatores, desta forma, por meio dos estudos da teoria de Ricoeur (2010), é possível compreender que é no tempo que o homem dá sentido à sua experiência, e a narração é utilizada como uma intermediária responsável pela comunicação entre o tempo cósmico, que opera independente da experiência do sujeito, com o tempo fenomenológico, e que está relacionado à consciência temporal, ou seja, é por meio da narração que o indivíduo organiza sua experiência temporal, de maneira a considera-la como um terceiro tempo, o tempo narrado.

É chegado o momento de ligar os dois estudos independentes que precedem e de pôr à prova minha hipótese de base, a saber que existe entre a atividade de narrar uma história e o caráter temporal da experiência humana uma correlação que não é puramente acidental, mas apresenta uma forma de necessidade transcultural. Ou, em outras palavras: que o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal (Ricoeur, 1994, p. 85).

Deste modo, em outras palavras, pode-se dizer que Ricoeur (1994), trata a respeito da relevância em considerar a dimensão temporal das histórias de vida, de maneira a enfatizar como o passado, o presente e o futuro se entrelaçam na construção da identidade de uma pessoa.

É relevante também citar Arendt (2014), que aborda a respeito da ação e discurso.

Ao agir e falar, os homens mostram quem são, revelam ativamente suas identidades pessoais únicas, e assim fazem seu aparecimento no mundo humano, enquanto suas identidades físicas aparecem, sem qualquer atividade própria, na conformação singular do corpo e no som singular da voz (Arendt, 2014, p. 285).

Arendt (2014, p. 281) destaca que a ação e o discurso são meios pelos quais os seres humanos revelam suas identidades, ou seja, revelam sua distinção única, podendo distinguir a si próprios, *“ao invés de permanecerem apenas distintos, a ação e o discurso são os modos pelos quais os seres humanos aparecem uns para os outros, certamente não como objetos físicos, mas qua homens”*.

Veiga e Alves (2020) elucidam sobre os pensamentos do filósofo Walter Benjamin, que contribuem com estudos de identidade e o método de narrativa de história de vida.

Walter Benjamin aponta, portanto, para uma escuta na qual a transmissão da experiência ganha seu sentido pleno: ouvir sem pressa, identificar-se afetivamente com aquele que relata sua história, não escutar como quem escuta uma notícia, mas como quem, ao contar sua história, deixa marcas e ensinamentos para as gerações futuras. Finalmente, é necessário ter consciência de que a pessoa que relata sua experiência espera ser redimida dos sofrimentos que foram despertados enquanto acontece a fala. E cabe ao pesquisador de identidade, que utiliza a narrativa como instrumento metodológico, uma escuta que exige um interesse pela história narrada que transcende os valores do mundo sistêmico e se constitui, enquanto ouvinte sensível à percepção do outro, capaz de captar o sentido atribuído pelo narrador, assim como as metamorfoses ocorridas ao longo da narrativa. Neste sentido, o pesquisador tem como objetivo apreender o sentido da história ouvida e contar como se processou as metamorfoses da identidade expressa na dinâmica das personagens que desempenharam vários papéis sociais. Desse modo, o pesquisador também se revela como um narrador que conta o que ouviu, redefinindo a narrativa a partir da sua escuta, prenda de conceitos, mas fundamentalmente com consciência de que relata, além da

experiência do outro, a experiência da relação que ocorreu entre o narrador e o ouvinte (Veiga; Alves, 2020, p. 9).

Conforme descrito acima, é importante ouvir atentamente as histórias de vida das pessoas, especialmente quando se é utilizada a narrativa como ferramenta na pesquisa de identidade. Walter Benjamin destaca que ouvir não deve ser apressado, posto que não se trata apenas de ouvir como se fosse uma notícia, mas sim de se compreender o sentido atribuído pelo narrador, reconhecendo-se que sua história compartilhada carrega consigo marcas e significados.

Outro tema relevante a ser mencionado neste momento é a teoria da ação comunicativa, na qual Habermas (2012), elucida que o agir comunicativo refere-se à forma como as pessoas se comunicam e coordenam suas ações em situações sociais, de modo a se destacar que é importante entender que as ações comunicativas não são idênticas aos atos de entendimento interpretativos, ou seja, quando as pessoas se comunicam, estão coordenando suas ações por meio de fala, gestos ou outras formas de interação, no entanto isso não significa automaticamente que estão compreendendo plenamente o significado do que está sendo dito.

No caso do agir comunicativo, os desempenhos interpretativos a partir dos quais se constroem processos cooperativos de interpretação representam o mecanismo de coordenação das ações; a ação comunicativa não se confunde com o ato de entendimento interpretativamente encenado. Quando escolhemos como unidade de análise um simples ato de fala realizado por S, ao qual pelo menos um participante da interação pode se posicionar com sim ou não, podemos aclarar as condições de coordenação comunicativa da ação, indicando qual é a importância, para um ouvinte, de entender, o significado do que se diz. Contudo, o agir comunicativo assinala interações que se coordenam por ações de fala, sem, no entanto, coincidir com elas. (Habermas, 2012, p. 195).

Portanto, no que concerne à aplicação deste método, pode-se dizer que por meio da coleta de narrativas de vida, os(as) pesquisadores(as), entrevistam a pessoa, incentivando-a a narrar sua história de vida, fato este que conseqüentemente, poderá revelar suas experiências de vida e seus impactos no processo de constituição de sua identidade. Assim, no capítulo seguinte, será elucidado a respeito do jovem negro homoafetivo estudante universitário em tempos de Pandemia da COVID-19.

## 2 O JOVEM NEGRO HOMOAFETIVO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19

*“Minha luta diária é para ser reconhecida como sujeito, impor minha existência numa sociedade que insiste em negá-la.”*

**Djamila Ribeiro**

Este capítulo tem como escopo discutir a respeito dos aspectos gerais que podem impactar na vida do jovem negro homoafetivo estudante universitário em tempos de pandemia da COVID-19 à luz da teoria Identidade-Metamorfose-Emancipação, bem como proporcionar a compreensão das complexidades das realidades, de maneira a considerar os diferentes contextos sociais, tendo como exemplos, a sexualidade, raça, identidade de gênero e classe social.

Nota-se, neste momento, diante das informações e fundamentos descritos neste capítulo, a importância de uma breve explanação no tocante ao chamado “lugar de fala”, no qual Ribeiro (2017, p. 47) afirma que *“falar a partir de lugares é também romper com essa lógica de que somente os subalternos falem de suas localizações, fazendo com que aqueles inseridos na norma hegemônica sequer se pensem”*. Tal tópico serve também de alerta sobre privilégios, compreensão de realidades sociais, distintas perspectivas, reconhecimentos, bem como é fundamental para o conhecimento dos fenômenos sociais.

Em outras palavras, pode-se dizer que, diferente de um protagonismo, o local de fala, além de ser uma postura ética, se refere à pessoa que proferiu o discurso, ou seja, deve-se entender de onde está vindo determinado enunciado, tendo como exemplo a sua localização social, de modo a não se falar por outra pessoa, que vive outra realidade. Ressalta-se também que tal discurso não necessariamente é correto, bem como não é exclusivo para quem experienciou ou vivenciou determinado acontecimento, devendo assim, ser analisado de forma crítica, de modo a observar, por exemplo, acerca de seus aspectos contraditórios e insuficientes, bem como por quem foi enunciado, qual período, época, contexto, para quem, por que, de qual forma, sua posição social, entre diversos outros questionamentos possíveis.

Desta forma, de acordo com a Lei nº 12.852/2013, que, conforme seu artigo 1º, institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e

diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE (BRASIL, 2013), são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade, enquanto, de acordo com seu §2º, são considerados adolescentes as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos, de maneira a ser aplicada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, conhecido como Estatuto da Criança e do Adolescente, e, excepcionalmente, o Estatuto da Juventude, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente. (Brasil, 2013).

Destarte, diversos impactos significativos ocorreram devido à Pandemia da COVID-19, de modo a se englobar acerca da educação e a saúde mental dos jovens. Pode-se ter como exemplo, no tocante a muitos estudantes universitários, a transição repentina para o ensino remoto, o isolamento social, a incerteza sobre o futuro e o aumento das demandas acadêmicas podem ter consequências emocionais e psicossociais. Ressalta-se que quando se trata de um jovem negro homoafetivo, os desafios podem ser ainda mais acentuados diante de cada realidade.

Tem-se como exemplo a informação veiculada no Brasil, por meio do portal de notícias G1, que, segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgados na data de 20/07/23 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), os registros de racismo e homofobia (ou transfobia) cresceram mais de 50% no Brasil em 2022 na comparação com o ano de 2021, de modo a afirmar que foram realizadas 2.458 ocorrências de crimes resultantes do preconceito de raça ou de cor, com mais de duas mil e trezentas pessoas LGBTQIA+ agredidas.

No contexto universitário, um jovem pode ter que lidar com diversas situações, tendo como exemplos a pressão acadêmica (cumprir prazos, alcançar notas para ser aprovado, entre diversas exigências específicas de cada curso), bem como a pressão financeira, diante das dificuldades com valores relacionados ao investimento em educação, assim como a pressão social e familiar, ao tentar atingir as expectativas sociais e familiares, tal qual os aspectos relacionados às suas emoções e sua saúde mental.

No entanto, um jovem universitário que seja negro e homoafetivo, além desses fatores mencionados anteriormente, ainda pode ter que lidar, por exemplo, com as questões relacionadas à homofobia, ao racismo, responsabilidade e pressão de representação ou falta desta, considerando os estereótipos, expectativas e políticas

de identidade, abordadas no primeiro capítulo deste trabalho, de maneira a ressaltar acerca da sensação de pertencimento do sujeito em determinadas situações. Outros fatores que este jovem pode ter que lidar são a respeito do processo de sua aceitação pessoal, também relacionada à sua orientação sexual, de maneira a se ter como exemplo as suas inseguranças, medos, dúvidas, discriminação, preconceito, exclusão social, bem como dificuldades no tocante ao acesso e suporte de recursos relacionados às questões raciais e LGBTQIAPN+.

Em vista disso, é necessária a explanação sobre o conceito de interseccionalidade, que, segundo Kimberlé Crenshaw (2002):

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressões de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p. 175).

Deste modo, pode-se dizer que as experiências de opressão e discriminação não são apenas adicionadas, mas são moldadas e influenciadas pelas interseções e interações entre essas distintas realidades.

Ela [a interseccionalidade] surgiu da tentativa de conceitualizar o modo pelo qual a lei respondia a questões em que tanto a raça como gênero estavam envolvidas. O que aconteceu foi como um acidente, uma colisão. A interseccionalidade simplesmente surgiu da ideia de que se você está no caminho de múltiplas formas de exclusão, provavelmente será atingido por ambas (Crenshaw, 2004).

Segundo Akotirene (2019, p. 35), o termo interseccionalidade demarca o paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra, de modo a promover *“intervenções políticas e letramentos jurídicos sobre quais condições estruturais o racismo, sexismo e violências correlatas se sobrepõem, discriminam e criam encargos singulares às mulheres negras”*.

[...] Aliás, quando consideramos as questões interseccionais e a contribuição do feminismo negro para pensar os limites e problemas dessa forma de operação dos enquadramentos e reconhecimentos, percebemos que é preciso, como assinala Frank Wilderson III (2021, p.26), uma compreensão da diferença da perda e ausência, e b) uma compreensão de como a narrativa da perda do subalterno se apoia nos destroços da ausência do negro. É preciso aprofundar o trabalho de produção teórico-crítica-metodológica capaz de superar o uso dessas categorias que enquadram e estruturam a gramática, assim como a base dessas políticas de identidade segregadoras, que tornam invisíveis as formas de vida cujos atravessamentos do

colonialismo, patriarcalismo, machismo, homofobia, etc. produzem mais mortes do que poderiam oferecer cuidado (Lima, 2022, p. 126).

É importante mencionar também que acerca da intersecção dos diferentes contextos e realidades, bem como sobre as possibilidades da existência de múltiplas e entrelaçadas formas de discriminação, opressão e exclusão social, que interagem e se sobrepõem, ou seja, são criadas realidades únicas para cada sujeito, e, no tocante à raça, pode-se dizer que um jovem negro pode enfrentar os impactos do racismo estrutural na sociedade, que se manifesta de diversas formas, como preconceitos, discriminação e estereótipos, cujas fundamentais enquanto referenciais identitários.

Outro fator relevante a ser mencionado diz respeito a discriminação interseccional, que, podendo-se dizer que são criadas “minorias dentro de minorias”, de modo a se referir à interação entre diferentes formas de discriminação, que afetam de forma desproporcional a população vulnerabilizada, por exemplo, um jovem negro homoafetivo é discriminado não somente por ser negro, mas também por ser homoafetivo, o que o coloca em uma situação de “minorias dentro de minorias”. Esta interseccionalidade torna a discriminação que ele sofre ainda mais complexa, e pode tornar árdua a luta contra a discriminação em cada uma dessas dimensões de maneira separada.

A teoria da discriminação interseccional parte do pressuposto de que a luta discriminação requer a consideração daqueles que sofrem diferentes formas de opressão, pois a consideração da discriminação como algo que opera apenas a partir de um único vetor contribui para a permanência das hierarquias sociais existentes (Moreira, 2017, p.111).

Desta forma, fatores como a orientação sexual e raça devem ser abordados, diante das adversidades enfrentadas perante a sociedade, assim Crenshaw (2002, p. 176) afirma que *“Para apreender a discriminação como um problema interseccional, as dimensões raciais ou de gênero, que são parte da estrutura, teriam de ser colocadas em primeiro plano, como fatores que contribuem para a produção da subordinação”*.

À vista disso, tal discriminação interseccional deve ser entendida e enfrentada para que haja a possibilidade de promoção de igualdade e de justiça social, de maneira a se reconhecer que as pessoas enfrentam múltiplas formas de opressão e exclusão que se relacionam de maneiras complexas e variadas. Fanon (2008) trata a respeito da identidade racial, bem como da internalização do preconceito, e tais assuntos são relacionados ao jovem negro homoafetivo, posto que estes podem se

sentir pressionados a se encaixarem em normas e expectativas sociais tanto em relação à sua raça quanto à sua sexualidade, de modo enfrentar uma multiplicidade de fatores que se sobrepõem e interagem entre si.

Como assim? No momento em que eu esquecia, perdoava e desejava apenas amar, devolvi-me, como uma bofetada em pleno rosto, minha mensagem! O mundo branco, o único honesto, rejeitava minha participação. De um homem exige-se uma conduta de homem; de mim, uma conduta de homem negro – ou pelo menos uma conduta de preto. Eu acenava para o mundo e o mundo amputava meu entusiasmo. Exigiam que eu me confinasse, que encolhesse (Fanon, 2008, p. 107).

No que concerne a um jovem negro homoafetivo, outro fator a ser mencionado se dá, a depender do contexto, no tocante à necessidade de empoderamento, resistência e luta contra a opressão, de modo a ser reivindicada sua identidade, por meio do enfrentamento das narrativas dominantes impostas pelo colonizador.

Como assim? Quando então eu tinha todos os motivos para odiar, detestar, rejeitavam-me? Quando então devia ser adulado, solicitado, recusavam qualquer reconhecimento? Desde que era impossível livrar-me de um complexo inato, decidi me afirmar como Negro. Uma vez que o outro hesitava em me reconhecer, só havia uma solução: fazer-me conhecer (Fanon, 2008, p. 108).

A citação transcrita acima destaca a relevância do reconhecimento e da valorização da identidade racial, bem como a necessidade de se fazer conhecer e afirmar a própria identidade em um contexto social em que isso pode ser negado ou minimizado.

O significado das práticas discriminatórias pelas quais o racismo se realiza é dado pela ideologia. Nossa relação com a vida social é mediada pela ideologia, ou seja, pelo imaginário que é reproduzido pelos meios de comunicação, pelo sistema educacional e pelo sistema de justiça em consonância com a realidade. Assim, uma pessoa não nasce branca ou negra, mas torna-se a partir do momento em que seu corpo e sua mente são conectados a toda uma rede de sentidos compartilhados coletivamente, cuja existência antecede a formação de sua consciência e de seus afetos. Pessoas negras, portanto, podem reproduzir em seus comportamentos individuais o racismo de que são as maiores vítimas. Submetidos às pressões de uma estrutura social racista, o mais comum é que o negro e a negra internalizem a ideia de uma sociedade dividida entre negros e brancos, em que brancos mandam e negros obedecem. Somente a reflexão crítica sobre a sociedade e sobre a própria condição pode fazer um indivíduo, mesmo sendo negro, enxergar a si próprio e ao mundo que o circunda para além do imaginário racista (Almeida, 2020, p. 67).

Conforme mencionado no início deste capítulo, questões relacionadas ao racismo são imprescindíveis de serem tratadas neste trabalho. O racismo não se limita a atos individuais de discriminação, mas sim a um sistema social mais amplo que

perpetua desigualdades com base na raça, de modo a ser imprescindível que seja reconhecida a sua definição, assim, Almeida (2020) elucida o seguinte:

Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (Almeida, 2020, p.32).

No tocante à ideia de privilégio, é importante ressaltar que certos grupos raciais podem desfrutar de benefícios e vantagens estruturais em comparação a outros grupos raciais. A compreensão de que o racismo se trata de um fenômeno sistêmico, que se manifesta através de práticas conscientes ou inconscientes, é primordial para a promoção da justiça social, com o escopo de se viver em uma sociedade justa e igualitária.

No racismo estão presentes, de modo simultâneo, três características: a primeira é a construção de/da diferença. A pessoa é vista como “diferente” devido a sua origem racial e/ou pertença religiosa. Aqui, temos de perguntar: quem é “diferente” de quem? É o sujeito negro “diferente” do sujeito branco ou o contrário, é o branco “diferente” do negro? Só se torna “diferente”, porque se “difere” de um grupo que tem o poder de se definir como norma – a norma branca. Todas/os aquelas/es que não são brancas/os são construídas/os então como “diferentes”. A branquitude é construída como ponto de referência a partir do qual todas/os as/os “outras/os” raciais “diferem”. Nesse sentido, não se é “diferente”, torna-se “diferente” por meio do processo de discriminação (Kilomba, 2019, p. 75).

Assim, Kilomba (2019) explana sobre o que pode ser considerado como “diferente”, de modo a indagar acerca da relação da construção da “diferença”, e o papel da norma branca no que é considerado “normal”, por ser estabelecida como um “ponto de referência”. Tal construção é destacada como uma das características presentes no racismo, posto que esta referida “diferença” é criada por meio do processo de discriminação, ou seja, por uma construção social que sustenta e fortalece as desigualdades e a opressão racial.

A segunda característica é: essas diferenças construídas estão inseparavelmente ligadas a valores hierárquicos. Não só o indivíduo é visto como “diferente”, mas essa diferença também é articulada através do estigma, da desonra, e da inferioridade. Tais valores hierárquicos implicam um processo de naturalização, pois são aplicados a todos os membros do mesmo grupo que chegam a ser vistas/os como “a/o problemática/o”, “a/o difícil”, “a/o perigosa/o”, “a/o preguiçosa/o”, “a/o exótica/o”, “a/o colorida/o” e “a/o incomum”. Esses dois últimos processos - a construção da diferença e sua associação com uma hierarquia – formam o que também é chamado de preconceito (Kilomba, 2019, p. 76).

A relação mencionada acima demonstra acerca da relação às diferenças construídas e os valores hierárquicos, de maneira a serem articuladas através de estigmas, desonra e inferioridade atribuídos ao indivíduo, ou seja, associar os valores hierárquicos com a compreensão acerca das diferenças contribui para o processo de estigmatização e desvalorização de determinados grupos, o que resulta em categorizações negativas perpetuam o preconceito e a discriminação.

Por fim, ambos os processos são acompanhados pelo poder: histórico, político, social e econômico. É a combinação do preconceito e do poder que forma o racismo. E, nesse sentido, o racismo é a supremacia branca. Outros grupos raciais não podem ser racistas nem performar o racismo, pois não possuem esse poder. Os conflitos entre eles ou entre eles e o grupo dominante branco têm que ser organizados sob outras definições, tais como preconceito. O racismo, por sua vez, inclui a dimensão do poder e é revelado através de diferenças globais na partilha e no acesso a recursos valorizados, tais como representação política, ações políticas, mídia, emprego, educação, habitação, saúde, etc. Quem pode ver seus interesses políticos representados nas agendas nacionais? Quem pode ver suas realidades retratadas na mídia? Quem pode ver sua história incluída em programas educacionais? Quem possui o que? Quem vive onde? Quem é protegida/o e quem não é? (Kilomba, 2019, p. 76).

Kilomba (2019) afirma que no racismo estão presentes, de modo simultâneo, três características, desta forma, o texto transcrito acima menciona que o racismo surge da combinação entre preconceito e poder, sendo a supremacia branca uma expressão específica desse fenômeno. A autora destaca também que grupos raciais sem poder histórico, político, social e econômico não têm a capacidade de serem racistas ou exercer o racismo, ou seja, na existência de conflitos entre tais grupos ou entre eles e o grupo dominante branco são abordados por meio de outras definições, como preconceito. Tal fato pode ser exemplificado com as alegações de pessoas que fazem parte de um grupo dominante branco, terem sofrido um inexistente “racismo reverso” por pessoas de grupos raciais que não detém o poder abordado neste parágrafo.

Outro fator importante mencionado é a existência das disparidades estruturais que afetam diferentes grupos raciais, tendo-se também como formas de manifestação, as desigualdades globais relacionadas ao acesso e distribuição de recursos valorizados, como representação política, ações políticas, mídia, emprego, educação, habitação e saúde.

Para ser racista, coloca-se como postulado fundamental a crença na existência de “raças” hierarquizadas dentro da espécie humana. De outro modo, no pensamento de uma pessoa racista existem raças superiores e

raças inferiores. Em nome das chamadas raças, inúmeras atrocidades foram cometidas nesta humanidade: genocídio de milhões de índios nas Américas, eliminação sistemática de milhões de judeus e ciganos durante a Segunda Guerra Mundial. Como se não bastasse o antissemitismo, a persistência dos mecanismos de discriminação racial na África do Sul durante a Apartheid, nos Estados Unidos, na Europa e em todos os países da América do Sul encabeçados pelo Brasil e em outros cantos do mundo demonstra claramente que o racismo é um fato que confere à “raça” sua realidade política e social. Ou seja, se cientificamente a realidade da raça é contestada, política e ideologicamente esse conceito é muito significativo, pois funciona como uma categoria de dominação e exclusão nas sociedades multirraciais contemporâneas observáveis. Em outros termos, poder-se-ia reter como traço fundamental próprio a todos os negros (pouco importa a classe social) a situação de excluídos em que se encontram em nível nacional. Isto é, a identidade do mundo negro se inscreve no real sob a forma de “exclusão”. Ser negro é ser excluído. Por isso, sem minimizar os outros fatores, persistimos em afirmar que a identidade negra mais abrangente seria a identidade política de um segmento importante da população brasileira excluída de sua participação política e econômica e do pleno exercício da cidadania (Munanga, 2012, p.10).

No que concerne ao preconceito racial e da discriminação racial, é relevante conceituá-los de maneira que se diferenciem. A respeito de tais temas, Almeida (2020) explana que

Embora haja relação entre os conceitos, o racismo difere do preconceito racial e da discriminação racial. O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias. Considerar negros violentos e inconfiáveis, judeus avaros ou orientais “naturalmente” preparados para as ciências exatas são exemplos de preconceitos. A discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. Portanto, a discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça. Assim, a discriminação pode ser direta ou indireta. A discriminação direta é o repúdio ostensivo a indivíduos ou grupos, motivado pela condição racial, exemplo do que ocorre em países que proíbem a entrada de negros, judeus, muçulmanos, pessoas de origem árabe ou persa, ou ainda lojas que se recusem a atender clientes de determinada raça. [...] Já a discriminação indireta é um processo em que a situação específica de grupos minoritários é ignorada – discriminação de fato –, ou sobre a qual são impostas regras de “neutralidade racial” – *colorblindness* – sem que se leve em conta a existência de diferenças sociais significativas – discriminação pelo direito ou discriminação por impacto adverso. A discriminação indireta é [...] marcada pela ausência de intencionalidade explícita de discriminar pessoas. Isso pode acontecer porque a norma ou prática não leva em consideração ou não pode prever de forma concreta as consequências da norma. A consequência de práticas de discriminação direta e indireta ao longo do tempo leva à estratificação social, um fenômeno intergeracional, em que o percurso de vida de todos os membros de um grupo social – o que inclui as chances de ascensão social, de reconhecimento e de sustento material – é afetado (Almeida, 2020, p. 32-33).

É possível dizer que a discriminação direta acontece quando uma pessoa recebe tratamento desfavorável em comparação com outra em situações

semelhantes. Por outro lado, a discriminação indireta ocorre quando uma política ou prática aparentemente neutra tem um impacto desproporcional em um grupo protegido, de modo a ser relevante mencionar, em relação à discriminação indireta que

Uma norma jurídica, política pública ou decisão institucional podem obedecer ao princípio da generalidade, não sendo dirigidas a nenhum grupo específico. Porém, a sua aplicação pode ter um efeito desproporcional sobre uma determinada classe de indivíduos, o que caracteriza a discriminação indireta (Moreira, 2017, p. 102).

A discriminação positiva, também conhecida como ação afirmativa visa corrigir desigualdades históricas e assegurar oportunidades equitativas para grupos que foram alvo de discriminação no passado. O Estatuto da Igualdade Racial conceitua, para seus próprios efeitos, a discriminação racial, desigualdade racial, população negra, políticas públicas e ações afirmativas. Destaca-se que o inciso VI, do parágrafo único do artigo 1º do referido Estatuto, estabelece que ações afirmativas são consideradas, para efeito deste, como “os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades” (Brasil, 2010), que será abordado de maneira mais específica no próximo capítulo deste trabalho.

Ainda sobre a discriminação, é importante dizer que é possível falar também em discriminação positiva, definida como a possibilidade de atribuição de tratamento diferenciado a grupos historicamente discriminados com o objetivo de corrigir desvantagens causadas pela discriminação negativa – a que causa prejuízos e desvantagens. Políticas de ação afirmativa – que estabelecem tratamento discriminatório a fim de corrigir ou compensar a desigualdade – são exemplos de discriminação positiva (Almeida, 2020, p. 32-33).

Acerca da discriminação negativa, pode-se dizer também que esta aborda sobre o tratamento desfavorável ou a exclusão de um indivíduo ou grupo com base em suas características, de modo a ter-se como exemplo a orientação sexual, cor/raça, gênero, entre outras, de modo a ser melhor explicitado abaixo:

A discriminação negativa designa um tratamento que viola o princípio segundo o qual todos os membros de uma comunidade política devem ser igualmente respeitados. Ela acontece quando um agente público ou privado trata uma pessoa de forma arbitrária, o que é frequentemente motivado por estigmas culturais. Como afirmado anteriormente, atos discriminatórios não acontecem dentro de um vácuo social, eles procuram afirmar a suposta inferioridade de um grupo e também manter o status privilegiado de membros

dos segmentos majoritários. Vemos então que a discriminação negativa está baseada em uma motivação ilegítima: ela procura manter certas classes de pessoas em uma situação de subordinação, propósito incompatível com o objetivo de se construir uma sociedade democrática (Moreira, 2017, p. 31).

Assim, em outras palavras, a discriminação positiva e a discriminação negativa se referem a medidas que visam corrigir desigualdades históricas ou prejudicar injustamente grupos protegidos, enquanto a discriminação direta e indireta se referem às formas pelas quais a discriminação pode ocorrer de forma explícita ou implícita.

Se por “ideologia” entende-se uma visão falseada, ilusória e mesmo fantasiosa da realidade, o problema do racismo como ideologia se conecta com a concepção individualista do racismo. Desse modo, já que o racismo é tido como uma espécie de equívoco, para opor-se a ele bastaria apresentar a verdade do conhecimento filosófico ou científico, cujas conclusões apontariam a inexistência de raças e, por consequência, a falta de fundamento ou irracionalidade de todas as teorias e práticas discriminatórias. Entretanto, para as visões que consideram o racismo um fenômeno institucional e/ou estrutural, mais do que a consciência, o racismo como ideologia molda o inconsciente. Dessa forma, a ação dos indivíduos, ainda que conscientes, “se dá em uma moldura de sociabilidade dotada de constituição historicamente inconsciente”. Ou seja, a vida cultural e política no interior da qual os indivíduos se reconhecem enquanto sujeitos autoconscientes e onde formam os seus afetos é constituída por padrões de clivagem racial inseridos no imaginário e em práticas sociais cotidianas. Desse modo, a vida “normal”, os afetos e as “verdades” são, inexoravelmente, perpassados pelo racismo, que não depende de uma ação consciente para existir (Almeida, 2020, p. 63).

Ainda sobre o racismo, é relevante versar a respeito de algumas de suas modalidades. A respeito do racismo estrutural, Kilomba (2019) menciona que

O racismo é revelado em um nível estrutural, pois pessoas negras e people of color estão excluídas da maioria das estruturas sociais e políticas. Estruturas oficiais operam de uma maneira que privilegia manifestadamente seus sujeitos brancos, colocando membros de outros grupos racializados em uma desvantagem visível, fora das estruturas dominantes. Isso é chamado de racismo estrutural (Kilomba, 2019, p. 77).

Enquanto a respeito do racismo institucional, esta autora explica que

Como o termo “instituição” implica, o racismo institucional enfatiza que o racismo não é apenas um fenômeno ideológico, mas também institucionalizado. O termo se refere a um padrão de tratamento desigual nas operações cotidianas tais como em sistemas e agendas educativas, mercados de trabalho, justiça criminal, etc. O racismo institucional opera de tal forma que coloca os sujeitos brancos em clara vantagem em relação a outros grupos racializados (Kilomba, 2019, p. 78).

Deste modo, pode-se dizer que o racismo também está presente nas estruturas e instituições da sociedade. Isso significa que certas práticas, políticas e sistemas

operam de maneira a colocar os indivíduos brancos em uma posição de vantagem em relação aos grupos que foram racializados, ou seja, o racismo vai além de atitudes individuais e se enraíza nas instituições. A respeito do racismo cotidiano Kilomba (2019) descreve que

O racismo cotidiano refere-se a todo vocabulário, discursos, imagens, gestos, ações e olhares que colocam o sujeito negro e as pessoas de cor não só como “outra/o” – a diferença contra a qual o sujeito branco é medido – mas também como outridade, isto é, como a personificação dos aspectos reprimidos na sociedade branca. Toda vez que sou colocado como “outra” – seja a “outra” violenta, a “outra” passional, seja a “outra” suja, a “outra” excitada, a “outra” selvagem, a “outra” natural, a “outra” desejável ou a “outra” exótica – estou inevitavelmente experienciando o racismo, pois estou sendo forçada a me tornar a personificação daquilo com o que o sujeito branco não quer ser reconhecido. Eu me torno a/o “outra/o” da branquitude, não o eu – e, portanto, a mim é negado o direito de existir como igual (Kilomba, 2019, p. 78).

A autora ainda cita a respeito das formas que o racismo cotidiano pode ser praticado, de modo a explicitar sobre a infantilização, primitivização, incivilização, animalização e a erotização, conforme descritos a seguir:

O sujeito negro é percebido como um ou como outro, através das seguintes formas: Infantilização: o sujeito negro torna-se a personificação do dependente – o menino, a menina, a criança ou a/o serva/o assexuada/o – que não pode sobreviver sem o senhor. Primitivização: O sujeito negro torna-se a personificação da incivilizado – a/o selvagem, a/o atrasada/o, a/o básica/o ou a/o natural -, aquele que está mais próximo da natureza. Incivilização: O sujeito negro torna-se personificação do outro violento e ameaçador – a/o criminoso/a/o, a/o suspeita/o, a/o perigosa/o -, aquele que está fora da lei. Animalização: O sujeito negro torna-se a personificação do animal – a/o selvagem, a/o primata, a/o macaca/o, a figura do “King Kong” -, outra forma de humanidade. Erotização: O sujeito negro torna-se a personificação do sexualizado, com um apetite sexual violento: a prostituta, o cafetão, o estuprador, a/o erótica/o e a/o exótica/o (Kilomba, 2019, p. 79).

Kilomba (2019) elucida que o termo cotidiano se refere às experiências de vida da pessoa, em conformidade com o trecho abaixo:

[...] O termo “cotidiano” refere-se ao fato de que essas experiências não são pontuais. O racismo cotidiano não é um “ataque único” ou um “evento discreto”, mas sim uma “constelação de experiências de vida”, uma “exposição constante ao perigo”, um “padrão contínuo de abuso” que se repete incessantemente ao longo da biográfica de alguém – no ônibus, no supermercado, em uma festa, no jantar, na família (Kilomba, 2019, p. 80).

No que concerne ao racismo recreativo, pode-se dizer que

Ele deve ser visto como um projeto de dominação que procura promover a reprodução de relações assimétricas de poder entre grupos raciais por meio de uma política cultural baseada na utilização do humor como expressão e

encobrimento de hostilidade racial. O racismo recreativo decorre da competição entre grupos raciais por estima social, sendo que ele revela uma estratégia empregada por membros do grupo racial dominante para garantir que o bem público da respeitabilidade permaneça um privilégio exclusivo de pessoas brancas. A posse exclusiva desse bem público garante a elas acesso privilegiado a oportunidades materiais porque o humor racista tem como consequência a perpetuação da ideia de que elas são as únicas pessoas capazes de atuar como agentes sociais competentes. O racismo recreativo contribui para a reprodução da hegemonia branca ao permitir que a dinâmica da assimetria de status cultural e de status material seja encoberta pela ideia de que o humor racista possui uma natureza benigna. Embora ele almeje salientar a suposta degradação moral de minorias raciais por meio do humor, ele expressa também a intenção de impedir a mobilização política em torno da raça (Moreira, 2019, p. 95).

Outro ponto relevante a ser mencionado, se dá a respeito do mito da “democracia racial”, de maneira a ser importante identificar o lugar de onde está sendo proferido o discurso, ou seja, de qual perspectiva está sendo narrado, por exemplo: as palavras estão sendo ditas na perspectiva do “senhor”, ou da perspectiva da pessoa “escravizada”? Dependendo do contexto, pode ocorrer a legitimação do desinteresse no tocante à população negra.

Tomar consciência histórica da resistência cultural e da importância de sua participação na cultura brasileira atual é o que importa e deveria fazer parte do processo de busca da identidade negra por parte da elite politizada. Mas basear a busca e a construção de sua identidade na “atualmente” dita cultura negra é problemático, pois em nível do vivido outros segmentos da população brasileira poderiam lançar mão da mesma cultura e nem todos os negros que no plano da retórica “cantam” a cultura negra a vivem exclusiva e separadamente dentro do contexto brasileiro, assim como não existem brancos vivendo exclusiva e separadamente uma cultura dita branca. Aqui os sangues se misturam, os deuses se tocam, e as cercas das identidades culturais vacilam. Acrescentar-se-á o perigo da manipulação da cultura negra por parte da ideologia dominante quando a retórica oficial se expressa através das próprias contribuições culturais negras no Brasil, para negar a existência do racismo e para reafirmar a proclamada democracia racial (Munanga (2012, p.12).

A compreensão histórica é imprescindível para entender o quanto os estereótipos, preconceitos e mitos são prejudiciais, e perpetuam a objetificação e desumanização das pessoas, de modo a contribuir para a manutenção das desigualdades raciais na sociedade.

É por aí que a gente deve entender que esse papo de que miscigenação é prova da “democracia racial” brasileira não está com nada. Na verdade, o grande contingente de brasileiros mestiços resultou de estupro, de violência, de manipulação sexual da escrava. Por isso existem os preconceitos e os mitos relativos à mulher negra: de que ela é “mulher fácil”, de que é “boa de cama” (mito da mulata), etc. e tal (Gonzales, 2018, p. 110).

Desta forma, pode-se dizer que o mito da “democracia racial” é uma falsa percepção que contribui para perpetuar o racismo no Brasil, de modo a afirmar a ideia de que há uma harmonia e igualdade racial.

[...] Apesar disso, as duas ideologias – o mito da democracia racial e a perspectiva da luta de classes – têm em comum, portanto, a minimização ou o não reconhecimento e/ou a invisibilidade da intersecção de raça para as questões dos direitos humanos, da justiça social e da consolidação democrática, elementos que dificultam a erradicação das desigualdades raciais nas políticas públicas (Carneiro, 2011, p. 17).

Tal pensamento da existência de uma democracia racial dissimula concepções acerca das desigualdades raciais, de maneira a criar uma ilusão a respeito das diversas desigualdades existentes, ou seja, é uma maneira de se opor, calar as vozes, e deslegitimar os enfrentamentos e experiências da população negra, o que traz como consequência os obstáculos no combate à desigualdade e ao racismo, de maneira contribuir com sua naturalização, dificultando também o acesso à conscientização sobre esta realidade.

A militância é importante para despertar a conscientização e permitir a crítica. Na maioria das vezes, tanto a mulher quanto o negro internalizam a própria desigualdade, os casos de violência para com a mulher e os negros ocorrem em consequência de um racismo e machismo desenfreado e a lei facilita essa violência criando artifícios para inocentar o opressor (Gonzales, 2018, p. 118).

Após discorrer sobre tais assuntos, vale comentar que a partir da década de 1990 ocorreu um crescente interesse e estudo sobre a temática da branquitude, com o foco no grupo social que efetivou a racialização de outro grupo, ou seja, pessoas brancas, Bento (2016), cita que

Ou bem se nega a discriminação racial e se explica as desigualdades em função de uma inferioridade negra, apoiada num imaginário no qual o “negro” aparece como feio, maléfico ou incompetente, ou se reconhece as desigualdades raciais, explicadas como uma herança negra do período escravocrata. De qualquer forma, os estudos silenciam sobre o branco e não abordam a herança branca da escravidão, nem tampouco a interferência da branquitude como uma guardiã silenciosa de privilégios (Bento, 2016, p. 45).

A branquitude é analisada como uma posição de privilégio, construída de maneira ideológica, que se contrapõe aos demais grupos sociais que são vistos como diferentes do “padrão”.

Assim, a branquitude é entendida como uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade. Portanto, para se entender a branquitude é importante entender de que forma se constroem as estruturas de poder

concretas em que as desigualdades raciais se ancoram. Por isso, é necessário entender as formas de poder da branquitude, onde ela realmente produz efeitos e materialidades (Schucman, 2020, p. 60).

A compreensão da branquitude é essencial para dismantelar as estruturas de poder que sustentam o racismo e para aprofundar a análise da construção social das diferenças raciais. Ao estudar a branquitude de forma sistemática, os pesquisadores podem examinar como as identidades brancas são moldadas, como elas influenciam as percepções sobre si mesmas e sobre os outros grupos, e como essas percepções contribuem para a manutenção das desigualdades raciais.

Outros fatores relacionados à branquitude são os privilégios materiais que os brancos têm em relação aos não brancos. Isso significa que ser branco produz cotidianamente situações de vantagem em relação aos não brancos. Diferentes pesquisas demonstram que há para os brancos mais facilidades no acesso à habitação, à hipoteca, à educação, à oportunidade de emprego e à transferência de riqueza herdada entre gerações. No Brasil, tais dados são evidentes em diferentes pesquisas de cunho quantitativo e qualitativo (Schucman, 2020, p. 63).

Ter compreensão acerca da branquitude é primordial para o combate dos sistemas de dominação que perpetuam o racismo e para aprofundar a análise da construção social das discrepâncias raciais.

Por meio da análise de posição de sujeitos, é possível ter melhor percepção dos grupos, bem como sobre a construção ideológica da branquitude como uma posição de poder, ou seja, é resultante da posição da pessoa em seu contexto histórico, político e social.

Em relação ao lugar social da branquitude, Schucman (2020) cita Ruth Frankenberg (2004) para explicar pontos que podem ser nomeados para caracterizar a branquitude globalmente.

Ruth Frankenberg (2004), após 10 anos de investigação sobre o tema da branquitude, propõe que, em vez de ser caracterizada em termos culturais, ela deve ser pensada em suas localizações nas sociedades, que são estruturadas na dominação. Para a autora, há oito pontos que podem ser nomeados para caracterizar a branquitude globalmente. São eles: 1. A branquitude é um lugar de vantagem estrutural nas sociedades estruturadas na dominação racial. 2. A branquitude é um “ponto de vista”, um lugar a partir do qual nos vemos e vemos os outros e as ordens nacionais e globais. 3. A branquitude é um locus de elaboração de uma gama de práticas e identidades culturais, muitas vezes não marcadas e não denominadas, ou denominadas como nacionais ou “normativas” em vez de especificamente raciais. 4. A

branquitude é comumente redenominada ou deslocada dentro das denominações étnicas ou de classe. 5. Muitas vezes a inclusão na categoria branco é uma questão controversa e, em diferentes épocas e lugares, alguns tipos de branquitude são marcadores de fronteira da própria categoria. 6. Como lugar de privilégio, a branquitude não é absoluta, mas atravessada por uma grama de outros eixos de privilégio ou subordinação relativos; estes não apagam nem tornam irrelevante o privilégio racial, mas o modulam ou modificam. 7. A branquitude é produto da história e é uma categoria relacional. Como outras localizações raciais, não tem significado intrínseco, mas apenas significados socialmente construídos. Nessas condições, os significados da branquitude têm camadas complexas e variam localmente e entre os locais; além disso, seus significados podem parecer simultaneamente maleáveis e inflexíveis. 8. O caráter relacional e socialmente construído da branquitude não significa, convém enfatizar, que esse e outros lugares raciais sejam irreais em seus efeitos materiais e discursivos (Frankenberg, apud Schucman, 2020, p. 73).

Diante do mencionado até este momento, é possível dizer que o racismo apresenta uma natureza em constante evolução, ou seja, um caráter dinâmico, ajustando-se continuamente com o intuito de estabelecer, perpetuar e legitimar as desigualdades sociais, que são criadas por meio da atribuição de raça a grupos sociais, isto é, a racialização, que acaba sendo um mecanismo que busca instituir distinções e estabelecer hierarquias na sociedade.

[...] Sendo o racismo um tipo de dominação social que procura manter o poder nas mãos do grupo racial dominante, suas formas de legitimação precisam também se modificar, pois suas práticas excludentes são sempre questionadas. Seu aspecto dinâmico permite que seus meios de operação sejam encobertos, de modo que relações hierárquicas possam ser explicadas a partir das características dos membros de minorias raciais e não a partir de estratégias de dominação (Moreira, 2019, p.30).

Enfatiza-se que conforme as práticas racistas são alvo de questionamento e resistência, os meios de legitimar o racismo também acabam necessitando de ajuste e transformação, tem-se como exemplo que seu fundamento já foi validado por religiões, pela ciência, pelo Direito, e por ideologias. Desta maneira, devido a esta natureza de constante transformação do racismo, as suas táticas e estratégias de ser perpetuar podem ser dissimuladas e disfarçadas, de modo a se tornarem mais sutis e menos evidentes, de maneira a se marcar suas estratégias de dominação.

Todas essas questões só podem ser respondidas se compreendermos que o racismo, enquanto processo político e histórico, é também um processo de constituição de subjetividades, de indivíduos cuja consciência e afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais. Em outras palavras, o racismo só consegue se perpetuar se for capaz de: produzir um sistema de ideias que forneça uma explicação “racional” para a desigualdade racial; constituir sujeitos cujos sentimentos não sejam profundamente abalados diante da discriminação e da violência racial e que considerem “normal” e

“natural” que no mundo haja “brancos” e “não brancos” (Almeida, 2020, p. 63).

Como reflexão, é elementar considerar a respeito de como as pessoas têm se comportado perante a luta antirracista, se estão reconhecendo seus privilégios sociais, econômicos, culturais, bem como seu local de fala, de modo a buscar mais informação e conhecimento, tendo como exemplo acerca do letramento racial, que auxilia no combate a toda a violência elucidada neste trabalho.

O privilégio racial é uma característica marcante da sociedade brasileira, uma vez que o grupo branco é o grande beneficiário da exploração, especialmente da população negra. E não estamos nos referindo apenas ao capitalismo branco, mas também aos brancos sem propriedade dos meios de produção que recebem seus dividendos do racismo. Quando se trata de competir para o preenchimento de posições que implicam em recompensas materiais ou simbólicas, mesmo que os negros possuam a mesma capacitação, os resultados são sempre favoráveis aos competidores brancos. E isto ocorre em todos os níveis dos diferentes segmentos sociais. O que existe no Brasil, efetivamente, é uma divisão racial do trabalho. Por conseguinte, não é por coincidência que a maioria quase absoluta da população negra brasileira faz parte da massa marginal crescente: desemprego aberto, ocupações “refúgio” em serviços puros, trabalho ocasional, ocupação intermitente e trabalho por temporada, etc. Ora, tudo isto implica em baixíssimas condições de vida em termos de habitação, saúde, educação, etc (Gonzales, 2018, p. 110).

Em síntese, diante da realidade brasileira, no contexto das questões raciais, as desigualdades na educação têm um impacto significativo no campo do trabalho. O racismo estrutural permeia as instituições educacionais, o que traz como resultado as desigualdades no acesso, permanência e conclusão de uma educação de qualidade para pessoas negras.

Enquanto a questão negra não for assumida pela sociedade brasileira como um todo: negros, brancos e nós todos juntos refletirmos, avaliarmos, desenvolvermos uma práxis de conscientização da questão da discriminação racial nesse país, vai ser muito difícil no Brasil, chegar ao ponto de efetivamente ser uma democracia racial. No lastro do todo das questões que estão colocadas, o que se percebe é que estamos num país em que as classes dominantes, os donos do poder e os intelectuais a serviço dessas classes, efetivamente, não abrem mão. Eles não estão a fim de desenvolver um trabalho no sentido da construção de uma nacionalidade brasileira; nacionalidade esta que implicará efetivamente na incorporação da cultura negra (Gonzales, 2018, p. 255).

Outra questão relevante a ser citada, se dá a respeito do processo de socialização tratado por Berger, Luckmann (2004), que está intrinsecamente relacionada às questões de negritude, homoafetividade e justiça no Brasil, posto que essa teoria enfatiza, e ajuda na compreensão de como os indivíduos se tornam parte

integrante de uma sociedade e como internalizam suas normas, valores e significados que influenciam na constituição de seu processo identitário.

É imediatamente evidente que a socialização primária tem em geral para o indivíduo, o valor mais importante e que a estrutura básica de toda socialização secundária deve assemelhar-se à da socialização primária. Todo indivíduo nasceu em uma estrutura social objetiva, dentro da qual encontra os outros significativos que se encarregam de sua socialização. Estes outros significativos são-lhe-impostos. As definições dadas por estes à sua situação dele apresentam-se como a realidade objetiva. Desta maneira nasceu não somente em uma estrutura social objetiva, mas também em um mundo social objetivo. Os outros significativos que estabelecem a mediação deste mundo para ele modificam o mundo no curso da mediação. Escolhem aspectos do mundo de acordo com sua própria localização na estrutura social e também em virtude de suas idiossincrasias individuais, cujo fundamento se encontra na biografia de cada um (Berger; Luckmann, 2004, p.175).

Pode-se dizer que a socialização desempenha um papel fundamental nas questões relacionadas à negritude, homoafetividade e justiça. Desde a infância, os indivíduos são expostos a representações culturais, normas sociais e estereótipos que moldam sua compreensão de ser uma pessoa negra e homoafetiva no Brasil. A socialização ocorre em vários contextos, tendo como exemplos na educação, na família, na religião, na política, na cultura, de maneira a influenciar como os indivíduos se reconhecem e como são reconhecidos por outros, bem como acerca das ideias de justiça, equidade e direitos.

O mundo social é “filtrado” para o indivíduo através desta dupla seletividade. Assim, as crianças das classes inferiores não somente absorvem uma perspectiva própria da classe inferior a respeito do mundo social, mas absorve esta percepção com a coloração particular que lhe é dada por seus pais (ou quaisquer outros indivíduos encarregados de sua socialização primária). A mesma perspectiva da classe inferior pode introduzir um estado de espírito de contentamento, resignação, amargo ressentimento ou fervente rebeldia. Como consequência uma criança da classe inferior não somente irá habitar um mundo grandemente diferente do que é próprio da criança de uma classe superior, mas pode chegar a ter um mundo inteiramente diferente daquele da criança de classe inferior que mora na casa ao lado (Berger, Luckmann, 2004, p.176).

Assim, o processo de socialização primária é crucial para o indivíduo, posto que neste momento ocorrem as primeiras interações familiares e comunitárias em relação às mais diversas questões, ou seja, no contexto da negritude e homoafetividade, a referida socialização desempenha um papel significativo, devido a forma como serão internalizadas e percebidas as questões raciais, de classe, gênero, bem como sobre orientação sexual dos indivíduos.

Enquanto no que concerne à sua orientação sexual, o jovem homoafetivo pode enfrentar os impactos da homofobia e preconceito, que interferem em sua autoaceitação, socialização, saúde, bem como em sua segurança física, diante da realidade social, de maneira a influenciar em seu processo identitário.

*“Permita-se ser quem você é.”*

**Maura Âmbar**

Com essa frase de Maura Âmbar, escrita como dedicatória em seu livro para este autor que te escreve, inicio este tópico que aborda, de forma pontual, a respeito da homoafetividade, termo que se refere a orientação sexual, bem como aos afetos e vínculos emocionais nas relações sociais que envolvem pessoas do mesmo sexo. No que concerne a identidade de gênero e a orientação sexual, vale elucidar que:

Quando falamos de Identidade de Gênero, temos o Cisgênero como o gênero com o qual a pessoa se reconhece, ou seja, a pessoa se identifica com o gênero que lhe foi atribuído no nascimento – homem ou mulher. O Transgênero, que não se identifica com o gênero atribuído no nascimento (Reis, 2018). E ainda o Fluido (ou não binário), que é a pessoa que não se reconhece nem no gênero masculino, nem no feminino, ou transita entre eles (Gonçalves, 2017). Vale lembrar que a Orientação Sexual, muito confundida com identidade de gênero, diz respeito a por quem a pessoa sente atração emocional, afetiva, amorosa ou sexual: heterossexual, homossexual, bissexual e também assexual, com diferencial para este último, que não precisa necessariamente de atração sexual ou relação sexual para manter um relacionamento, podendo ter intimidade diferenciada, se relacionar com pessoas do mesmo sexo ou do sexo oposto (Reis, 2018); (Âmbar 2021, p. 90).

Diante disso, alguns fatores devem ser destacados neste trabalho, tais como acerca da homoafetividade e do movimento LGBTQIAPN<sup>1</sup>, principalmente no combate à discriminação e à violência, conforme descrito abaixo:

Ao longo dos anos 1990, as parcerias com o Estado em torno do combate à Aids consolidaram-se e deram impulso à multiplicação de grupos ativistas, inclusive de lésbicas e de travestis, promovendo a diversificação e a incorporação dos vários sujeitos do movimento homossexual na atual sigla LGBT. Parte considerável das entidades de base do movimento aderiu ao formato de organizações não governamentais (ONGs), estabelecendo estruturas mais formais de organização interna, conduzindo uma rotina de elaboração de projetos e relatórios, preocupando-se com a “capacitação de quadros” para estabelecer relações duráveis com técnicos de agências governamentais e organismos internacionais. A pesquisa da antropóloga

---

<sup>1</sup> A sigla LGBTQIAPN+ abrange pessoas que são Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais/Travestis, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-binárias e mais.

Regina Facchini mostra como esse processo se deu em um pequeno grupo de ativistas de São Paulo, na segunda metade dos anos 1990. Nesse período mais recente, o movimento LGBT lança campanhas pelo reconhecimento legal dos relacionamentos homossexuais e pelo combate à discriminação e à violência contra homossexuais, que contribui para popularizar o termo “homofobia”. É também o momento de emergência e consagração das Paradas do Orgulho LGBT, paralelamente ao crescimento de um mercado segmentado e à proliferação de diversos estilos de vida associados à homossexualidade, que acaba por refratar em múltiplas categorias e identidades (Simões, 2011, p. 93).

É imprescindível a necessidade de solução acerca da marginalização e invisibilização destas populações, e tais fatos se dão devido a atual estrutura, relações de poder, bem como aos aspectos políticos, econômicos e sociais, cujas formas de dominação e manutenção de poder, perpetuam a ideia de que tais populações são sujeitos que não merecem ter direitos.

Homossexualidade e transexualidade não estão mais no CID, logo não são doenças. Porém, essa realidade precisa nos contemplar culturalmente, estar presente no cotidiano do tecido social. Não tem cabimento que ainda tenha gente querendo curar pessoas LGBT+ ou entendendo que é normal aceitarmos viver num país que mais mata pessoas LGBT+. Se sua igreja não promove a vida de todas as pessoas, incluindo pessoas LGBT+, pretos, pardos, nordestinos, mulheres, recomendo que busque uma igreja inclusiva. Elas pregam um Jesus que ama a todos, sem distinção. Mas o importante é ter consciência que fé não é Constituição, e que ainda vivemos em um Estado laico. Lamentável estarmos num momento político em que a religião se confunde com Constituição, assim como opinião se confunde com embasamento científico (Âmbar, 2021, p. 117).

É necessário o reconhecimento das pluralidades, desenvolvimento moral, afetivo, bem como a criação de políticas públicas para assegurar o exercício de direitos, que devem estar protegidos e amparados pela Constituição Federal, independentemente da alternância de poder. Santos (2021, p. 90) afirma que “*a invisibilidade destes corpos sociais – marcados por categorias interseccionais como classe, gênero, sexualidade e, sobretudo, raça – soma-se aos descasos e à falta de ética das instituições públicas concentradas pelo governo federal*”. Desta forma, deve existir a real efetivação de garantias constitucionais e a promoção dos direitos fundamentais das populações vulnerabilizadas.

Ressalto a importância de políticas públicas que reconheçam as mortes de pessoas LGBT+, promovendo ações concretas que mudem essa realidade, começando na propagação de informação de qualidade técnica e científica, ensinando as famílias que o filho LGBT+ que eles tiveram não foi um erro (Âmbar, 2021, p. 116).

Questiona-se também a necessidade da reflexão acerca do lugar de privilégio de cada cidadão, de forma individualizada, de maneira a compreender a estrutura

social, reconhecendo-se também como parte do padrão atual. Afinal, as referidas populações negras e LGBTQIAPN+ são consideradas parte de minorias devido à sua invisibilização imposta. Deve-se haver o entendimento histórico da sociedade brasileira em geral, nos quais muitos matam ou deixam morrer, enquanto muitos indivíduos se recusam a olhar e negam a realidade que está a sua frente.

A homossexualidade sempre existiu. Não é crime nem pecado; não é uma doença nem um vício. Também não é um mal contagioso, nada justificando a dificuldade que as pessoas têm de conviver com lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexuais, identificados pela sigla LGBTI. São simplesmente – nada mais, nada menos – do que outras formas de viver, diversa do padrão majoritário. Mas nem tudo o que é diferente merece ser discriminado. Muito menos ser alvo da exclusão social (Dias, 2021, p. 629).

Neste momento, é relevante abordar acerca da ética, moral, e seus impactos nas populações LGBTQIAPN+. Pegando o “gancho” da transcrição acima, é importante a reflexão sobre o que é “pecado”, afinal, cada indivíduo possui uma maneira de expressar sua espiritualidade, e indaga-se o porquê de certos indivíduos sentirem-se tão superiores a outros a ponto de cometer tantos atos violentos, ou seja, na percepção acerca do que é “pecado” deve ser observado, por exemplo: Para quem? Em qual contexto? Qual época? Quem enunciou o discurso? Com qual objetivo? entre diversas outras reflexões.

Por exemplo, César (2013, p. 175), a respeito de determinadas religiões, menciona que *“afirmar categoricamente que todos os homossexuais escolheram ser assim, como prega a maioria cristã, é subestimar a quantidade de ódio e desprezo que podem estar reservados para aqueles que trafegam nesta via da sexualidade”*.

Rejeitados por suas comunidades de fé ao revelar sua orientação sexual, boa parte deles foi afastada, não de maneira explícita ou formal, mas pela pior forma de ódio, que é o desprezo ou a indiferença. Outros foram aliçados de um convívio fraterno no qual, antes, podiam expressar os talentos e os dons recebidos do Alto. Como uma pequena multidão de agentes secretos, vagam por aí, sem criar vínculos, frequentando igrejas de modo descompromissado, para não se expor. Muitos já tentaram de tudo para deixar de sentir a atração erótica por pessoas do mesmo sexo, o que os atormenta constantemente com o peso da culpa (Cesar, 2013, p. 21).

Devem-se ser observadas também a respeito das complexas dinâmicas de pertencimento religioso, inclusão e exclusão social, afinal, vale a reflexão acerca dos possíveis rumos das pessoas que foram excluídas de suas comunidades.

Aqueles que foram excluídos tomaram um de três rumos diferentes: ou abandonaram definitivamente a igreja local, sem, contudo, abdicar da fé; ou deixaram a igreja e a fé, tornando-se o que a Bíblia chama de apóstatas; ou

se envolveram em comunidades gays, as chamadas “igrejas inclusivas”, que crescem no Brasil em ritmo espantoso a despeito do escândalo e das reações violentas que suscitam (Cesar, 2013, p. 22).

Assim, há também a necessidade de tratar a respeito do que seria Ética e Moral para se compreender um pouco mais a respeito da necessidade do reconhecimento das pluralidades, fato este que está relacionado às questões éticas e morais.

A ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. Ou seja, é ciência de uma forma específica de comportamento humano. [...] A ética é a ciência da moral, isto é, de uma esfera do comportamento humano. Não se deve confundir aqui a teoria com o seu objeto: o mundo moral (Vasquez, 2013, p. 23).

Pode-se dizer que a ética não é um conjunto de regras morais, mas sim uma ciência sobre a natureza da moralidade, as razões por trás das ações morais e os princípios que as orientam, o que reflete uma compreensão da relação entre ética e a psicologia social, destacando-se como a ética é uma lente para analisar o comportamento moral dentro da sociedade.

Portanto, a moral é um fato histórico e, por conseguinte, a ética, como ciência da moral, não pode concebê-la como dada de uma vez para sempre, mas tem de considerá-la como um aspecto da realidade humana mutável com o tempo. Mas a moral é histórica precisamente, porque é um modo de comportar-se de um ser o homem que por natureza é histórico, isto é, um ser cuja característica é a de estar-se fazendo ou se autoproduzindo constantemente tanto no plano de sua existência material, prática, como no de sua vida espiritual, incluída nesta a moral (Vasquez, 2013, p. 25).

Diante da afirmação descrita acima, é possível destacar a respeito da alguns pontos, quais sejam: a moral como um fato histórico e a ética como ciência da moral, o que em outras palavras, pode ser dito que a moral é um fenômeno que se desenvolve no decorrer do tempo, ou seja, tem natureza mutável, de modo a ser necessária a compreensão do contexto histórico e social ao serem analisadas as questões éticas. Observa-se também a respeito da moral, no qual Vasquez (2013, p. 49) afirma que a moral “*é um conjunto de normas, aceitas livre e conscientemente, que regulam o comportamento individual e social dos homens*”.

Assim, o estudo da ética, da moral e do reconhecimento das pluralidades implica em compreender a diversidade e as diferentes perspectivas presentes na sociedade. A criação de políticas públicas que assegurem direitos reflete uma abordagem ética que visa à justiça social e à equidade, independentemente das

mudanças políticas, de modo a ser relevante também mencionar a respeito da relação entre a moral e o direito, cujas normas referentes à negritude e homoafetividade serão abordadas no capítulo seguinte.

A esfera da moral é mais ampla do que a do direito. A moral atinge todos os tipos de relação entre os homens e as suas várias formas de comportamento (assim, por exemplo, o comportamento político, o artístico, o econômico, etc., podem ser objeto de qualificação moral). O direito, pelo contrário, regulamenta as relações humanas mais vitais para o Estado, para as classes dominantes ou para a sociedade em seu conjunto (Vasquez, 2013, p. 83).

A afirmação transcrita acima demonstra a distinção entre as esferas da moral e do direito, de maneira que é possível destacar sobre a amplitude da moral e do direito, de modo a sugerir uma interseção complexa entre ambas, de maneira a se observar que a psicologia social pode examinar como as normas morais são internalizadas e manifestadas nas interações humanas, incluindo aquelas que também são regulamentadas pelo sistema legal, ou seja, é relevante a análise da função reguladora do direito em relação a questões centrais para o funcionamento da sociedade.

Em conclusão: a moral e o direito possuem elementos comuns e mostra, por sua vez, diferenças essenciais, mas estas relações, que ao mesmo tempo possuem um caráter histórico, baseiam-se na natureza do direito como comportamento humano sancionado pelo Estado e na natureza da moral como comportamento que não exige esta sanção estatal e se apoia exclusivamente na autoridade da comunidade, expressa em normas e acatada voluntariamente (Vasquez, 2013, p. 84).

Neste momento é possível destacar acerca de como as mudanças históricas e culturais podem influenciar a adaptação das normas morais e legais, bem como o quanto a criação das leis e as normas morais são influenciadas pela percepção de autoridade, sancionamento e aprovação social, de modo ser necessário observar a respeito de como as normas, tanto morais, quanto legais são internalizadas, de maneira a influenciar os comportamentos e percepções individuais e coletivas de justiça e moral, bem como em suas interações sociais.

É relevante ser mencionado também no que concerne ao sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão, Sawaia (2008, p.104), afirma que “[...] o sofrimento ético-político abrange as múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas. Qualifica-se pela maneira

*como sou tratada e trato o outro na intersubjetividade, face a face ou anônima, cuja dinâmica, conteúdo e qualidade são determinados pela organização social”*

Profere ainda a autora (2008, p. 104) que a vivência cotidiana, bem como as relações sociais dominadoras são retratadas no sofrimento ético-político, *“especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior”* [...] bem como apresenta e revela *“a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época”*.

Sawaia (2008, p. 104) aborda a ideia de sofrimento ético-político e sua relação com a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em diferentes épocas históricas, bem como cita a complexa relação entre sofrimento ético-político, desigualdade social e as nuances das emoções humanas, enfatizando como esses elementos se interconectam na dinâmica social e na experiência cotidiana das pessoas ao longo das diferentes épocas históricas. Para esta autora (2008, p.104) *“o sofrimento ético-político e a felicidade pública não se tornam fim em si mesmo, encontrando em si próprio, pelo ensimesmamento, a satisfação, como ocorre com a dor e a alegria.”*

[...] conhecer o sofrimento ético-político é analisar as formas sutis de espoliação humana por trás da aparência da integração social, e, portanto, entender a exclusão e a inclusão como as duas faces modernas de velhos e dramáticos problemas – a desigualdade social, a injustiça e a exploração (Sawaia, 2008, p. 106).

Destaca-se também a respeito da influência do sistema capitalista no sofrimento ético-político e desigualdade social, na concepção marxista, a exclusão social não é apenas uma consequência ingênua do sistema, mas está integrada em estratégias históricas que sustentam a ordem social estabelecida, deste modo estruturas sociais, econômicas e políticas influenciam a vida das pessoas e suas interações, desta forma, destaca-se a respeito da relevância de entender os sistemas e as ideologias subjacentes para compreender as dinâmicas sociais e os consequentes impactos psicossociais.

[...] mas é a concepção marxista sobre o papel fundamental da miséria e da servidão na sobrevivência do sistema capitalista, que constitui a ideia central da dialética exclusão/inclusão, a ideia de que a sociedade inclui o trabalhador alienando-o de seu esforço vital. Nessa concepção a exclusão perde a ingenuidade e se insere nas estratégias históricas de manutenção da ordem social, isto é no movimento de reconstituição sem cessar de formas de desigualdade, como o processo de mercantilização das coisas e dos homens

e o de concentração de riquezas, os quais se expressam nas mais diversas formas: segregação, apartheid, guerras, miséria, violência legitimada. Só essa ideia pode explicar, porque um governo prioriza a saúde de bancos em detrimento à saúde da população (Sawaia, 2008, p. 108).

Outro fator importante se dá a respeito da filosofia política de Espinosa e o conceito de Potência, interpretado como o direito de cada indivíduo de existir, afirmar-se e expandir-se, cujo desenvolvimento é condição para se atingir a liberdade, conforme descrito abaixo:

A filosofia política de Espinosa é ética e remete à humanidade. Ela fundamenta-se no conceito de potência (Ferreira, 1997, p. 502), entendido como o direito que cada indivíduo tem de ser, de se afirmar e de se expandir (Espinosa, 1988), cujo desenvolvimento é condição para se atingir a liberdade. O seu contrário, a potência de padecer (paixões tristes e alegrias passivas) gera a servidão, situação em que se colocam nas mãos do outro as idéias sobre as afecções do próprio corpo. Essas não são contingentes, produtos de circunstâncias que empurram o indivíduo em todas as direções, mas são imanescentes a ele, referem-se ao movimento de constituição do homem como potência de libertação, na preservação da própria substância, e que é acompanhada por afeto de alegria (Sawaia, 2008, p. 111).

Kohlberg propôs estágios de evolução moral que os indivíduos atravessam, e Habermas estende essa ideia para descrever a progressão moral da sociedade em direção a um maior senso de justiça, ou seja, a evolução histórica da sociedade está ancorada no desenvolvimento da consciência moral coletiva. Esse desenvolvimento passa por seis estágios de obediência às normas sociais, conforme descrito a seguir:

Habermas (1989), adota de Kohlberg os estágios de evolução moral do indivíduo e o amplia à sociedade, indicando um sentido de justiça crescente. O desenvolvimento histórico está fundado no desenvolvimento da consciência moral, que passa por seis estados de obediência às normas sociais: pelo medo do castigo, pela reciprocidade concreta (é dando que se recebe), pela reciprocidade ideal, pela reciprocidade mediada pelo sistema, pela orientação legalista de contratos e, finalmente, pelo respeito aos princípios éticos universais (estágio de justiça social) (Sawaia, 2008, p. 112).

Sawaia (2008, p. 113), elucida que potencializar *“significa atuar, ao mesmo tempo, na configuração da ação, significado e emoção, coletivas e individuais”*, de maneira a mencionar também que *“realça o papel positivo das emoções na educação e na conscientização, que deixa de ser fonte de desordem e passa a ser vista como fator constitutivo do pensar e agir racionais.”*

O conceito de potência faz crítica à racionalidade contida no conceito de conscientização e de educação, mas mantém a ideia de rigor, de aprendizagem e de planejamento. Também une mente e corpo, pois *“tudo que aumenta ou diminui, favorece ou reprime a potência de ação do meu corpo, aumenta ou diminui, favorece ou reprime a potência de pensar de minha mente”*. (Espinosa, 1957, livro II). Ao uni-las em uma mesma

substância, coloca-as como força que, enquanto tais, não se definem apenas pelos encontros e choques ao acaso. Definem-se por relações entre as infinidades de afecções memorizadas no corpo e na mente (Sawaia, 2008, p. 113).

A análise e a abordagem da exclusão passaram a incorporar a dimensão da afetividade, o que resultou na felicidade sendo estabelecida como um critério para definir a cidadania e a atenção dispensada pelo Estado e pela sociedade aos seus cidadãos, conforme explanado abaixo:

Enfim, introduzir a afetividade na análise e na prática de enfrentamento da exclusão é colocar a felicidade como critério de definição de cidadania e do cuidado que a sociedade e o Estado têm para com o seu cidadão, sem cair no excesso de negar as determinações estruturais e jurídicas, e enaltecer a estatização individualista, promovendo o enfraquecimento da política e das ações na esfera pública e aprisionando os homens em egos escravizados pela tirania do narcisismo e da intimidade (Sawaia, 2008, p. 116).

No período da Pandemia da COVID-19 foi exposta uma realidade muitas vezes mascarada, com fatos que poucas pessoas distinguem, consideram ou tampouco vislumbram. Santos (2021, p. 53) afirma que a pandemia *“revela o fenômeno da desigualdade: enquanto a população mais carente sofre as consequências sociais e econômicas, os grandes capitalistas conquistam ainda mais o mercado”*.

[...] pandemias são eventos complexos, que envolvem múltiplas dimensões e, embora atinjam simultaneamente diversos países, devem ser compreendidas no contexto local, à luz das especificidades territoriais, populacionais, sociais, econômicas e culturais, da rede de serviços de saúde instalada e, principalmente, das escolhas governamentais para o seu enfrentamento (Brigagão; Malinverni, 2021, p. 175).

Destaca-se também acerca de todas as polêmicas, ações incoerentes e crimes cometidos, no período de maior risco da referida pandemia, entre elas tem-se como exemplo, notícias falsas (*fake news*), crimes contra a humanidade, corrupção, entre diversas outras situações, conforme o Ministério da Saúde, o número de óbitos acumulados no Brasil, até o mês de julho do ano de 2023, é de 704.659.

A pandemia chegou simplesmente para demonstrar que precisamos de um país administrado para todos e não somente para camadas da sociedade detentoras do poder, desvelando uma falsa democracia que não chega às camadas mais pobres e invisíveis de nossa sociedade (Santos, 2021, p. 111).

A respeito das populações negras e LGBTQIAPN+ indaga-se a respeito da intencionalidade acerca das ações das políticas regulatórias que trouxeram e trazem

consequências devastadoras a estas pessoas, o que pode ser relacionado com o termo biopoder, no qual Mbembe (2018, p. 17), afirma que “*na formulação de Foucault, o biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer*”, deste modo, tal fator está relacionado com os impactos e os desafios identitários dessas populações, que conforme Furlan; Veiga (2022):

Identificamos que a problemática das lutas identitárias na sociedade contemporânea se relacionam com as políticas de reconhecimento, que podem produzir intervenções emancipatórias ou de administração das identidades, na medida em que o reconhecimento também pode conformar-se como perverso (Lima, 2010), e operar como dispositivo da biopolítica (Furlan, 2020) – o que chamamos de biopolíticas de reconhecimento -, e inferir sobre as identidades aprisionando-as as modulações de personagens fetichizadas. Isto é, o reconhecimento, quando se dá de modo perverso pode também operar como dispositivo da biopolítica, o qual infere na dimensão da identidade produzindo modulações de personagens fetichizadas, enquanto uma espécie de clausura subjetiva identitária (Furlan; Veiga, 2022, p.15).

Desta forma, é importante mencionar também a respeito de como as pessoas são reconhecidas e valorizadas em uma sociedade, ou seja, trata-se de uma biopolítica do reconhecimento, que considera como as estruturas políticas e sociais moldam a identidade e o status das pessoas, podendo desumanizar determinadas classes ou grupos sociais, de modo reduzir sua identidade, que pode resultar em uma negação de direitos e reconhecimento como sujeitos políticos.

Na biopolítica do reconhecimento, a política desumaniza o status da classe enquanto sujeito político e seu desejo humano é esvaziado de significado, o que faz com o que qualquer reivindicação política perca sua importância, esvaziando o sentido do direito como garantidor de suas demandas; ela reconhece no campo da vida nua, das vidas produzidas na exceção, como vida fora da política que está dentro excluindo-a (Furlan; Veiga, 2022, p. 21).

É possível observar também que determinados grupos são tratados como descartáveis ou dispensáveis dentro deste contexto, o que impacta nas desigualdades e injustiças sociais, devendo ser considerado também acerca das implicações psicossociais, que afetam a dignidade e os direitos de tais pessoas.

A respeito do campo do trabalho, a interseccionalidade dos marcadores sociais, apresentados neste capítulo, trazem consequências nas quais as pessoas poderão ter dificuldades adicionais para obter oportunidades e empregos melhores e justos diante de sua realidade. Além disso, ainda no campo do trabalho, os efeitos do racismo e LGBTQIAPN+fobia são notórios, tendo como exemplo menores representações em cargos superiores, menores salários, e a maior taxa de desemprego, sem contar a discriminação, preconceito e estereotipagem que

enfrentam, e tais absurdos prejudicam o desenvolvimento e progresso de suas carreiras.

Sendo que, neste período, uma parte considerável dos postos de trabalho haviam sofrido alguma forma de alteração nas rotinas laborais, existindo três grandes tendências na época: a implantação da modalidade de trabalho remoto (o chamado home office) para uma pequena parcela da classe trabalhadora; o afastamento médico daqueles trabalhadores que se encontravam no grupo de risco de infecção pelo coronavírus; e a redução de jornada ou a suspensão dos contratos de trabalho, em geral nas atividades consideradas não essenciais, nos primeiros meses de pandemia. Todavia, para além dessas flexibilizações que promoveram a proteção da saúde de uma parte da classe trabalhadora, uma outra parcela de trabalhadores permaneceu executando suas atividades, sem nenhuma alteração em sua rotina, uma vez que integravam serviços considerados essenciais (Silva, 2021, p. 252).

Consequentemente, o referido ambiente universitário deve ser inclusivo e de acolhimento, de maneira a englobar a implementação de políticas de promoção da diversidade, assim como o combate a todo tipo de preconceito e discriminação, ou seja, é relevante o fornecimento de recursos educacionais e capacitação das pessoas, para que haja a cooperação e compreensão adequada das questões enfrentadas pela referida população em questão. Desta forma, pode-se dizer que o jovem negro homoafetivo universitário deve estar em um ambiente em que seja acolhido, respeitado e que seja seguro, de maneira que sua diversidade seja valorizada e suas necessidades sejam amparadas, de modo a resultar em uma experiência de vida acadêmica com equidade.

Diante disso, é evidente a interseccionalidade dos fatores relacionados ao jovem negro homoafetivo estudante universitário em tempos de pandemia da COVID-19, que influenciam em sua experiência de vida de maneira significativa, de modo a ser relevante a compreensão e apresentação das questões específicas enfrentadas, posto que tais experiências não podem investigadas de maneira isolada, mas sim devem ser considerados todos os elementos relacionados a sua identidade.

Com o tempo e muita busca, a pessoa começa a entender quem ela é, se desconstrói toda, pois até "ontem" aprendeu que o que ela é ou como se entende era algo errado, abominável (Âmbar, 2021, p. 104).

Diante do que foi dito até aqui, vale relembrar a famosa frase "*A injustiça em qualquer lugar é uma ameaça à justiça em todo lugar*", dita por Martin Luther King Jr, em seu discurso intitulado "*Letter from Birmingham Jail*", traduzido como Carta da Prisão de Birmingham, escrito em 16 de abril de 1963, na qual trata a respeito da importância da aplicação adequada da Justiça. Podem ser usadas como base para

reflexão e desenvolvimento de estratégias para combater a discriminação e promover uma sociedade mais inclusiva e igualitária, o Princípio da igualdade e não Discriminação, a interseccionalidade elucidada neste capítulo, os Direitos Humanos, a Dignidade da Pessoa Humana, e as perspectivas críticas como ferramenta de análise para o direito, deste modo, no capítulo a seguir serão abordados, de maneira geral, a respeito da relação entre o jovem negro homoafetivo e a Justiça brasileira.

### 3 NEGRITUDE, HOMOAFETIVIDADE E JUSTIÇA BRASILEIRA

[...] *“Homens e mulheres pretos e pretas do Brasil, vocês existem e são valiosos para nós. [...] Pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, travestis, intersexo e não binárias, vocês existem e são valiosas para nós”.*

**Silvio Luiz de Almeida**

A Justiça brasileira é um tema fundamental também que está relacionado às populações negras e LGBTQIAPN+, principalmente no que concerne à garantia de seus direitos. Assim, contextualizar a realidade vivida, auxiliará a compreensão de como a identidade se constitui diante desta. Primeiramente é importante comentar acerca do trecho do discurso de Silvio Almeida em sua posse como Ministro dos Direitos Humanos e Cidadania no ano de 2023, no qual reflete uma abordagem inclusiva e afirmativa direcionada também a diversas pessoas e grupos marginalizados. Por meio desta passagem é possível destacar a respeito da importância da conscientização sobre a validação e valorização de todas as pessoas, bem como sobre a inclusão, pertencimento, empoderamento, respeito, igualdade, combate à invisibilidade, à estigmatização, e seu consequente impacto nas percepções sociais. Deste modo, o escopo deste capítulo é demonstrar e tratar acerca da relevância da garantia de direitos, sem esgotar o assunto, de maneira a dissertar pontualmente a respeito das principais normas relativas aos jovens negros homoafetivos e suas aplicações.

Primeiramente, conforme Diniz (2005, p. 342), em sentido próprio, Justiça é a virtude da convivência humana, ou seja, de dar a cada um o que lhe é devido, segundo uma igualdade simples ou proporcional, exigindo, portanto, uma atitude de respeito para com os outros, dando-lhes aquilo a que tenham o direito de ter ou de fazer. Tal autora também explana que *“daí as três notas essenciais da justiça em sentido estrito: a alteridade (ou pluralidade de pessoas), ou devido (ou exigibilidade) e a igualdade (ou relação de conformidade quanto à quantidade) simples ou proporcional”*.

O fundamento das normas está na exigência da natureza humana de viver em sociedade, dispondo sobre o comportamento dos seus membros. As normas são fenômenos necessários para a estruturação ôntica do homem. E como a vida do grupo social está intimamente ligada à disciplina das vidas

individuais, elas fundam-se também na necessidade de organização na sociedade, exatamente porque não há sociedade sem normas de direito, que têm por objeto uma ação humana, obrigando-a, permitindo-a ou proibindo-a. A vida em sociedade exige o estabelecimento de normas jurídicas que regulem os atos de seus componentes, são os mandamentos dirigidos à liberdade humana no sentido de restringi-la em prol da coletividade, pois esta liberdade não pode ser onímoda, o que levaria ao caos. As normas de direito visam delimitar a atividade humana, preestabelecendo o campo dentro do qual pode agir. Sua finalidade é traçar as diretrizes do comportamento humano na vida social, para que cada um tenha o que lhe é devido, e dirigir a liberdade no sentido da justiça, estabelecendo, para vantagem de todos, os marcos das exigibilidades recíprocas, garantindo a paz e a ordem da sociedade (Diniz, 2005, p. 342).

Desta forma, conforme transcrito acima, é necessário o estabelecimento de normas jurídicas em prol da coletividade, de modo que sejam criadas diretrizes do comportamento humano na vida social, cuja finalidade é dirigir a liberdade no sentido da Justiça, tendo também como propósito a garantia da paz e a ordem da sociedade.

Para Diniz (2005) a norma jurídica é fruto de decisões de um poder, ou seja, decorre de atos decisórios do poder, que pode ser constituinte, legislativo, judiciário, executivo, comunitário ou coletivo e individual, se tornando jurídica somente quando for declarada como tal, conforme transcrito abaixo:

Pode parecer à primeira vista que a norma jurídica se opõe ao poder, mas tal não ocorre, pois sem poder ela não existe, só é jurídica, na realidade, a norma que for declarada pelo poder. Tem, o poder político, a função de organizar as atividades inter-relacionadas das criaturas racionais que compõem determinada comunidade. E, além disso, o fato de toda norma jurídica envolver a decisão do poder por uma conduta revela o que há de essencial na relação entre norma e poder. É obvio que a norma jurídica decorre de um ato decisório do poder (constituinte, legislativo, judiciário, executivo, comunitário ou coletivo e individual). A norma só será jurídica, como vimos, no momento em que for declarada como tal pelo órgão incumbido de levar o grupo a seus fins, e se estiver entrosada com o ordenamento jurídico da sociedade política (Diniz, 2005, p. 343). [...] A norma jurídica, por corresponder a necessidades de ordem, de equilíbrio, de justiça, cujas raízes se fundam numa determinada realidade social, não pode ser criação arbitrária do poder de que emana. É ela relativa às interações que a inteligência governante julga necessárias entre os homens de uma sociedade, isto é, como nos diz Goffredo Telles Jr., “as reações que devem ser permitidas e as que devem ser proibidas” (Diniz, 2005, p. 348).

Deste modo, é relevante mencionar também que, de acordo com Diniz (2005, p. 343), “a norma jurídica, por corresponder a necessidades de ordem, de equilíbrio, de justiça, cujas raízes se fundam numa determinada realidade social, não pode ser criação arbitrária do poder de que emana”, ou seja, ela também é fruto de um determinado contexto social, de maneira a ser importante observar acerca de sua

época de criação, seu período de vigor, para quem e de quais formas foram criadas, bem como por quais razões foram estabelecidas.

A norma jurídica se encontra no meio social, ora sofrendo injunções dos fatores sociais, ora sobre eles reagindo e orientando. Os fins a serem atendidos são impostos à norma jurídica pela realidade social concreta. Sociologicamente, poder-se-ia dizer que são os fins sociais que criam a norma jurídica. Com sua elaboração, a norma jurídica continua sua vida própria, numa integração entre fatos e valores (Diniz, 2005, p. 351).

Destarte, para iniciar a explanação sobre as normas relativas aos jovens negros homoafetivos é relevante mencionar que a Constituição Federal – CF de 1988 (BRASIL, 1988) estabelece no inciso III de seu artigo 1º, que a Dignidade da Pessoa Humana é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, enquanto a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) estipula em seu artigo 2º que

Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autônomo ou sujeito a alguma limitação de soberania (ONU, 1948).

Ao mesmo tempo que, por meio de seu artigo 7º, a referida Declaração estabelece que *“todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei. Todos têm direito a proteção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação”* (ONU, 1948), assim como em seu artigo 25, é estipulado a respeito do direito das pessoas a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, conforme transcrição abaixo:

Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade (ONU, 1948).

Em seguida, é estabelecido no *caput* do artigo 5º da CF sobre o princípio da igualdade, no qual é determinado que *“todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...]”* (Brasil, 1988), que, segundo proclamado por Ruy Barbosa (1949, p. 25), *“a regra da igualdade não consiste senão em quinhonar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigualam.”* de modo a elucidar em seguida que *“nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade”*, desta forma é evidente a importância deste princípio para os jovens negros homoafetivos.

[...] O mais são desvarios da inveja, do orgulho, ou da loucura. Tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real. Os apetites humanos conceberam inverter a norma universal da criação, pretendendo, não dar a cada um, na razão do que vale, mas atribuir o mesmo a todos, como se todos se equivalessem (Barbosa, 1949, p.25).

Pode-se dizer que para Bulos (2015), a grande questão que se coloca com relação ao vetor da isonomia é definir quais as situações de igualdade e quais as de desigualdade, desta forma, este autor explana que:

Ações afirmativas (discriminações positivas ou desequiparações permitidas) – foram consagradas pelo próprio constituinte, que se incumbiu de conferir tratamento diferenciado a certos grupos, em virtude de marginalizações que sofreram no passado. Busca-se compensar os menos favorecidos, dando-lhes um tratamento condigno do mesmo modo daqueles que nunca sofreram quaisquer restrições. Aqui se encontram os idosos, as mulheres, os negros, os pardos, os índios, os homossexuais, os deficientes físicos, os quais nunca tiveram, ao longo da história constitucional brasileira, os mesmos direitos e privilégios dos brancos, ricos, detentores de postos de poder e destaque social (p. 421).

Para este mesmo autor, as discriminações negativas se referem as desequiparações injustificáveis, conforme descrito abaixo:

Discriminações negativas são as desequiparações injustificáveis, e, por isso, proibidas pelo constituinte originário. Quando alguém desigualar outrem, sem qualquer supedâneo constitucional, estamos diante das discriminações negativas. Elas fulminam o pórtico da paridade, quando proíbem o acesso das classes minoritárias àqueles postos reservados aos “bem-nascidos”, com base em critérios de raça, origem, cor, condição financeira, social etc. Mas o raciocínio para aferir, o que seja igual ou desigual, idêntico ou diferente, equiparado ou desequiparado, é subjetivo. Inexiste qualquer exatidão nesse campo. Caberá ao magistrado precisar essas palavras, valendo-se do bom

senso, das máximas da experiência (CPC, art. 126) e até do art. 5º da Lei de Introdução ao Código Civil. É o juiz quem determinada o grau de paridade em cada caso (Bulos, 2015, p. 421).

Enquanto no inciso XXXV do artigo 5º da Constituição Federal, é determinado que *“a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”* (Brasil, 1988), ou seja, é prevista a garantia de acesso ao Poder Judiciário e à Justiça. No entanto, devem ser considerados diversos fatores que influenciam nas dificuldades do referido acesso, de modo a se ter como exemplos os recursos financeiros das partes, o tempo a ser despendido, bem como, conforme Cappelletti; Garth (1988, p.12), a aptidão para reconhecer um Direito e propor uma ação ou sua defesa, de modo a mencionar que *“o acesso à justiça pode, portanto, ser encarado como requisito fundamental - o mais básico dos direitos humanos – de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretenda garantir, e não apenas proclamar os direitos de todos.”*

Outro assunto importante a ser mencionado é a respeito dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil que estão previstos no artigo 3º da Constituição Federal de 1988, em seus incisos I a IV, transcritos a seguir:

I - Construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Brasil, 1988).

Evidencia-se acerca do inciso IV, que tem como escopo promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, de modo a ser essencial para a população.

Em seguida, no que concerne a discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais, prática de racismo e crimes contra a honra, homofobia, intromissões arbitrárias na sua vida privada, e outros crimes, destacam-se os seguintes artigos:

O artigo 12 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) protege o direito à vida privada, honra e reputação das pessoas, de maneira a estabelecer que *“ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques toda a pessoa tem direito a proteção da lei.”* Sobre este tema o inciso X do artigo 5º determina que *“são invioláveis a*

*intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”.* (Brasil, 1988).

No que concerne aos crimes contra a honra, estes estão previstos no Código Penal em seus artigos 138 a 140, no qual o artigo 138 trata acerca da calúnia, enquanto o artigo 139 versa sobre difamação, e o artigo 140 discorre sobre injúria, de modo a ressaltar o crime de injúria racial é definido em seu parágrafo terceiro, que estabelece que *“se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência: Pena - reclusão de um a três anos e multa”* (Brasil, 1940), no entanto, vale destacar a Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor (Brasil, 1989). Em seu artigo 2º-A é determinado que *“Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional. Pena: reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa”* (Brasil, 1989), de maneira a ressaltar que em seu parágrafo único, é dito que *“a pena é aumentada de metade se o crime for cometido mediante concurso de 2 (duas) ou mais pessoas.”*. Tal artigo foi incluído pela Lei nº 14.532, de 2023, que altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público (Brasil, 2023). Desta forma, por meio da entrada em vigor desta lei, a injúria racial é equiparada ao crime de racismo, o que pode ser considerado como um avanço para o combate deste crime.

A Lei nº 14.532, de 2023 está em consonância com o Supremo Tribunal Federal, que na data de 28 de outubro de 2021 decidiu, por meio do julgamento do Habeas Corpus nº 154.248/DF, que o crime de injúria racial é imprescritível, de modo a ser de extrema relevância, posto que anteriormente à referida deliberação, era possível a prescrição deste crime. Desta forma, a ementa da referida decisão está transcrita abaixo:

EMENTA: HABEAS CORPUS. MATÉRIA CRIMINAL. INJÚRIA RACIAL (ART. 140, § 3º, DO CÓDIGO PENAL). ESPÉCIE DO GÊNERO RACISMO. IMPRESCRITIBILIDADE. DENEGAÇÃO DA ORDEM.

1. Depreende-se das normas do texto constitucional, de compromissos internacionais e de julgados do Supremo Tribunal Federal o reconhecimento objetivo do racismo estrutural como dado da realidade brasileira ainda a ser

superado por meio da soma de esforços do Poder Público e de todo o conjunto da sociedade.

2. O crime de injúria racial reúne todos os elementos necessários à sua caracterização como uma das espécies de racismo, seja diante da definição constante do voto condutor do julgamento do HC 82.424/RS, seja diante do conceito de discriminação racial previsto na Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.

3. A simples distinção topológica entre os crimes previstos na Lei 7.716/1989 e o art. 140, § 3º, do Código Penal não tem o condão de fazer deste uma conduta delituosa diversa do racismo, até porque o rol previsto na legislação extravagante não é exaustivo.

4. Por ser espécie do gênero racismo, o crime de injúria racial é imprescritível.

5. Ordem de habeas corpus denegada.

Vale mencionar também a entrada em vigor do Decreto nº 10.932 de 10 de janeiro de 2022, que promulga a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, firmado pela República Federativa do Brasil, na Guatemala, em 5 de junho de 2013, bem como sobre o artigo 1º da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), de 1969, no qual o Brasil é signatário.

#### Artigo 1º - Obrigação de respeitar os direitos

1. Os Estados-partes nesta Convenção comprometem-se a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita à sua jurisdição, sem discriminação alguma, por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social.

Ainda sobre o combate ao racismo, bem como à homofobia, observa-se a existência do artigo 4º da Constituição Federal, no qual menciona que “a *República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo*” [...] (Brasil, 1988), bem como os incisos III, XLI, e XLII do artigo 5º da CF (Brasil, 1988), que estipulam, que “*III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;*” assim como que “*XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;*”, da mesma maneira que “*XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;*” de modo a destacar a Lei nº 7.716/89, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, sendo alterada pela Lei nº 12.288/2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e

difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica, conforme seu artigo 1º (Brasil, 2010).

O Estatuto da Igualdade Racial conceitua, para seus próprios efeitos, a discriminação racial, desigualdade racial, população negra, políticas públicas e ações afirmativas, conforme exposto abaixo:

Parágrafo único. Para efeito deste Estatuto, considera-se:

I - discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada;

II - desigualdade racial: toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica;

III - desigualdade de gênero e raça: assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais;

IV - população negra: o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga;

V - políticas públicas: as ações, iniciativas e programas adotados pelo Estado no cumprimento de suas atribuições institucionais;

VI - ações afirmativas: os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades (Brasil, 2010).

Destaca-se que a discriminação racial consiste em conduta suficiente à caracterização de dano moral indenizável, posto que as normas brasileiras estabelecem a obrigação de reparação dos danos causados por atos discriminatórios, de modo a se ter como exemplos a Lei nº 7.716/1989 (Lei do Racismo) e a Lei nº 9.029/1995 (Lei da Discriminação nas Relações de Trabalho), bem como a Constituição Federal, desta maneira, não há a necessidade de comprovação do dano, posto que o dano moral é presumido, pois é considerado inerente à própria violação dos direitos da vítima, ou seja, afeta a dignidade e a honra da vítima, causando sofrimento psíquico e emocional, que são considerados danos morais.

O referido Estatuto trata também a respeito do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir), cuja definição e objetivos estão elencados abaixo, conforme previsto em seus artigos 47, 48 e seus parágrafos e incisos.

Art. 47. É instituído o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir) como forma de organização e de articulação voltadas à implementação do conjunto de políticas e serviços destinados a superar as

desigualdades étnicas existentes no País, prestados pelo poder público federal.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão participar do Sinapir mediante adesão.

§ 2º O poder público federal incentivará a sociedade e a iniciativa privada a participar do Sinapir.

Art. 48. São objetivos do Sinapir:

I - promover a igualdade étnica e o combate às desigualdades sociais resultantes do racismo, inclusive mediante adoção de ações afirmativas;

II - formular políticas destinadas a combater os fatores de marginalização e a promover a integração social da população negra;

III - descentralizar a implementação de ações afirmativas pelos governos estaduais, distrital e municipais;

IV - articular planos, ações e mecanismos voltados à promoção da igualdade étnica;

V - garantir a eficácia dos meios e dos instrumentos criados para a implementação das ações afirmativas e o cumprimento das metas a serem estabelecidas (Brasil, 2010).

Além dos mencionados acima, no tocante à homofobia é relevante mencionar também a existência do Decreto de 4 de junho de 2010 que institui o Dia Nacional de Combate à Homofobia, bem como o Decreto nº 9.883, de 27 de junho de 2019 que dispõe sobre o Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Em relação aos direitos da população homoafetiva, a Lei Estadual nº 14.462/11 da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, instituiu o "Dia de Luta contra a Homofobia", e passou a vigorar na data de sua publicação.

[...] Ora, a nenhuma espécie de vínculo que tenha por base o afeto pode-se deixar de conferir status de família, merecedora da proteção do Estado, pois a Constituição (1º III) consagra, em norma pétrea, o respeito à dignidade da pessoa (Dias, 2021, p. 448).

Ocorre que no ano de 2019, por meio da Ação Direita de Inconstitucionalidade por Omissão - ADO nº 26, o Supremo Tribunal Federal determinou que condutas homofóbicas e transfóbicas são consideradas crimes equiparados ao crime de racismo. Como consequência, aqueles que proferirem ofensas ou discriminarem pessoas com base em sua orientação sexual ou identidade de gênero está sujeito à punição, de modo a ressaltar que tal conduta se tornou inafiançável e imprescritível. Tal informação pode ser confirmada, conforme trecho do acórdão desta ação transcrito abaixo:

[...] Em seguida, por maioria, fixou-se a seguinte tese: 1. Até que sobrevenha lei emanada do Congresso Nacional destinada a implementar os mandados de criminalização definidos nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição da República, as condutas homofóbicas e transfóbicas, reais ou supostas, que envolvem aversão odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero de alguém, por traduzirem expressões de racismo, compreendido este em sua dimensão social, ajustam-se, por identidade de razão e mediante

adequação típica, aos preceitos primários de incriminação definidos na Lei nº 7.716, de 08/01/1989, constituindo, também, na hipótese de homicídio doloso, circunstância que o qualifica, por configurar motivo torpe (Código Penal, art. 121, § 2º, I, “in fine”).

Outro ponto desta tese fixada se dá a respeito da relação entre a repressão penal à prática da homotransfobia e o exercício da liberdade religiosa. Ocorre que esta repressão penal nada interfere na liberdade religiosa, posto que os religiosos têm seus direitos de se expressarem livremente assegurados por lei, e tal liberdade abrange a pregação, divulgação e ensino de acordo com os princípios doutrinários e teológicos da religião. No entanto, a liberdade religiosa difere-se de discursos de ódio. Conforme transcrito abaixo, neste contexto, as exteriorizações que incitem a discriminação, a hostilidade ou a violência contra pessoas em razão de sua orientação sexual ou de sua identidade de gênero são consideradas discursos de ódio, e tais condutas ultrapassam os limites da liberdade religiosa, bem como são considerados crimes.

2. A repressão penal à prática da homotransfobia não alcança nem restringe ou limita o exercício da liberdade religiosa, qualquer que seja a denominação confessional professada, a cujos fiéis e ministros (sacerdotes, pastores, rabinos, mulás ou clérigos muçulmanos e líderes ou celebrantes das religiões afro-brasileiras, entre outros) é assegurado o direito de pregar e de divulgar, livremente, pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, o seu pensamento e de externar suas convicções de acordo com o que se contiver em seus livros e códigos sagrados, bem assim o de ensinar segundo sua orientação doutrinária e/ou teológica, podendo buscar e conquistar prosélitos e praticar os atos de culto e respectiva liturgia, independentemente do espaço, público ou privado, de sua atuação individual ou coletiva, desde que tais manifestações não configurem discurso de ódio, assim entendidas aquelas exteriorizações que incitem a discriminação, a hostilidade ou a violência contra pessoas em razão de sua orientação sexual ou de sua identidade de gênero;

O terceiro item desta tese aborda o conceito de racismo de uma perspectiva social e o amplia para além de considerações estritamente biológicas ou fenotípicas, de modo a citar que este é utilizado como uma ferramenta de poder perpetuar desigualdades e manter estruturas de hegemonia social, de maneira a relacioná-lo com outros grupos que não se “encaixam” na posição de hegemonia, como as pessoas LGBTQIAPN+, de maneira a se ter como exemplos de consequências, a inferiorização, estigmatização e exclusão injusta desses grupos dos sistemas de proteção legal e dos direitos sociais.

3. O conceito de racismo, compreendido em sua dimensão social, projeta-se para além de aspectos estritamente biológicos ou fenotípicos, pois resulta, enquanto manifestação de poder, de uma construção de índole históricocultural motivada pelo objetivo de justificar a desigualdade e

destinada ao controle ideológico, à dominação política, à subjugação social e à negação da alteridade, da dignidade e da humanidade daqueles que, por integrarem grupo vulnerável (LGBTI+) e por não pertencerem ao estamento que detém posição de hegemonia em uma dada estrutura social, são considerados estranhos e diferentes, degradados à condição de marginais do ordenamento jurídico, expostos, em consequência de odiosa inferiorização e de perversa estigmatização, a uma injusta e lesiva situação de exclusão do sistema geral de proteção do direito, vencido o Ministro Marco Aurélio, que não subscreveu a tese proposta. Não participaram, justificadamente, da fixação da tese, os Ministros Roberto Barroso e Alexandre de Moraes (Plenário, 13.06.2019).

Ocorre também que no mês de agosto do ano de 2023, o Supremo Tribunal Federal, estabeleceu que as injúrias direcionadas às pessoas que fazem parte da comunidade LGBTQIAPN+ são consideradas equivalentes ao crime de injúria racial, ou seja, diante de sua equiparação, este crime também será inafiançável e imprescritível.

É relevante mencionar também que relacionar o Direito e a Psicologia pode proporcionar uma compreensão abrangente sobre os desafios enfrentados e avanços conquistados por esta referida comunidade, tendo-se como exemplos as questões relacionadas à família, afetividade, liberdade, igualdade, homoafetividade, uniões homoafetivas e homoparentalidade. Tem-se como exemplos de direitos conquistados e reconhecidos, o direito dos casais homoafetivos se casarem e constituírem união homoafetiva, equivalente a união estável, de modo a serem garantidos seus direitos e proteções legais nestas relações. Podem ser citados também, o Direito a adoção, bem como o direito a mudança de nome e gênero, direito à saúde e tratamento por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), Direito de manifestação e expressão, e a criação de Políticas Públicas com o propósito de inclusão e respeito à diversidade LGBTQIAPN+, entre outros.

Existem diversos projetos de lei que tratam a respeito dos Direitos das populações LGBTQIAPN+, cada um com um objetivo diferente, tendo como exemplos, temas como enfrentamento à violência, discriminação, celebrações oficiais, implementação de políticas afirmativas, inclusão e igualdade, entre outras inúmeras pautas relevantes.

Enquanto no tocante à Juventude, a Lei Federal nº 12.852/2013 – Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE (Brasil, 2013), de modo a serem destacados os seus princípios, diretrizes gerais, Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil, Direito

à Educação, Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda, Direito à Diversidade e à Igualdade, Direito à Saúde, Direito à Cultura, Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão, Direito ao Desporto e ao Lazer, Direito ao Território e à Mobilidade, Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente e Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça.

No que concerne aos tópicos mencionados acima, destacam-se neste capítulo o Direito à Diversidade e à Igualdade e o Direito à Educação. A respeito do primeiro item, conforme o artigo 17 da referida lei, é relevante mencionar que *“o jovem tem direito à diversidade e à igualdade de direitos e de oportunidades e não será discriminado por motivo de: I - etnia, raça, cor da pele, cultura, origem, idade e sexo; II - orientação sexual, idioma ou religião; III - opinião, deficiência e condição social ou econômica.”* (BRASIL, 2013), bem como estabelece em seu artigo 18 sobre a adoção de medidas contempladas por meio da ação do poder público na efetivação do direito do jovem à diversidade e à igualdade.

No que se refere ao Direito à Educação, seu artigo 7º determina que *“o jovem tem direito à educação de qualidade, com a garantia de educação básica, obrigatória e gratuita, inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade adequada”* (Brasil, 2013), enquanto em artigo 8º é descrito que *“o jovem tem direito à educação superior, em instituições públicas ou privadas, com variados graus de abrangência do saber ou especialização do conhecimento, observadas as regras de acesso de cada instituição.”* (Brasil, 2013), de modo a ser importante mencionar que devem ser formuladas e implantadas medidas de democratização do acesso e permanência para os jovens, conforme descrito abaixo:

§ 1º É assegurado aos jovens negros, indígenas e alunos oriundos da escola pública o acesso ao ensino superior nas instituições públicas por meio de políticas afirmativas, nos termos da lei.

§ 2º O poder público promoverá programas de expansão da oferta de educação superior nas instituições públicas, de financiamento estudantil e de bolsas de estudos nas instituições privadas, em especial para jovens com deficiência, negros, indígenas e alunos oriundos da escola pública.

Artigo 13. As escolas e as universidades deverão formular e implantar medidas de democratização do acesso e permanência, inclusive programas de assistência estudantil, ação afirmativa e inclusão social para os jovens estudantes (Brasil, 2013).

Vale evidenciar ainda que o Direito à Educação, está previsto também na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), bem como na Constituição Federal de 1988 que consta como um de seus fundamentos a dignidade da pessoa

humana. Seu artigo 6º, indica a respeito dos direitos sociais, estabelecendo que “*são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição*” (Brasil, 1988), de modo a ser inquestionável que a educação é um direito social.

Enquanto em seu artigo 205 é determinado que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988), tendo seus princípios demonstrados em seu artigo 206.

Outra informação relevante a ser citada é a promulgação da Lei nº 10.639/2003, que alterou a Lei nº 9.394/1996 (Brasil, 2003) que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, conforme seu artigo 26-A e 79-B transcritos a seguir:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra (Brasil, 2003).

A Lei 12.288/2010, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, determina em seu artigo 11 que “*nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, é obrigatório o estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil, observado o disposto na Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996*” (Brasil, 2010), enquanto em seu parágrafo 1º menciona que “*os conteúdos referentes à história da população negra no Brasil serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, resgatando sua contribuição decisiva para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do País*” (Brasil, 2010).

Evidencia-se que a Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências (Brasil, 2010), de modo a estabelecer acerca da reserva de vagas por pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas e por pessoas com deficiência, conforme descrito abaixo:

Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE.

Referente a este assunto, também se destaca o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 186 Distrito Federal, no qual versa a respeito do sistema de reserva de vagas com base em critério étnico-racial (cotas) no processo de seleção para ingresso em instituição pública de ensino superior, conforme sua ementa transcrita abaixo:

EMENTA: ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. ATOS QUE INSTITUÍRAM SISTEMA DE RESERVA DE VAGAS COM BASE EM CRITÉRIO ÉTNICO-RACIAL (COTAS) NO PROCESSO DE SELEÇÃO PARA INGRESSO EM INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO SUPERIOR. ALEGADA OFENSA AOS ARTS. 1º, CAPUT, III, 3º, IV, 4º, VIII, 5º, I, II XXXIII, XLI, LIV, 37, CAPUT, 205, 206, CAPUT, I, 207, CAPUT, E 208, V, TODOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE. I – Não contraria - ao contrário, prestigia – o princípio da igualdade material, previsto no caput do art. 5º da Carta da República, a possibilidade de o Estado lançar mão seja de políticas de cunho universalista, que abrangem um número indeterminados de indivíduos, mediante ações de natureza estrutural, seja de ações afirmativas, que atingem grupos sociais determinados, de maneira pontual, atribuindo a estes certas vantagens, por um tempo limitado, de modo a permitir-lhes a superação de desigualdades decorrentes de situações históricas particulares. II – O modelo constitucional brasileiro incorporou diversos mecanismos institucionais para corrigir as distorções resultantes de uma aplicação puramente formal do princípio da igualdade. III – Esta Corte, em diversos precedentes, assentou a constitucionalidade das políticas de ação afirmativa. IV – Medidas que buscam reverter, no âmbito universitário, o quadro histórico de desigualdade que caracteriza as relações étnico-raciais e sociais em nosso País, não podem ser examinadas apenas sob a ótica de sua compatibilidade com determinados preceitos constitucionais, isoladamente considerados, ou a partir da eventual vantagem de certos critérios sobre outros, devendo, ao revés, ser analisadas à luz do arcabouço principiológico sobre o qual se assenta o próprio Estado brasileiro. V - Metodologia de seleção diferenciada pode perfeitamente levar em consideração critérios étnico-raciais ou socioeconômicos, de modo a assegurar que a comunidade acadêmica e a própria sociedade sejam beneficiadas pelo pluralismo de ideias, de resto, um dos fundamentos do Estado brasileiro, conforme dispõe o art. 1º, V, da

Constituição. VI - Justiça social, hoje, mais do que simplesmente redistribuir riquezas criadas pelo esforço coletivo, significa distinguir, reconhecer e incorporar à sociedade mais ampla valores culturais diversificados, muitas vezes considerados inferiores àqueles reputados dominantes. VII – No entanto, as políticas de ação afirmativa fundadas na discriminação reparam apenas são legítimas se a sua manutenção estiver condicionada à persistência, no tempo, do quadro de exclusão social que lhes deu origem. Caso contrário, tais políticas poderiam converter-se benesses permanentes, instituídas em prol de determinado grupo social, mas em detrimento da coletividade como um todo, situação – é escusado dizer – incompatível com o espírito de qualquer Constituição que se pretenda democrática, devendo, outrossim, respeitar a proporcionalidade entre os meios empregados e os fins perseguidos. VIII – Arguição de descumprimento de preceito fundamental julgada improcedente.

A aplicação das cotas raciais, pode ser considerada como uma medida de inclusão, a curto prazo, necessária para que seja possível uma busca de democracia racial, no entanto se esta providência for aplicada sozinha, esta ainda será insuficiente para alcançar este objetivo, posto que deve haver uma mudança de cenário para a aplicação dos Direitos, bem como há a necessidade de representação política e social das populações negras na sociedade.

Desta forma, destaca-se que o Estatuto da Igualdade Racial em seu artigo 2º menciona sobre o dever do Estado e da sociedade a respeito da garantia de igualdade de oportunidades, consoante ao exposto abaixo:

Artigo 2º. É dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais (Brasil, 2010).

Fato este que também engloba a falsa ideia da existência de uma “meritocracia racial”, assim, para muitas pessoas as dificuldades sofridas ocorrem devido as pessoas serem “acomodadas” e “não se esforçarem o suficiente”, conforme afirmações ouvidas em seu cotidiano, por este autor que vos escreve. Alves (2022, p. 209) cita que *“a meritocracia, valor que mantém a desigualdade social se revela também enquanto atributo decorrente de fatores particulares como esforço, dedicação, inteligência, até mesmo beleza e reciprocidade afetiva”*, em outras palavras, pode-se dizer que a falsa ideia da existência de uma “meritocracia” é utilizada para naturalizar o sistema que oprime, posto que é evidente que não há uma “competição justa” em situações nas quais os competidores não concorrem em condições iguais, ou seja, o referido sistema é desigual, de modo a resultar também

na ausência de consciência histórica, desta forma não há como se falar em meritocracia diante de realidades tão distintas.

Neste contexto, em uma citação atribuída à Beauvoir (1949), é dito que “*nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa, para que os direitos das mulheres sejam questionados*” assim como reitera que “*Esses direitos não são permanentes. Você terá que se manter vigilante durante a sua vida toda*”, deste modo pode-se dizer que os referidos acontecimentos impactam na sociedade e podem criar um ambiente propício para questionamentos e retrocessos em relação aos considerados avanços conquistados. Assim, tal afirmação não se aplica somente aos direitos das mulheres, de maneira a ser utilizada também por analogia às populações negra e LGBTQIAPN+, posto que os direitos destas pessoas são frequentemente questionados e ameaçados, de modo a ser um processo contínuo, que exige a vigilância mencionada, bem como a atuação constante para a promoção e proteção destes, ressaltando que tais populações enfrentam desafios semelhantes na busca por igualdade, respeito e reconhecimento na sociedade.

Destaca-se também sobre a desigualdade social, na qual Sawaia (2009) afirma que “*esta se caracteriza por ameaça permanente à existência, ela cerceia a experiência, a mobilidade, a vontade e impõe diferentes formas de humilhação*”, ou seja, os direitos não são permanentes, e a luta por eles deve ser constante, desta forma, diante do exposto, pode-se dizer que o ordenamento jurídico brasileiro apresenta estruturas normativas no âmbito constitucional, infraconstitucional e internacional, que combatem a discriminação e estabelecem direitos que devem ser respeitados. Apesar dos avanços democráticos, que resultaram na criação de normas de proteção aos indivíduos e grupos, diante da realidade vivida hodiernamente pelos jovens negros homoafetivos, é evidente a necessidade da aplicação de múltiplas medidas e políticas para que haja a garantia e efetivação de seus direitos, ou seja, ainda é necessário um avanço real nas vidas destas populações, de modo a ressaltar, por exemplo, que, o Brasil ainda é considerado o país que mais assassina pessoas trans do mundo pelo 14º ano consecutivo, conforme exposto no dossiê Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil do ano de 2022, cuja organização, pesquisa e organização foi realizada por Acontece Arte e Política LGBTI+, ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) e ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos, lembrando que tais números

ainda podem ser subnotificações, ou seja, nem todos os crimes contra pessoas LGBTQIAPN+ são notificados oficialmente. Assim, infelizmente o que deveria ser óbvio, ainda deve ser dito e praticado, tendo como exemplo a expressão de preconceitos mascarados com a alegação de serem “apenas opiniões”, bem como a realização de discursos de ódio com a falsa afirmação de que se trataria de um direito de liberdade de expressão, assim como declarações mentirosas, aplicação de valores morais excludentes e contraditórios, entre diversas outras condutas, ou seja, a discriminação, o preconceito, a LGBTQIAPN+fobia, o racismo, e todas as outras condutas semelhantes devem ser combatidas com rigor.

Em síntese, abordar acerca da negritude e homoafetividade é também explanar sobre suas lutas constantes, resistências, e buscas de igualdade e justiça social. Afinal, vale a reflexão, por exemplo, de como mudar a realidade atual? Por quem as normas atuais são feitas? Com quais objetivos? Por que alguns Direitos são desrespeitados? O que está por trás desse desrespeito? Qual é o seu papel diante destas questões? Portanto, diante do exposto neste capítulo, indaga-se também a respeito da ocorrência do real cumprimento destas normas jurídicas brasileiras em vigor, citadas neste capítulo, de modo a resultar na execução adequada da Justiça ou na hipótese de sua não efetivação, tem-se como consequência a negação da aplicação da própria Justiça brasileira.

Ressalta-se que ter um comportamento de neutralidade ao se deparar com situações de injustiça, também poderá resultar no infundável comportamento do opressor, assim como questionam-se quais seriam as possibilidades de reparação das consequências históricas das discriminações e violências sofridas pelas populações vulnerabilizadas, bem como acerca das perspectivas de promoção de inclusão, combate de exclusões, e possibilidades de conquista de fragmentos emancipatórios.

## 4 ANÁLISE

Cada indivíduo traz consigo uma narrativa única, com inúmeras experiências que impactam na constituição de sua identidade, desta forma, neste capítulo será analisada a narrativa de história de vida e projeto de futuro, de Henrique, nome fictício atribuído pelo próprio narrador, um jovem negro homoafetivo estudante universitário durante a pandemia da COVID-19, morador da zona leste do Estado de São Paulo, escolhido pelo pesquisador com a colaboração e sugestões de pessoas pertencentes à sua rede de contatos.

Ressalta-se que esta narrativa de história de vida e projeto de futuro, foi colhida no período do final do ano de 2022 e início de 2023, por meio da aplicação de três entrevistas e devolutiva, por intermédio da plataforma *Google Meet*. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi compreendido em sua totalidade e assinado para a aplicação das entrevistas, de maneira a serem seguidos e assegurados todos os critérios éticos de pesquisas com seres humano em Ciências Humanas e Sociais (CHS).

Henrique, coautor deste capítulo, inicia sua narrativa, falando sobre si, respondendo a indagação: *“Relate-me sua história de vida e seu projeto de futuro de modo que responda a pergunta: Quem é você?”*

*Tenho 28 anos, moro na zona leste, desde quando me conheço por gente, na periferia mesmo na zona leste, eu cresci nesse local. Eu cresci lá em São Miguel Paulista, ali na zona leste, eu terminei o ensino fundamental, eu comecei trabalhando, desde os 16 anos, em uma loja de um real, então, eu não era contratado, eu ganhava seiscentos reais ali, então não existia um contrato, e na primeira oportunidade que eu tive em uma empresa que iria me registrar, que era uma empresa grande, eu fui pra essa empresa e comecei a trabalhar no ramo farmacêutico, e ali mesmo eu comecei a estudar e fiz um curso de administração com ênfase em informática, pra poder ter um caminho, referente à profissão, e eu comecei como conferente de loja, depois eu passei pra área de T.I., comecei a trabalhar com T.I., técnico de informática.*

Henrique inicia sua narrativa com sua idade, bem como o local onde nasceu, e seus papéis sociais, de modo a se destacar sobre seu trabalho, e seus cursos. Neste momento o narrador cita acerca de sua origem, de modo a destacar o local onde

cresceu, no qual pode ter influenciado suas experiências e oportunidades ao longo do tempo, constituindo sua visão de mundo, bem como impactando seu processo identitário, ou seja, é importante compreender a estrutura social, na qual está inserido. Outro item mencionado se refere ao início no mercado de trabalho, de modo a receber um salário não formal, de maneira a influenciar em sua busca de formação profissional, com o foco no crescimento de sua carreira.

*Eu sou o primeiro filho da minha mãe, ela engravidou com seus 17, 18 anos, então meu pai foi embora quando descobriu a gravidez, então desde pequeno minha mãe vem recebendo críticas sobre a vida dela, e os filhos conseqüentemente, a minha família sempre teve esse hábito, então quando eu era pequeno, eu sempre fui visto como a pessoa que não iria crescer na vida, uma pessoa que não iria entrar em uma faculdade, uma pessoa que não iria ter um salário bom, então assim, eu cresci ouvindo isso, eu tive que aprender a dar a volta por cima disso, por exemplo, eu comprei a minha casa, e era um assunto que todo mundo falava, “pô, você não vai conseguir comprar”, então a trajetória que eu sempre tive pra mim, e quando eu escuto algo negativo, eu tento pegar aquilo, por exemplo a casa, que era um sonho que eu tenho desde criança, por sempre ouvir que eu morava de favor, que ali não era o meu lugar, então eu peguei aquilo ali, lutei, demorou muito pra conseguir minha casa própria, mas depois de muito esforço, deu tudo certo, hoje eu tenho.*

O narrador continua sua narrativa acerca de sua família, de modo a citar a respeito de seu contexto familiar, no qual afirma que foi o primeiro filho de sua mãe, e a ausência de seu pai. Nota-se em tal passagem a presença de aspectos significativos relacionados à formação da identidade e ao impacto das expectativas e crenças da família na construção de sua visão de mundo.

Henrique relata que era visto de forma negativa, desacreditado sobre suas capacidades e suas possibilidades de conquistar o que desejasse. Tais fatores são importantes, posto que impactaram em sua autoestima, autoconfiança, bem como influenciaram na formação de sua identidade. Vale destacar, conforme tratado no Capítulo I desta dissertação, acerca da Identidade pressuposta, na qual é possível afirmar que envolve uma relação entre como alguém se representa e como é representado por outros, resultando na existência de diferentes significados de representação.

Pode-se dizer também que havia uma ausência de reconhecimento, no tocante à como Henrique era percebido, podendo ser identificado nas críticas que sua mãe ouvia, tendo como exemplo também, as afirmações de outras pessoas que o identificavam como “a pessoa que nunca iria crescer na vida”, deste modo o narrador era reduzido a estas expectativas negativas e estereotipadas de maneira a crescer sendo visto como uma pessoa fadada ao fracasso.

Alves (2021), elucida acerca da teoria de Honneth (2011) sobre o reconhecimento, de modo a explicar sobre a negação de reconhecimento como um meio de perpetuar a desigualdade e infligir sofrimento e humilhação em várias formas de desrespeito, de modo a identificar formas distintas de desrespeito que ilustram como a negação do reconhecimento pode afetar o indivíduo, conforme descrito abaixo:

Por outro lado, Honneth (2011) tece considerações sobre o reconhecimento negado como forma de negar a possibilidade de igualdade, impingindo sofrimento e humilhação sobre diferentes formas de desrespeito. A primeira forma nomeada pelo autor refere-se a experiências de maus-tratos corporais “que destroem a autoconfiança elementar de uma pessoa [...]” (p. 216); o segundo desrespeito destina-se ao rebaixamento moral, e essa experiência “[...] se refere aos modos de desrespeito pessoal, infringidos a um sujeito pelo fato de ele permanecer estruturalmente excluído da posse de determinados direitos no interior de uma sociedade.” (p. 216); por último, anuncia a forma de desrespeito que resulta na perda de autoestima e se refere à retirada do sujeito atingido de qualquer atribuição de qualidade ou valor a suas próprias capacidades (Alves, 2021, p. 22).

*Eu sempre ouvi muitas coisas negativas na minha infância, referente a tudo, até referente ao cabelo, referente à pele, referente ao pai ter dado as costas, que as pessoas dariam as costas pra mim, que eu tinha que entender qual era o meu lugar, e eu tive que colocar esses pontos na minha cabeça, porque eu tenho que entender qual é o meu lugar e meu lugar é onde eu quero estar, é onde eu pretendo chegar, não onde as pessoas pensam que é o meu lugar, né. Se eu fosse resumir a minha vida, do que eu já ouvi, seria: o cara que não teria nem o ensino fundamental, médio completo, era o cara que não teria um salário legal, era o cara que estaria seguindo o mesmo trajeto da minha mãe, e é aquela questão, né, filho de peixe, peixinho é, como a luta de cada um fosse insignificante, né.*

Assim, apesar das expectativas negativas impostas por seus familiares, o narrador demonstrou resiliência, ao enfrentar a imposição de uma identidade pressuposta, isto é, foi atribuído a ele uma identidade fundamentada no racismo,

humilhação e desqualificação., mas frente a estas coerções o narrador manifesta que não se identifica com esta identidade e busca alcançar objetivos que o evidenciem como oposto ao reconhecido pela família.

Ao narrar suas experiências cotidianas ao longo da sua infância, especialmente o significado atribuído a ele em decorrência de sua filiação materna, da ausência paterna, da cor de sua pele e tipo de cabelo, pelas pessoas no convívio familiar, Henrique nos possibilita compreender o sentido que atribui a este processo de relação revelando o surgimento da personagem “Filho de peixe, peixinho não é”.

Neste momento, é importante destacar acerca das diferentes formas de opressão que criaram um ambiente no qual o narrador enfrentou barreiras significativas para alcançar seus objetivos e superação, o que poderia levá-lo a um considerado medo de “fracasso”, devido a estes fatores sociais.

As formas de opressão e dominação na realidade social latino-americana estão fortemente arraigadas e imbricadas uma às outras: a violência contra a mulher, a violência contra os povos indígenas, a violências contra a população negra LGBT e pobre, ou seja, as violências étnicas, raciais, de gênero e de classe, são delineadas e fundidas umas às outras. Pensar os conflitos de classes hoje resulta substancial em nosso tempo, porém se também faz necessário manter seu vínculo inevitável às categorias interseccionais (Furlan, 2022, p. 20).

O texto descrito acima pode ser relacionado a este caso, posto que destaca a respeito da interseccionalidade e como as categorias de opressão podem se sobrepor e se influenciar de forma mútua, o que pode ter intensificado os sentimentos do narrador. Ressalta-se novamente acerca de sua identidade pressuposta, afinal Henrique era visto como uma pessoa que seguiria os passos de sua mãe, fadado a não ter estudo completo, tampouco um bom emprego.

Ser negro é, além disto, tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração (Sousa, 1983, p. 77).

Tal narrativa sugere, neste momento de sua vida, a presença de um medo de fracasso enraizado, no qual estava destinado a não alcançar sucesso acadêmico ou profissional. Posteriormente, Henrique demonstra uma transformação, posto que reavaliou as questões impostas, de maneira a perceber sobre local onde deveria estar,

assim como onde tem a intenção de chegar, de modo a não ser coagido pelo pensamento de outras pessoas, de maneira a se destacar seu empoderamento, elemento importante em sua construção identitária.

Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro. Tornar-se negro, portanto, ou consumir-se em esforços por cumprir o veredito impossível – desejo do outro – de vir a ser branco, são as alternativas genéricas que se colocam ao negro brasileiro que responde positivamente ao apelo da ascensão social (Sousa, 1983, p. 77).

Contestar o modelo imposto se torna uma tarefa imprescindível, tanto para as pessoas negras, quanto homossexuais, ou seja, trata-se também de uma tarefa política, posto que está relacionada ao contexto social, histórico e cultural em que o indivíduo está inserido.

A possibilidade de construir uma identidade negra – tarefa eminentemente política – exige como condição imprescindível, a contestação do modelo advindo das figuras primeiras – pais ou substitutos – que lhe ensinam a ser uma caricatura do branco. Rompendo com este modelo, o negro organiza as condições de possibilidade que lhe permitirão ter um rosto próprio (Sousa, 1983, p. 77).

Henrique não aceita tal reconhecimento que lhe foi atribuído, referido por meio da expressão "filho de peixe, peixinho é", que sugere uma repetição de padrões familiares, no entanto, questiona essa ideia, de maneira a não se limitar por estereótipos e padrões preestabelecidos.

*Para mim sempre foi um ambiente muito hostil, um ambiente é... o meu ponto de alívio era sair de casa, ia para igreja, meu ponto de alívio dentro das confusões que minha mãe tinha dentro de casa era assistir Harry Potter, parece que é zoeira, mas meu mundo ali se instaurava né, eu tava assistindo parece que eu desplugava de casa e plugava no filme e eu vivia aquela realidade, era meio que um conforto que eu tinha sobre todo aquele caos, eu não podia fazer alguma coisa naquela época, porque eu era criança, eu não trabalhava, então assim, eu dependia da minha mãe, então hoje eu vendo que eu passava na casa da minha mãe era muito, e gerou muitos gatilhos, tanto para mim, quanto para o meu irmão. Até hoje tem briga deles, minha mãe continua até hoje na casa da minha avó e ainda tem confusões, mas quando eu era pequeno a confusão era muito maior, porque não era só minha mãe ou a minha avó, era confusão da minha mãe com os meus tios, era meu tio com a minha avó, era*

*o meu tio como a gente, então era assim muita gente morando dentro daquela casa era muita briga, era muita confusão, era um ambiente muito hostil.*

Vivendo um ambiente de hostilidade o narrador evidencia que buscou se identificar com o que não pertencia àquela realidade. Fora de casa, na igreja e nos filmes, além de proporcionarem um escape dos conflitos familiares, eram referenciais identitários diferentes. Ainda neste período é possível observar que, por ainda ser criança, depender de sua mãe e não trabalhar, Henrique estava limitado em sua capacidade de ajudar de alguma forma.

*É que assim, lá em casa minha avó era muito territorialista né, a casa dela, ali é dela, hoje morando na minha casa eu consigo defender a minha vó em algumas coisas, mas na época eu não tinha noção, e eu tinha muita angústia da minha vó, hoje não, porque assim, é quando você tem a sua casa você quer que as coisas sejam do seu jeito você quer é, e as coisas caminhem das formas que você vai organizando, e minha mãe ela sempre teve relacionamentos meio duvidosos, sabe, com pessoas duvidosas, não que minha mãe, minha mãe tinha um dedo podre, falando assim de uma forma meio, meio descontraída né, ela sempre escolhia pessoas que não tinham o mesmo foco que ela, minha mãe sempre foi da igreja, então as vezes ela tinha escolhas de pessoas que não eram da igreja, outras que eram da igreja mas... e minha avó sempre teve uma briga muito direta com a minha mãe, ponto que eu não sei explicar o que rolou na infância delas, mas isso sempre aconteceu com a minha mãe e com a minha avó né, só para você saber uma das coisas mais..., que eu acho até hoje, até muito traumático para minha mãe, quando ela menstruou a primeira vez, a minha avó bateu nela, uma coisa que é natural, a minha avó bateu nela, porque a minha mãe menstruou. Então essa briga com a minha mãe não é de hoje, elas sempre tiveram né, então todo relacionamento que minha mãe trazia para dentro de casa era a quarta guerra Mundial, quinta guerra mundial. Bom e aí vai, sempre tinha muita briga, sempre tinha bastante confusão com isso, minha mãe dificilmente levava namorado pra casa, mas quando ela estava envolvida todo mundo sabia que ela estava envolvida. O problema da minha mãe, porque quando ela tá num relacionamento ela acaba esquecendo que tem filhos, ela se põe muito no relacionamento e ela esquece geral, que ela faz até coisas que talvez ela não queria fazer, só pra estar nesse relacionamento. Por exemplo, um exemplo clássico né, às vezes meu irmão tá namorando e queria que minha mãe fosse no restaurante para*

*comer churrasco pra conhecer a namorada dele, minha mãe nunca sai com os filhos dela, e minha mãe não gosta de sair com a gente, então shopping ou qualquer coisa que envolva alguma diversão ou algum entretenimento com a gente, conversar, descontrair sabe, minha mãe não gosta, e ela sempre se colocava nesse lugar com os namorados dela, então ela saía e sempre gerou estas confusões entre a gente. Com a minha avó sempre foi confusões assim de levar namorado, então era aquela briga, era discussão, era jogar na cara que a casa não era nossa, e que a gente morava de favor, e que a gente e que se a minha mãe queria viver a vida dela, que ela alugasse a casa dela, que ela saísse de lá, então quando eu falo para você que a minha avó era muito territorial, é por isso, ela defende a casa dela, ela não queria que minha mãe trouxesse o relacionamento dela dentro de casa, e minha mãe sempre viveu na casa da minha avó né, então sempre teve essas brigas.*

Henrique continua narrando a respeito de sua história, de modo a revelar uma dinâmica complexa e conflituosa entre sua mãe, sua avó e ele mesmo, tendo como fatores a serem destacados, o considerado “territorialismo” de sua avó, que pode ser entendido como um comportamento de defesa de seu espaço, o que resulta em desentendimentos intensos. Outro fator a ser mencionado é que devido às frequentes brigas e tensões familiares, seu lar se tornou um ambiente desafiador durante sua infância e adolescência.

O narrador cita também que ao entrar em um relacionamento, sua mãe acabava se distanciando de seus filhos e priorizando seu companheiro, fato este que impactava em sua relação materna, devido a esta ausência emocional. É relatado também que a mãe tinha relações com pessoas com interesses diferentes dos dela, o que também resultava em conflitos.

*Meu irmão ainda lembra disso, minha irmã não tanto, porque ela nasceu em 2004, então em 2004 meus tios já começaram a se casar e sair de casa, ainda teve algumas discussões, mas assim o período que foi mais triste que foi para mim, foi o período que eu e meu irmão vivemos ali, já chegou época da minha mãe, quando minha mãe ficou grávida da minha irmã, a gente foi expulso de casa e se não fosse amigos a gente teria morado na rua por um tempo, então assim, a minha mãe sempre teve escolhas difíceis e minha avó sempre foi muito dura com ela, mas hoje eu acabo não defendendo 100% a minha mãe, e eu defendo um pouco a minha avó, porque eu acho que hoje com a maturidade que eu tenho, se eu tenho um filho que mora comigo*

*e talvez é um filho que não procura, sabe, crescer eu acho que eu ficaria estressado, porque eu procuro crescer sabe. E aí vendo a minha avó hoje, eu vejo ela como uma mulher que queria que minha mãe crescesse, mas crescesse conquistando as coisas dela, mas é meio difícil hoje em dia eu falar isso para minha mãe mostrar essa visão para minha mãe, porque até hoje ela não conseguiu ter forças para lutar por alguma coisa, não vai ser agora que ela vai ter ou não vai ser agora, com as minhas palavras, que ela vai mudar. Então eu acho que seria o ponto né, sobre relacionamento minha mãe sempre teve escolhas ou escolhas que minha vó não concordava, e isso sempre trouxe desgaste emocional para mim, para o meu irmão, desgaste sobre as nossas escolhas.*

Henrique destaca também acerca do impacto de ter sido expulso da casa de sua avó, com sua mãe e irmão, quando tinha aproximadamente 09 anos de idade, bem como a respeito das consequências do conturbado relacionamento entre as duas, de modo a relatar sobre sua percepção atual das atitudes de sua avó, diante do comportamento de sua mãe, que não teve forças para lutar por algo e fazia escolhas que resultavam em desgastes emocionais, em um contexto emocionalmente desafiador, de modo a justificar que sua avó desejava que sua mãe crescesse e fosse conquistando as coisas dela.

O narrador também expressa dificuldade de comunicação de transmitir sua percepção à mãe, acerca de sua realidade vivida, com a intenção de ajudá-la a romper com tais pensamentos e comportamentos.

*A minha mãe, quando eu tinha 16 anos, ela já não conseguia mais emprego, então eu tive que ser esse cara que banca, que trazia o alimento pra dentro de casa, tanto que até hoje eu faço isso mesmo não morando mais com a minha mãe. A minha mãe sempre quis ter a casa dela, e ela mora com a minha vó até hoje, e minha vó sempre foi muito territorialista, então é dela aquilo ali, e é o território dela, e minha mãe sempre quis ter, porque minha vó sempre jogou muito na cara, mas a minha mãe nunca teve a força de conseguir chegar, ela teve três filhos, então chegar pra mim e pro meu irmão que éramos os mais velhos, eu ali com os meus 17 e meu irmão ali com seus 16, falar óh gente, vocês arrumam um emprego, e eu vou ir atrás de uma casa, arruma um emprego que nós três vamos se ajudar e a gente vai comprar uma casa, minha mãe sempre foi muito a pessoa de entregar nas mãos de Deus, não que isso seja algo ruim, eu cresci na igreja, mas eu acho que você correr atrás, é um passo*

*depois de entregar nas mãos de Deus, óh Deus to querendo comprar um carro, mas eu vou dar uma pesquisada, eu quero comprar um carro, mas eu não tiro a minha habilitação, então assim, eu penso: Deus não vai tirar a habilitação por você, Deus vai te abençoar se você tirou a habilitação, é um primeiro passo, e ele vai te abençoando no decorrer do caminho, e minha mãe sempre foi essa pessoa de entregar nas mãos de Deus, mas nunca correr atrás, isso em diversos assuntos, por exemplo: os meus irmãos bagunçavam e ao invés da minha mãe tomar a frente, ela pedia pra que eu tomasse pra conversar com eles, se faltava alguma coisa em casa, invés da minha mãe tomar a frente, ela falava Henrique., então isso me criou um gatilho muito grande né, a questão de eu sempre querer ter algo, algum sonho, algum objeto, uma casa, querer conquistar alguma coisa, mas eu não tomo a frente, eu sempre coloco na mão de outra pessoa, e minha mãe sempre foi assim, nunca teve a força de dar um passo pra frente, ela só orava, e isso pra mim é algo negativo, eu reforço, eu acredito em Deus, eu já vi histórias, eu já presenciei pessoas que só de orar, Deus deu uma casa pra elas, mas é uma história em mil, eu vejo muito e é por isso que eu sou muito persistente nas coisas que eu quero, porque não adianta só eu querer, minha mãe sempre foi assim a pessoa que queria, a pessoa que sonhava sair da casa da mãe, mas ela nunca foi a pessoa de correr atrás. Por exemplo em outro cenário, o meu irmão, só pra você entender, o meu primeiro celular, eu recebi o meu salário e fui na loja e comprei, e todos os meus celulares foram assim, eu ia na loja e comprava, o meu irmão é a pessoa que assim, ele ganha um celular e se ele quer outro, ele troca com uma outra pessoa, e tem o negócio ali, ele quer outro e ele troca, ele fica trocando, e as vezes ele troca por coisas que ele nem parou pra pensar se tá com algum problema, porque ele sempre quer as coisas fáceis, né, eu acho que a minha mãe ensinou muito isso pra ele, de ter as coisas fáceis, entregar na mão de outra pessoa e eu não gosto disso, eu sou uma pessoa que se eu quero um celular, se eu quero alguma coisa, eu vou atrás, eu preciso ir atrás, pô eu quero um celular, mas eu vou ter que parcelar em mil vezes, beleza, eu vou parcelar em mil vezes, mas eu vou ter o meu celular com meu trabalho, com meu esforço, eu quero ter uma casa, eu entreguei nas mãos de Deus antes de iniciar, mas eu fui com o Gabriel atrás de corretores, fui atrás pra saber como era o financiamento, como era o planejamento de ter uma casa, então assim, a trajetória que eu não quero pra minha vida é essa de entregar na mão do outro e deixar o outro fazer por mim uma coisa que eu posso fazer, sabe? Eu pedir ajuda pra uma pessoa é saudável, beleza, me ajuda com isso?*

*Mas se todas as vezes eu faço da minha vida uma rotina de entregar na mão do outro algo que eu tenho que fazer, eu nunca vou saber o preço de, por exemplo, saber do quanto aquilo foi importante.*

O narrador ao falar das características da mãe, diz sobre si e o sentido que atribuiu a experiência vivida no convívio materno. Sua identificação com a mãe ocorre pela oposição, isto é, não almeja ser igual a ela, seus objetivos são planejados a partir da diferença materna. Critica também, os pressupostos que orientam a vida dos irmãos, e se coloca pela diferença. A personagem “filho de peixinho não é” adquire características novas: tem clareza do que não deseja para sua vida. O modelo de dependência que os membros da família assumem, reverbera para ele um sentido de engessamento, de bloqueio de autonomia na busca de objetivos.

*O meu irmão, por exemplo, eu tinha comprado um S7, numa época, que é um celular que eu sempre gostei de ter, a linha S da Samsung, e eu dei pra ele, porque eu tinha comprado um S20, e ele perdeu o celular e ficou por isso, entendeu? E desde então ele nunca teve a coragem de conversar com isso comigo sobre isso, eu vejo então que a linha que a minha mãe trouxe pros meus irmãos, é a linha que na vida alguém vai te ajudar, eu vou entregar nas mãos de alguém, minha mãe sempre teve isso e isso me dá um gatilho muito grande, porque eu não posso querer que tudo seja entregue nas mãos de outra pessoa.*

Ao crescer e se tornar adolescente, Henrique assume uma personagem de *Cuidador*, no qual tem a responsabilidade de tomar decisões, bem como tomar a frente e resolver as adversidades da vida de sua família, ou seja, nesta época de sua vida precisou assumir um papel de provedor, o que impactou significativamente em seu processo identitário.

Neste trecho destacam-se também a respeito da crença de sua mãe, que devido a igreja, coloca os problemas nas “mãos de Deus” e aguarda, no entanto, sem ter o comportamento de buscar e realizar seus próprios objetivos, de maneira a depender, como um padrão, da ajuda de outra pessoa, fato este que motivou Henrique a ter atitudes diferentes das realizadas por sua genitora.

Destaca-se também a respeito dos diferentes comportamentos entre o narrador e seu irmão, que acabam lidando de formas diferenciadas no tocante aos seus objetivos e maneiras de lidar com a vida, de modo a observar que Henrique cita que

a postura de sua mãe pode ter influenciado o comportamento do irmão, que parece depender mais de outras pessoas para resolver suas próprias questões.

*Eu sempre fui um cara gay, referente a minha sexualidade, e por eu ser da igreja então foi algo muito complexo, eu não tinha coragem de me assumir, também achava que era pecado, eu entrava nesse lugar de eu achar que eu estava sempre errado nisso, então eu levei isso por muito tempo, eu cresci na igreja, sempre toquei na igreja, e ao longo dos tempos eu fui trocando de emprego, fui me conhecendo sexualmente ao ponto de entender que eu precisava trocar, ter uma decisão referente a minha sexualidade, me assumir, mas ainda não tinha coragem, eu falo referente à empresa, porque teve um ponto muito legal que um dos amigos que eu tenho, até hoje, nessa empresa, ele descobriu que eu era gay, e ele foi a pessoa que, mesmo sendo hétero, ele foi a pessoa que disse “Henrique você precisa se assumir, você precisa ser feliz, “ ser feliz no âmbito de estar com alguém que eu amo, estar com alguém que me faça feliz, eu tive muitas namoradas e sempre fui muito frustrado nessa parte de nunca dar certo.*

A metamorfose da identidade de Henrique se evidencia mais uma vez através da narrativa, surge a personagem: Pecador, ao se manifestar como culpado, por acreditar estar cometendo um pecado, por ser homoafetivo. Devido a ter crescido e sempre frequentado a igreja, tal pensamento o afetava de maneira muito complexa. DIAS (2021, p. 630) afirma que “*em face do repúdio social, fruto da rejeição de origem religiosa, as uniões de pessoas do mesmo sexo receberam, ao longo da história, um sem-número de rotulações pejorativas e discriminatórias*”.

A igreja fez do casamento uma forma de propagar a fé cristã: cresci e multiplicai-vos. A infertilidade dos vínculos homossexuais foi uma das causas de marginalização da entidade familiar que constituem. Só que agora, conforme regulamentação do Conselho Federal de Medicina, homossexuais podem ter filhos, fazendo uso das técnicas de reprodução assistida. O legislador, com medo de desagradar seu eleitorado, prefere não aprovar leis que concedam direitos às minorias alvo de preconceito. Não há outra justificativa para as uniões homossexuais serem excluídas do sistema jurídico. No entanto, a ausência de lei não significa inexistência de direito (Dias, 2021, p. 631).

Tal narrativa demonstra reflexões relevantes a respeito da experiência de Henrique em relação à sua orientação sexual, sua religiosidade e as pressões sociais e pessoais que o levaram a esconder sua orientação sexual por um longo período, de maneira a causar sua infelicidade. Deste modo, o narrador, por ser homoafetivo e

fazer parte de uma comunidade religiosa, enfrentou conflitos internos relacionados a crenças e valores internalizados da igreja, que o levaram a acreditar que sua sexualidade era um pecado ou algo errado.

Em outras palavras, devido aos moldes destas políticas identitárias, o direito de Henrique ser quem é, acaba sendo limitado, tornando-se marginalizado em relação às outras pessoas. Observa-se acerca da “moral conservadora”, na qual a instituição religiosa age, de modo a revelar uma política identitária, cujas atividades buscam manter uma hegemonia em detrimento de outros sujeitos.

Assim, é possível observar a respeito do conflito experienciado por Henrique, entre ser ele mesmo e sua aflição religiosa, de maneira a ser ressaltado que a moralidade desempenha um relevante papel, posto que sua religião e interações sociais influenciam em suas percepções sobre sua sexualidade.

Seu processo de autodescoberta e fortalecimento foi um fator de extrema importância para que pudesse se libertar das expectativas impostas por sua religião e por parte da sociedade, de tal forma que o narrador foi redefinindo seu próprio senso de moralidade e valores, de maneira a se alinhar com sua autenticidade.

Pode-se dizer que seu processo de autoconhecimento e aceitação foi marcado por medo, dúvidas e inseguranças, sendo importante o apoio de um amigo próximo para se sentir encorajado para buscar sua felicidade afetiva. Ressalta-se também no tocante as suas frustrações amorosas com mulheres, e suas tentativas de se encaixar em padrões heteronormativos, possibilitou impactos em seu processo identitário.

*Minha mãe não tem o ensino médio completo, ela nem terminou o fundamental, então em questão de estudo, eu tive que ter muita consciência do que eu queria ser, quando tivesse nessa fase adulta, então eu não tive muito apoio dessa parte dela. Como correr atrás de uma faculdade, me especializar, então eu tive que aprender muito na raça, que você só ter o ensino médio não garante que você vai ter um salário bom, vai ter uma qualidade de vida e mesmo tendo uma faculdade isso não é uma garantia, então ela só coloca você um passo a frente de algumas pessoas, então a faculdade tem assim, esse poder de te dar um passo a mais, o que te ajuda, até pra conseguir algumas coisas.*

Henrique narra a experiência no convívio familiar e o seu processo de busca por educação e desenvolvimento pessoal, ou seja, expressa, na narrativa, ter desenvolvido uma consciência sobre a relevância da aprendizagem e do

desenvolvimento profissional para alcançar uma boa remuneração e qualidade de vida, de maneira a ter destacado sobre a necessidade de ter aprendido de forma autônoma e na "raça", para superar as limitações impostas por sua formação educacional inicial. Contudo é ciente de que tais ações não garantiriam a realização de seus objetivos. Esta narrativa revela uma perspectiva crítica e realista acerca da importância da educação, considerada na sociedade contemporânea como um meio que oferece mais chances de crescimento.

*A minha mãe, ela sempre teve muitos relacionamentos, eu cresci vendo minha mãe tendo relacionamentos e sempre foi um ponto de gatilho, porque eu sempre sabia que ele ia até um determinado ponto de início, e iam terminar e sempre seria meio que um caos um caos gigante na vida da gente pelo menos na minha e do meu irmão né. Sempre foi isso né, iniciar uns relacionamentos cabulosos, minha avó nunca aceitava os relacionamentos dela, fazer as coisas ficarem mais complexas pra gente né como filhos e sempre havia muitas brigas e tals e todo relacionamento que minha mãe entrava era muito complicado pra a gente lidar. E principalmente eu, porque meu irmão, ele tinha o quê? era época de criança ele tinha uns 5 anos, e eu já tinha em torno de uns 10, 11 anos, então eu já começava a entender o que era conversado ali na minha cabeça, era muito mais fácil o entendimento, e eu me lembro até hoje algum dos relacionamentos que ela entrou, e eu meio que fui lá para fora do quintal da casa da minha mãe orar para dar certo, pedir para Deus fazer com que isso dê certo, porque era muito complicado os relacionamento dela, e sempre foi um gatilho né, de como eu ia lidar com os meus relacionamentos, o que eu ia seguir com os meus relacionamentos, aí entrou um ponto né, da minha sexualidade que é um ponto muito importante, porque eu já não conseguia dar certo com mulheres. Eu sempre tentei e não dava muito certo né, chegava a um tempo e eu via a necessidade de terminar, porque eu não tava conseguindo levar aquele relacionamento, então eu sempre associava que antes de saber da minha sexualidade que não dava certo, porque o da minha mãe também não dava certo, porque o da minha mãe eu peguei algum, sei lá, um karma da minha mãe aí eu fui compreendendo que não era um karma. Se minha mãe teve escolhas erradas, tinha muita escolhas erradas, não escolhas erradas, mas escolhas que não ajudaram ela crescer com pessoas que ela não, que, não teve os mesmos pensamentos, foco e talvez até mesmo objetivo que ela, e, por isso que não deram certo e quando eu me entendi, quando eu entendi que o que eu estava*

*procurando também não iria dar certo, então que era a questão de estar sempre namorando com meninas, eu vi que as mesmas coisas estava refletindo sobre aquilo não estar dando certo, eu não sei exatamente o porquê não dá certo, eu nunca entro muito nesses pontos, porque minha mãe é muito fechada, então é muito difícil ter diálogo sobre ns motivos.*

Henrique chegou a sentir-se como se estivesse um karma de relacionamentos de sua mãe, durante este período a personagem “Fadado a ser peixinho”, se preocupava como seriam seus vínculos amorosos, e se teria realmente as mesmas frustrações de sua mãe. Tal relato demonstra o quanto os relacionamentos de sua mãe exerceram uma forte influência em sua vida, de modo a serem considerados como pontos de gatilhos, causando caos e brigas em sua família. É mencionado também a respeito de sua forte influência religiosa, tendo como exemplo o trecho em que é dito sobre ter ido orar para que os relacionamentos de sua mãe dessem certo, bem como acerca das reflexões sobre a questão de sua sexualidade. *Minha mãe não conversa sobre o que ela sente, ela não fala sobre as coisas da vida dela, então basicamente é só pequenas conversas tipo “ah tô precisando disso”, aí eu vou lá dar um apoio para ela, mas esse relacionamento eu tive que tomar uma decisão que foi um corte né, que foi que eu fiz para ter noção de onde eu tava errando né, porque eu sempre entrava em relacionamento héteros, e eu via que eu tava me frustrando e quando eu me peguei naquilo eu falei mano “eu tô fazendo o mesmo que a minha mãe” sempre indo pela direção errada e voltando, eu não sei qual é a direção que a minha mãe tá indo, onde ela tá errando, não sei, mas eu parei pra ver do meu lado, eu não posso, eu tive que entender isso de uma forma dura né, eu não posso abraçar o mundo. Eu não posso tentar solucionar um problema de todos, porque depende também das pessoas correrem atrás daquilo que tá te prejudicando né. É muito complexo a gente tentar resolver agarrar o problema do mundo nas costas, então eu tive que largar de mão de muitas coisas sobre isso da minha mãe, ah não tá dando certo o relacionamento dela, então eu não sei onde ela tá errando, ela não se abre, eu não consigo ter uma abertura, então não tem como ajudar lá, eu tenho que me ajudar e quando eu de e fato eu fui lá e vi que a minha orientação sexual é homoafetiva né. Será que eu estou escolhendo certo, seria dúvida sobre essas escolhas, eu já cheguei até duvidar, “será que uma hora vai chegar a moça que vai ser a minha esposa?”, então eu tô vivendo uns relacionamentos que sempre deram errado, então*

*a história da minha mãe ela trouxe pontos negativos, para o meu irmão eu não sei o quanto isso trouxe, ele sempre foi mais livre, ele sempre foi mais a pessoa que não estava se importando muito com o que estava acontecendo ao redor né, ele sempre ele parecia que vivia no mundo dele sabe, e eu sempre fui o filho que sempre me preocupei com tudo, sempre me preocupei. Então para mim ver aquilo da minha mãe passando aquilo, era doloroso ver minha avó fazendo aquilo, me gerava raiva, as brigas me geravam uma tristeza extrema, mas ao mesmo tempo eu não sabia o que fazer, hoje com a experiência que eu tenho, eu vejo que a minha avó ela cobrou da minha mãe um crescimento que não teve e eu vejo que a minha mãe talvez não teve estrutura ou talvez não teve um apoio para mostrar a direção para ela né, ela não teve esse apoio e são dois lados, dois lados com duas histórias e visões diferentes e com base nessas histórias e dos homens diferentes estava eu lá no meio, e eu precisava dar uma direção para minha vida.*

Fadado a ser peixinho, demonstra ainda as inseguranças e dúvidas do narrador sobre ser quem é, afinal, seria esse o seu karma? A ausência de diálogo entre o narrador e sua mãe a respeito de seus relacionamentos ajudou na criação de um ambiente emocionalmente restrito, que resultava na dificuldade de se compreender os sentimentos e comportamentos dela.

Henrique passa a compreender sobre a importância de “dar uma direção” para sua vida, diante das complexidades familiares e todas as experiências que estava passando, de modo a não desejar repetir os padrões de relacionamentos de sua mãe.

*Então, em 2018 surgiu, já que é pra falar da trajetória, trabalhando nessa empresa de ramo farmacêutico também, eu saí de uma de ramo farmacêutico, eu fui pra outra e surgiu um caroço no meu pescoço, mas até então eu achei que não seria algo grave, porque os médicos não tinham chego em um determinado diagnóstico, então pra eles era só uma íngua, que é um inchaço que dá de uma inflamação, mas ela dura um período, então assim foram meses tentando descobrir referente a esse caroço que foi crescendo. Beleza, e quando descobriu que era um tumor, eu me vi numa situação bem complexa, e eu falei, pô eu vou morrer e eu não fui eu, eu não vivi a minha plenitude, eu não vivi a minha sexualidade, eu poderia ter conhecido pessoas bacanas, eu poderia ter me envolvido com pessoas legais, de fato eu conheci pessoas incríveis ao longo da vida, mas eu sempre dava um fora, eu sumia. Essa empresa em que eu trabalhei me ajudava muito, porque eu trabalhava viajando, então eu sempre*

*conhecia pessoas novas, sempre estava ficando com pessoas novas, em todos os lugares em que eu viajava, mas em 2019 quando finalizou o tratamento eu vi que eu precisava tomar uma narrativa da minha vida, ser eu, falar pô, eu preciso me assumir, eu preciso fazer as coisas da forma que eu acho que eu preciso pra mim, e não o que as pessoas impõem, porque eu já tive conversas com outras pessoas referente a minha sexualidade, e falavam “pô Henrique. você tem que orar mais, você precisa buscar mais a Deus, você precisa se arrepender”, então eu sempre dava ouvido para essas pessoas, aí quando eu terminei o tratamento, eu tomei uma decisão e falei assim “agora eu vou me assumir”, foi quando eu conheci o Gabriel e desde então eu contei pra todo mundo, perdi algumas amizades, que eu achava importante na época e hoje eu vejo que sumiram e que não eram importantes, como eu disse, eu era músico na igreja, então eu tive que também entender, que me assumindo e namorando eu não ia poder continuar na igreja, então foi algo bem complexo pra mim e difícil, porque eu cresci na igreja, então parar de cultuar, parar de tocar, eu era tecladista, tocava violão, participava do grupo de louvor, então parar de fazer essas coisas foi bem difícil pra mim, tive que me readaptar a esse novo, né.*

Nesta fase de sua vida, a personagem Pecador se vê diante de novas configurações, a possibilidade da finitude proporciona o sentido de viver plenamente, isto é, de ser autêntico, de expressar seus desejos e buscar concretizá-los. Enfrentar um diagnóstico de saúde desafiador o fez refletir sobre a necessidade de viver sua plenitude, de maneira a tomar a narrativa de sua vida. Ao longo de sua vida, Henrique se deparou com inúmeras dificuldades em sua autoaceitação, e em expressar sua sexualidade, diante da sociedade.

Tal decisão resultou também em perda de algumas amizades, que não aceitaram sua metamorfose. De modo que, o ambiente social também mudou, surgindo a necessidade de repensar sobre seu lugar de pertencimento. A personagem “Pecador” foi se transformando e dando espaço a personagem “Renovado”.

Henrique passa por um processo de transformação e evolução pessoal e inicia sua busca ao que, em sua concepção, merece ser vivido, ou seja, viver plenamente como é, permitindo-se ser quem é, e tais movimentos de metamorfose, proporcionam a ele maior proximidade ao desejo de “vida boa”, conforme abordado anteriormente no primeiro capítulo desde trabalho, por meio de Dantas; Ciampa (2014, p. 140), no qual elucida que tal proximidade pode se dar por meio da conquista de fragmentos de

emancipação, bem como “Habermas (1987) define “vida boa” como uma vida escolhida de ser vivida de forma autônoma, por um processo de escolha não-coercitivo”.

Em outras palavras, seu diagnóstico foi um fator de grande impacto no processo de reflexão, empoderamento e fortalecimento para lidar com as novas configurações cotidianas experienciadas na realidade, de modo a, constituírem como novos referenciais identitários na busca de autonomia e escolhas. Pode-se pensar que o narrador está revelando possibilidades de um processo de identidade com possibilidades emancipatória.

*Acho que é isso, quando, por exemplo, quando eu fiquei doente, o médico falou, ficou todo mundo quieto na sala e eu que falei “ta bom doutor, qual que é o tratamento? Porque de alguma partida eu tenho que começar né, eu sei que eu tô com um problema, mas qual é o tratamento? O que eu preciso fazer?” Enquanto minha mãe já ficou desesperada, já entregando na mão de Deus, eu acho que o racional ali, era perguntar para o médico qual que era o tratamento, quando se inicia, o que preciso fazer, qual é a documentação, qual hospital que eu posso ir que o senhor indica, e não travar, eu acho que a crença que a minha mãe trouxe de forma não explicita, mas ela acabou trazendo pra gente, uma parte meio que interna de que você sempre vai recorrer a alguém e vai conseguir alguma coisa. Não que a minha mãe é interesseira, mas que talvez ela não tenha força de tomar a iniciativa das coisas, sabe? a força de falar pô eu quero, então o que eu preciso fazer pra conseguir? o que preciso tomar de decisão ali pra conseguir?... se minha mãe tivesse desde a época que ela queria sair da casa da minha vó, tivesse falado assim óh, já que eu quero sair daqui oh Henrique já que você tá trabalhando, eu vou arrumar um emprego e Juliano, que é meu irmão, arruma um emprego, e nós vamos juntar mensalmente esse valor, porque nós vamos alugar uma casa, talvez nem precisava comprar, vamo alugar uma casa, e pra isso nós vamos precisar ter isso por mês, se vocês dois trabalharem a gente consegue se organizar, então eu acho que é isso, e ela é assim até hoje... Eu acho que eu sou forte, acho que é meio complicado falar sobre si, porque parece que é um ego, se falar bem de você, mas eu me vejo um cara forte, eu passei por situações que eu nunca pensei que eu ia sair e consegui, como o câncer que eu tive, são situações que quando você passa eu achei que essa luta nunca ia acabar e ela passa. Esses dias eu tava ouvindo o stories de uma moça que ela falou que “vai passar, mesmo que na hora você pense que não vai, vai passar” e faz muito sentido, né, porque na época do*

*tratamento eu falava “mano, vai passar”, é um limbo eu to nisso, você sai de um diagnóstico entra em outro, as coisas mudam tão rápido, você pensa que não vai, mas eu me vejo um cara forte, eu me vejo, não posso dizer que às vezes eu não sinto medo, porque eu sinto, boa parte das coisas que eu faço na minha vida eu vou com medo mesmo, eu não sou uma pessoa de não ir, eu vou mesmo que eu tenha que ir com medo ou despreparado, várias situações aconteceram isso, por exemplo a empresa, eu entrei na área de desenvolvimento de sistema, eu não tava preparado, tava só estudando e a empresa me deu oportunidade, mas eu fui, vai fazer um ano já. Então assim, eu posso ter medo, mas não olho pra trás, eu dou um passo pra frente, o medo não é um ponto que me trava, eu posso sentir medo, eu posso ter medo, ansiedade no meio do caminho, mas eu acabo lidando com o momento, eu acabo me adequando aquela situação e tentando mudar esse sentimento de medo, de que vai fracassar, ou que não vai conseguir, então assim, são coisas que eu acho que todo mundo passa por isso, outros não vão pra frente, acabam não conseguindo caminhar pra frente, vejo muita gente da minha família que poderiam ter conseguido muitas coisas, mas o medo acabou deixando eles parados, eu tenho medo, mas eu acabo não permitindo isso. Então eu me vejo um cara forte, me vejo um cara inteligente, quando eu preciso ser claro com alguma coisa, é que assim, eu tento muito tratar as pessoas de uma forma neutra, mas quando eu preciso, as vezes, me impor, eu me imponho, eu não coloco muito essa questão de me importar com o sentimento da outra pessoa quando eu preciso me impor de uma questão que eu me senti mal, já aconteceu diversas vezes, então me sinto forte, me sinto corajoso, inteligente, quando preciso tomar a frente de alguma situação eu vou, não posso ter essa questão de sempre estar me sabotando. Uma das frases que meu chefe sempre fala é a do vira-lata, que você se sente um vira-lata, mas às vezes é um pitbull, tem que ir pra frente como a gente é, não ter síndrome do vira-lata, sempre se julgando, sempre vendo as coisas negativas né, porque sempre existem coisas negativas, sempre existem coisas que você tem como tirar de algo ruim, eu não posso sempre tirar cem por cento daquilo como algo ruim, tem algo bom ali no meio, então eu acho que é uma dádiva que eu tenho de ouvir, então é isso, eu não gosto muito de falar bem de mim, porque parece que eu to sendo um pouco egocêntrico, mas eu acho que é sobre isso.*

Nesse trecho da narrativa, pode-se ser observado que o narrador pondera sobre o modo como reagiu ao diagnóstico, comparando-a com sua mãe, de maneira a se destacar as diferentes reações de enfrentamentos das situações. De um lado,

sua iniciativa e busca por soluções, enquanto por outro, sua mãe transparecia perspectiva de impotência, e sempre recorrendo a outrem para resolver seus problemas.

Diante dos acontecimentos, pode-se dizer que Henrique passou a refletir sobre sua vida e constatou que não tinha se permitido viver sua plenitude, percebendo-se e reconhecendo-se como o *Cara forte*, personagem que se manifestou neste período, no qual teve que enfrentar e passar por todas as adversidades, angústias e sofrimento devido ao câncer, considerando sua força de superação, coragem, e inteligência, apesar de seus medos e dificuldades. É possível observar também que o narrador se mostrou determinado a seguir em frente, assim como que consegue se impor quando necessário, se colocando como prioridade em sua vida.

*Eu tive que também mudar de casa, minha mãe também não aceitou muito bem essa minha nova vida, então eu tive que mudar, mas não em questão que ela brigava comigo ou que ela me expulsou de casa, mas pelo fato de eu não poder levar o meu namorado pra casa, pelo fato de ela sempre fingir que tava tudo bem, e a gente não precisar ter uma conversa, e isso sempre me incomodou, a ponto de eu falar pô não dá pra ficar em um ambiente, aonde eu tenho que limitar o que eu penso, o que eu vou falar, porque vai deixar outras pessoas constrangidas ou mal, então foi por esse motivo que eu saí, porque eu precisava estar em um ambiente com pessoas que, por exemplo eu poderia falar que eu tenho namorado, ou que eu vou sair com ele, e o ambiente lá na minha casa eu não poderia, então foi uma fase bem delicada, eu tive que aprender a aceitar o outro também, as decisões da minha mãe, na verdade aceitar não, né, respeitar, porque aceitar é bem diferente do que eu fiz, eu respeitei, já pelo fato de ela não aceitar, eu respeitei ela, e eu não comento sobre. Eu fico muito feliz que meus irmãos aceitaram legal, e já vieram aqui e já conheceram o Gabriel, então foi bem de boa com meus irmãos, eu achei que seria algo meio chato, porque meu irmão cresceu num ambiente com pessoas meio que escrotas, preconceituosas, pessoas que não tem um foco de futuro, tanto que meu irmão também não quis se formar, não terminou o ensino fundamental, por escolha própria, mas por conta de que as amizades dele também são assim, então, eu achei que ao falar pro meu irmão que eu era gay, eu achei que ele ia se afastar um pouco, mas ele só perguntou se eu estava feliz, então eu achei que foi muito bacana da parte dele, e da minha irmã também que era mais nova na época e tinha dezesseis anos, e ela fez a mesma*

*pergunta, e eu vi que a mentalidade deles referente à minha sexualidade não ia mudar a nossa amizade e o tanto que nós construímos juntos como irmãos.*

A personagem “Cara forte” ao superar os ditames da doença acometida percebe que adquiriu maiores possibilidade de autonomia nas decisões. Mesmo sofrendo pressão social, sem o apoio materno, mas com o reconhecimento dos irmãos pode romper com valores e concepções internalizadas no processo de socialização ao adquirir novo sentido para a vida ao longo de um processo de desafios, conflitos e novos referencias identitários no seu entorno.

Encontrar um companheiro, ser reconhecido por este, manter um relacionamento salutar e fundamentalmente sair da casa materna, sem romper com o lar em que foi criado, revela superação das personagens anteriores e fornece possibilidades para o nascimento de nova personagem “Escritor de sua história”.

*E essa foi a direção eu tive que tomar, então quando eu percebi que se eu entrasse em mais um relacionamento com uma moça e tentasse de novo eu ia me frustrar de novo eu ia cair no mesmo limbo da minha mãe, mas de forma diferente, sempre tentando da forma errada, então eu parei, tive que ter um momento meu, sair do armário né, dizendo assim, não é fácil como eu tive que tomar as rédeas da minha vida, então sair do armário não é fácil, envolve sentimentos, envolvem você se expor para algumas pessoas, é muito chato esse negócio de ter que falar sobre a sua orientação sexual né, você não vê héteros fazer um evento para dizer que ele é hétero, é uma coisa mais natural, mas foi necessário né, eu ter tomado essa iniciativa para poder me achar para poder ter a ideia que eu tenho hoje de relacionamento.*

Henrique se permite continuar a escrever sua história, e comenta sobre as dificuldades de uma obrigação em falar a respeito de sua orientação sexual, posto que não há necessidade alguma desta situação para pessoas que são heterossexuais. A referida observação reflete como determinadas normas sociais podem impactar a maneira como as pessoas enxergam e vivenciam sua orientação sexual, e como a sociedade pode ter expectativas diferentes para as orientações sexuais, tendo como exemplo o padrão heterocisnormativo. Ressalta-se que são diversos fatores que influenciam em relação a falar para outras pessoas sobre sua própria orientação sexual, tendo-se como exemplo a possibilidade de violência física e emocional, bem como discriminação, preconceito e diversos outros tipos de reações por parte da sociedade, conforme comentado abaixo:

Depois que a pessoa descobre que está tudo bem ser ela mesma, que se entende como pessoa LGBTQ+, chega a hora de cogitar a possibilidade de se assumir. Volto àquela pergunta triste: “Mas então você enganou todo mundo até agora?”. A resposta é não. Estava apenas pesando os prós e contras, estava tentando me entender; criando coragem para perder meu emprego, ou não arrumar um emprego. Estava cogitando a possibilidade de sofrer violência física e emocional; de parar de estudar para fugir da violência; estava respirando fundo antes de, talvez, ser expulso de casa; antes de perder os amigos; estava criando coragem para ser rejeitado pela sociedade ou pela igreja que frequento; sofrer violência no transporte público; estava achando forças para suportar me baterem com lâmpada fluorescente na cabeça em plena Avenida Paulista, por ser exatamente quem sou, uma pessoa LGBTQ+. Então, começamos a entender o velho dilema de “sair do armário” (Âmbar, 2021, p. 104).

O narrador cita também que percebeu que se continuasse tentando ter relacionamentos heterossexuais seria frustrante e que era necessário assumir sua orientação sexual para ser ele mesmo, de modo a ter sido essencial para sua metamorfose e o desenvolvimento de seu relacionamento amoroso.

*Eu sou gay, então é isso que de fato eu quero, e eu tive muita sorte de no meu primeiro namoro dar muito certo né, não ter aquela, sabe, aquela coisa de ser muito traumático para arrumar namorado, toda hora em um relacionamento, se machucando, eu tive muita sorte de, pelo menos, no primeiro já ser um relacionamento que já tá indo para o seu quarto ano, então é uma questão que eu percebi que, quando a gente tá muito..., quando existe um problema, e a gente está sempre naquele ciclo, um vício, alguma coisa que precisa ser feita né, e minha mãe a meu ver, ela, ela tem um ciclo vicioso, que ela não percebeu ou ela percebeu e não quer sair dele, que ainda hoje em dia ela continua nessa tentativa. Como saí de casa e não to me envolvendo mais nisso, eu tive momentos muito complexos passando isso junto com ela, passando junto com ela e minha avó, a guerra que tinha em casa, então é meio até difícil de explicar onde minha mãe tá errando, como eu posso ajudá-la, porque não existe essa abertura, mas de fato existe alguma coisa que tá acontecendo ali para essa tentativa dela, talvez ela deva ter sonhado muito em ter um relacionamento ou a cobrança e a minha avó sempre fez para ela ter um relacionamento e fez ela ir pra caminhos que talvez não funcionou muito, só pra poder agradar a minha avó. Eu acredito que seja algo semelhante, eu tive que parar e perceber onde que existia o erro que eu estava cometendo comigo. Eu precisava sair daquela bolha né, que de toda hora tava num relacionamento, toda hora tá buscando, de quando de fato parei de buscar um relacionamento, eu meio que, que joguei para o universo e falei “pô quero namorar” e agora eu sei aonde eu vou caminhar. O meu relacionamento e do*

*Gabriel foi por aplicativo, então a minha conta quando eu tinha na época era muito certo né, eu tô afim de um relacionamento, mas não tava mais, meio que me obrigando, a estar em um relacionamento, então as coisas foram acontecendo naturalmente, então é mais isso né, eu peguei um gatilho muito grande referente a isso né, minha mãe ela passou bastante dificuldade nesse ponto da vida dela, e ainda passa dificuldade. Nesse mesmo lugar que é buscar ter uma pessoa para ser feliz, para realizar sonhos e se casar, então ter um relacionamento hoje e eu consigo ser feliz e duradouro, ele foi muito com base na minha escolha de perceber onde eu estava errando.*

Henrique se identifica como homoafetivo e demonstra aceitação no tocante à sua orientação sexual, de modo a expor sua sorte em ter entrado em um relacionamento bem-sucedido com Gabriel, diferenciando-se de ciclos viciosos de relacionamentos traumáticos, de maneira a se referir às experiências de sua mãe. Deste modo, o narrador realiza uma reflexão sobre a possibilidade de sua mãe ter sido influenciada por cobranças externas, como a pressão de sua avó para ter um relacionamento, o que pode tê-la levado a fazer escolhas que não funcionaram bem para ela. Outra observação se deu ao afirmar que consegue ser feliz em seu atual relacionamento com base na escolha de perceber onde estava errando, e tal erro se referia a buscar uma relação de maneira forçada, em outras palavras, tais experiências auxiliaram o narrador a tomar decisões de maneira mais harmonizada com sua identidade atual.

*Antes do Gabriel, com mulheres, eu tive três relacionamentos com o que eu me sinto muito culpado, mas é que eu terminei com a moça um dia antes do ano novo, eu me sinto muito mal com isso meus amigos falam você acabou com o ano novo da menina (risos), mas eu peguei um conselho, só para você entender né, eu peguei um conselho de uma amiga, hoje a gente não é mais amigo, a gente se afastou, mas na época a gente era muito amigo e ela falou assim: “Henrique término vai ser ruim hoje, vai ser ruim amanhã, vai ser ruim qualquer dia, então se vai ser ruim qualquer dia, não tem um dia para você dizer ou não né”, E aí foi né, eu cheguei terminei, eu tive três relacionamentos, eu tive quase um quinto relacionamento, teve três e o quarto relacionamento eu não quis, eu meio que dei um chega para lá e no quinto foi com uma moça que eu fazia tratamento né, a gente tava meio que se envolvendo e foi bem quase no finalzinho de 2019. Tive que chegar e falar para ela que não daria certo, eu tava tentando e expliquei para ela que não daria certo eu contei para ela o real motivo,*

e ela entendeu perfeitamente, foi bacana a conversa na verdade, e foi isso né, foram basicamente cinco tentativas frustradas. No primeiro relacionamento eu tinha uns 19 anos, o segundo, não, eu acho que o primeiro relacionamento tinha 18, o segundo eu tinha 20, no terceiro eu acho que eu já tinha 23 anos, e depois foram dois que eu não me envolvi, mas eu ficava meio que deixando a menina de molho, sabe? e agora o Gabriel que foi com 25 anos. É que assim, todos eram grandes surtos né, a primeira foi muito, é que assim a primeira foi a Maria a primeira foi que muito amigos que ficavam “ah se precisa namorar”, “você precisa namorar e ela tá solteira” e você vai muito na onda naquele momento que tá todo mundo em cima de ti, foi isso e eu já entrava no relacionamento desesperado para o fim. Era muito isso, eu já começava já pensando como que eu vou terminar, o segundo foi mais por admiração que eu tinha aquela menina e eu fui percebendo isso por meio do carinho, não era amor, não era nada, era admiração que eu tinha pela pessoa, e eu acabei confundindo as coisas e no final foi uma grande merda, mas assim, com ela eu fico até feliz que ela terminou o relacionamento, porque a primeira eu terminei a segunda ela percebeu e quem terminou, e tanto que eu não consegui amar elas que um amigo meu, que se relacionou com essa minha ex-namorada, um amigo muito íntimo meu, e para mim “bom, é isso, vai lá”, eu nem me importei se ele tava pegando minha ex-namorada, para mim eu só apoiei e a terceira foi uma tentativa e aí não deu muito certo também, mas essa de tentar forçar para ver se daria certo e a outra foi uma que todo mundo queria que eu namorasse, ela era extremamente apaixonada e eu enrolei tanto, enrolei tanto até ela perceber que não daria certo, mas era muito traumático, porque todo o lugar que eu ia, todo mundo ficava nessa expectativa e eu ficava desesperado e às vezes não queria nem estar em alguns encontros porque o pessoal ia ficar perguntando e eu ia ter que ficar falando que não daria certo e a quinta foi a que não deu muito certo, mas pelo menos eu falei não, eu cortei antes de começar. Meus relacionamentos duravam seis meses, era o tempo ali que dava sabe? chegava no ápice e falava “pô não vai caminhar mais do que isso” basicamente eram seis meses, assim quando eu comecei a namorar com o Gabriel eu achei que ia durar uns seis meses, eu falei acho que vai durar uns seis meses no máximo ali, mas de fato eu me encontrei onde eu estava me perdendo né, meus relacionamentos eram bem difíceis, eram tanto que minha mãe só conheceu uma namorada, as outras ela nem soube, ela conheceu a primeira, ela era uma da igreja, uma pessoa da igreja, ela já foi namorada

*de um vizinho meu, então minha mãe já conhecia ela, já foi na minha casa, então teve um almoço lá e ela foi a única que ela conheceu.*

Neste trecho da narrativa, é possível observar o quanto as experiências do narrador em seus relacionamentos anteriores impactaram sua identidade. Destaca-se aqui o padrão de seus términos, com duração média de seis meses, o que pode ser um resultado de sua dificuldade em se relacionar de forma amorosa, devido a naquele momento de suas relações, não ter tido a percepção sobre “onde estava errando”. Ressalta-se também sobre as pressões sociais e expectativas depositadas no narrador por seus amigos, fato este que impactou no processo identitário de Henrique. Diante do relato, é possível identificar que as inseguranças e sentimento de culpa a respeito de tais relacionamentos estão relacionadas às suas experiências anteriores e à influência do ambiente familiar e social.

Contudo, é possível observar que em relação aos processos identitários, refere-se ao modelo de relacionamento não bem-sucedido da mãe. Vale recordar que em vários momentos da narrativa, a experiência das relações amorosas da mãe, foram motivos de crítica. Estaria Henrique seguindo o “Karma” de ser peixinho, tendendo a ter as mesmas dificuldades nas relações amorosas? Provavelmente a diferença desejada em relação ao modelo materno foi um dos referencias que possibilitaram sua metamorfose.

*Hoje, por exemplo, aqui na minha casa quando eu me mudei com o Gabriel teve muitas coisas que eu falei para ele, por exemplo, um copo que quebra eu não queria que tivesse uma briga generalizada, uma briga sobre isso, porque lá em casa quando caía um copo não era um copo que caía, virava uma guerra que o copo era só uma faísca, e outros assuntos que vinham do nada era um ambiente muito complexo para mim. Inclusive eu vou levar o Gabriel na festa da empresa, é a primeira vez, já tem cinco anos, então nem todo mundo lá ainda sabe que eu sou gay, que eu to num relacionamento, poucas pessoas sabem da empresa, então eu ainda to meio apreensivo de, não de me expor, mas da reação das pessoas, né, é bem complexo esse ponto da questão homoafetiva, porque vem da família, minha mãe não aceita, então, tem alguns paradigmas que a minha família enfrenta, então eu acabei trazendo, e ainda to me livrando desse medo de, não de me aceitar, porque aceitar eu me aceito, mas das pessoas olharem, de ficar falando baixo, questionando, então é um paradigma.*

Em seu novo lar, Henrique busca não reproduzir o padrão conflituoso ocorrido na sua família ao conversar e ter um bom diálogo com Gabriel. Neste momento, é possível observar o referencial de sua vivência familiar na vida adulta, posto que o narrador relata como a dinâmica familiar, especialmente em relação à sua mãe, impactou em sua maneira de lidar com situações cotidianas, como a quebra de um copo, de maneira a demonstrar sua preocupação em evitar brigas ou conflitos.

Outro ponto importante se dá em seu receio no que concerne à exposição de sua orientação sexual, tendo como exemplo ter a presença de Gabriel a uma festa de sua empresa, onde nem todos sabem sobre sua orientação sexual, de modo a deixá-lo receoso em relação às reações das pessoas, possivelmente devido aos paradigmas e preconceitos associados à homoafetividade.

*Me mudei, hoje não moro mais com a minha mãe, já fez um ano, e está sendo o melhor ano que eu to tendo na minha vida de crescimento, né, sair da casa dos pais é algo maduro, você entender que você precisa agora criar a sua rotina, você entender que você precisa passar alguns perrengues que seus pais passaram lá atrás, obviamente que talvez não tanto quanto eles passaram, mas vai ter os seus perrengues, então morar só e dividir a casa com outra pessoa diferente com aquilo que você tá acostumado é difícil no início até se adaptar, então eu e o Gabriel. tivemos uma dificuldade, um pouco referente a se adaptar um ao outro, a gente até brincava que o Gabriel chegava e falava “ah não, mas o açúcar tem que ficar fora da geladeira, pô, mas na minha mãe ficava dentro da geladeira”, então assuntos que a gente vai se adaptando, como que vai ser aqui dentro de casa? Vai ficar onde? Então, a gente tem que mudar isso, temos que criar a nossa rotina, né, então eu acho que eu amadureci muito vindo morar sozinho, apesar que eu já cuidava dos meus irmãos, eu venho fazendo isso ao longo do tempo.*

Henrique percebe-se como amadurecido, de modo a descrever sua experiência de morar com Gabriel como um período de crescimento pessoal. Apresenta-se aqui a personagem “Escritor de sua história” com novas características: *Henrique: em crescimento.*

Acredito que a base da aceitação é você ter orgulho de quem você é como pessoa, pois o LGBTQ+, muitas vezes, não se entende como uma pessoa, mas sim como algo indesejado, ou apenas um objeto de desejo sexual, ou alguém que não merece viver, acaba criando essa consciência de tanto ser esculachado pela sociedade (Âmbar, 2021, p. 104).

É possível destacar também, a respeito da percepção que o narrador tem de si mesmo, diante dos impactos de suas experiências, bem como é mencionado a respeito da experiência anterior de cuidar de seus irmãos e assumir responsabilidades desde quando era mais novo, fato este que impactou em seu processo identitário de modo a contribuir com sua mudança residencial.

*É a minha segunda faculdade que eu estou fazendo, a primeira foi Analise e Desenvolvimento de Sistema, onde eu iniciei, a empresa onde eu trabalhei, acabou falindo, e eu não consegui finalizar essa faculdade, inclusive eu tenho uma dívida com a faculdade, eu tive que pagar, e depois para eu terminar a faculdade, a dívida seria um pouco maior, né, eu teria que tá pagando o que eu tava devendo e ainda tá pagando a mensalidade, então eu tive que dar um passo pra trás, eu optei em estudar Desenvolvimento de sistema mobile, depois que eu quitei a faculdade, eu comecei a estudar nessa parte, e depois, devido a COVID, eu comecei a estudar em casa, vi que eu tenho uma facilidade muito grande em fazer EAD, que mudou a minha chave, eu sempre tive um preconceito com EAD, e depois que comecei de fato estudar, eu vi que é um compromisso mesmo, e o quanto você tem de objetivo, então hoje eu não tenho mais preconceito com EAD, eu faço de boa e até as próximas faculdades eu quero fazer EAD.*

Henrique comenta sobre as mudanças de sua trajetória acadêmica são marcadas por transição e dificuldades financeiras. Outro fator importante a ser tratado é no que concerne à classe social. É evidente a necessidade maior de esforço do narrador para atingir seus objetivos, de modo não conseguir finalizar sua primeira graduação, restando-lhe uma dívida alta para arcar. Devido a sua capacidade de superação de obstáculos e resiliência, os papéis sociais de estudante e trabalhador *online* fortaleceram a personagem "Henrique: em crescimento" com características mais acentuadas de autonomia e projeto de futuro. Destaca-se o preconceito inicial em relação ao Ensino à distância (EAD), sua obrigatoriedade durante a pandemia da COVID-19, e a mudança de perspectivas após experimentá-lo, posto que, percebeu que possuía facilidade nesta modalidade, de maneira a aproveitar as novas experiências e aproveitar as vantagens e oportunidades oferecidos por este ensino.

*Na faculdade é totalmente online e eu termino esse semestre e aí teve um ponto na faculdade esse ano que ele eles queriam que as provas voltassem a ser presenciais, e aí até tudo bem, mas aí eles tiraram as videoaulas e foi muito complexo,*

*porque assim, eu não sou muito bom para ficar lendo toda hora, de ter conhecimento de leitura, eu sou muito visual, então eu assisto muitos vídeos para resolver alguns problemas para resolver algumas coisas e quando eu tô lendo manual eu sou muito visual, eu vou muito nas imagens, então assim, o meu aprendizado eu tenho que praticar aquilo que eu estou vendo, mas o visual para mim impacta muito e tirar essas aulas e colocar essas provas presenciais foi uma confusão e agora eles voltaram a fazer totalmente online para a gente finalizar, então para minha faculdade foi isso e não teve provas anos atrás por causa da covid, mas queriam fazer provas presenciais agora, mas ficou 100% online então agora eu tenho que fazer as horas complementares que eu não fiz, e é isso, tenho que fazer as provas, inclusive, acho que essa semana tem prova e acho que tem mais três provas e um trabalho final para a gente finalizar, mas da faculdade também foi muito de boa, eu escolhi um curso tranquilo que eu queria que não exige muito, é um curso mais de boa. E também o trabalho me proporcionou isso, se eu tivesse trabalhando presencial talvez eu não fosse conseguir toda hora tá assistindo as aulas, então estar em casa também foi muito de boa, só colaborou com a faculdade, então assim na pandemia, graças a Deus, eu não tive tanto impacto, não mudou tanto a minha vida, tivemos que tomar alguns cuidados, é teve que tomar cuidado, que respeitar algumas normas, metrô de máscara, estabelecimentos de máscara, algo meio que natural, mas eu não tive muitas dificuldades na pandemia.*

Destacam-se nestes pontos narrados que sobre as adaptações às mudanças acadêmicas, durante esta pandemia e após tal período, de maneira a mencionar que a retirada das videoaulas dificultou seu aprendizado, bem como demonstra que se adaptou com o ensino remoto, que se encaixa bem em suas necessidades e demandas pessoais, destacando que estar em sua residência facilitou sua participação nas aulas e o permitiu conciliar trabalho e estudos. Desta forma a flexibilidade e possibilidade de trabalhar de modo remoto permitiu que o narrador se adaptasse às demandas durante o período pandêmico.

*Eu ajudo a minha mãe com algumas contas, e eu sou muito feliz por isso, porque graças aos meus estudos e ao meu trabalho eu consigo ter uma condição financeira onde eu consigo ajudar as duas casas, a minha e a da minha mãe, então se eu tivesse seguido os caminhos da minha mãe, talvez eu não tivesse essa oportunidade de ajuda-la e me ajudar também, algo principal, então acho que a minha trajetória tem um significado muito importante pro que eu vivo hoje, né, conseguir*

*comprar a minha casa, e olhar pra tudo isso e falar, poxa eu consegui vencer, muita gente acha que vencer na vida é você ficar rico ou você ter uma família grande, eu acho que vencer na vida segue muitos os seus objetivos, né, hoje eu tenho a minha casa que tá construindo, hoje eu tenho meu lar aqui com o Gabriel, um lar agradável, consigo ajudar a minha mãe naquilo que ela precisa, ou naquilo que eu posso ajudá-la, eu pretendo muito sair um pouco aqui a zona leste, eu quero ir pra outros bairros, pro centro, não é nem questão de preconceito com a zona leste, mas é... esses dias tinha até uma amiga comentando que “ah você tá com preconceito com a zona leste”, e eu falei não, até pensei ali em uma forma de explicar pra ela, porque ela bateu meio forte nisso, e eu falei “ah imagina, você comprou um fusquinha, e daqui a quatro, cinco anos, você quer comprar um carro melhor, mas não significa que o seu fusquinha foi insignificante, ele teve um significado legal, mas você quer pegar um carro melhor, o fusquinha vai ter uma relevância na sua vida, ele iniciou um trajeto da sua vida, então eu acho que morar na zona leste é algo bom, mas eu posso querer ir pra outros lugares, né, ainda tô na zona leste, vai ser na Penha, mas eu pretendo ir pra outros lugares, comprar uma outra casa lá no centro, sair um pouco daqui e deixar essa alugando depois de um tempo, né.*

Por meio desta experiência, é possível identificar que a personagem Henrique em crescimento acrescenta a característica de cuidador, manifestando nova metamorfose através da personagem “em crescimento que cuida de si e do outro”, de modo a afirmar que graças aos seus estudos e trabalho conseguiu ter condições financeiras e explica acerca de sua percepção sobre o que é “vencer na vida”, de modo a se destacarem fatores como a relação de suas responsabilidades e o papel familiar assumido, bem como a realização e satisfação em alcançar seus objetivos, e as possibilidades de busca por novas experiências e oportunidades de crescimento, o que indica um processo de identidade em constante metamorfose.

*O Gabriel e eu compramos um carro recentemente, então assim, nós sempre estamos tentando evoluir em tudo, sabe, hoje eu sou o primeiro filho da minha mãe que tem uma casa, que tem um carro, então assim, são coisas que eu quero para mim e são escolhas que não são tão fáceis né, exigem tempo, exige às vezes você não comprar determinadas coisas para ter o dinheiro para pagar, existem renúncias, vamos dizer assim, existem renúncias de algumas coisas que você vai querer, mas são renúncias que são necessárias para conquistar alguma coisa né. Então a gente meio que se organizou referente a isso para poder fazer essa compra, as grandes*

*mudanças que tá tendo, o meu apartamento já tá subindo né, já tá no décimo andar, já tá levantando as torres, eu tive que cortar algumas coisas da casa da minha mãe, porque eu sempre ajudei financeiramente lá né, e eu tive uma conversa com a minha mãe que eu ia ter que cortar algumas coisas, foi meio traumático, minha mãe surtou e tudo, mas eu precisei fazer isso para que minha casa se movimentasse, então eu tive que tirar para faltar para que pudesse se movimentar, eu não poderia mais me responsabilizar tanto com a minha casa e a casa da minha mãe, inclusive minha mãe já arrumou emprego, minha irmã tá arrumando, dando um jeito, então eu precisei ter esse corte que doeu bastante em mim, mas eu tive que fazer isso para ver até onde eles lutariam por eles, e não posso agarrar o mundo né, então eu tive que ter amadurecimento.*

Diante de tal fato, manifesta-se outra personagem com novas nuances, *Henrique: Incentivador*, no qual percebe que para continuar a alcançar seus objetivos é necessário que haja mais mudanças e transformações. Em sua constante metamorfose, o narrador menciona suas conquistas que parecem representar uma evolução em sua vida e um amadurecimento em relação ao seu papel na família. É mencionado também sobre o seu processo de fazer escolhas e priorizar seus objetivos, de modo a demonstrar suas responsabilidades financeiras e sua capacidade de tomar decisões estratégicas para alcançar os objetivos projetados. No tocante a sua família, Henrique passa de cuidador para a um incentivador, ocasionando mudanças na dinâmica familiar.

*E eu acabei criando esse hábito pra eles sempre precisarem de mim, algo que o Gabriel vem me ajudando muito a quebrar, porque eu parava a minha vida pra ajudar, não que eu sou uma pessoa ruim, mas acho que eles precisam correr, por exemplo algo simples, a minha irmã chegou: Henrique, tamo sem internet aqui em casa, a internet ta ruim, aí eu falei tá bom, e eu fiquei nisso, daí ela falou e o que eu posso fazer? Aí eu fiquei quieto e ela mandou de novo, aí eu tive que ser meio que ríspido, eu falei A. se a internet ta ruim, chama um técnico, se internet tá ruim vê com a operadora qual que é, é um exemplo só pra você entender, vê com a operadora qual que é a melhor promoção, vê com uma outra operadora quais são os benefícios de fazer esse traslado, qual é a vantagem. Então eles acabam se apoiando em outras pessoas e mesmo que eu ainda dê uma dica do que ela deva fazer, eu não fiz, eu só falei óh é esse o caminho, eu não posso fazer isso por você, eu poderia ligar eu poderia resolver, mas eu falei “eu não posso”, porque você precisa ter noção do que*

*está te deixando desconfortável e ir atrás e ajustar, acho que não dá pra você viver desconfortável sempre e as coisas ficarem do jeito que estão. E acho que foi esse ensinamento que minha mãe sem querer deu pra gente, eu entendo que ela teve uma vida sofrida né, minha mãe se relacionou e não teve muito sucesso nos relacionamentos dela, é algo que deixou ela muito triste e dependente da gente como filhos, mas é uma decisão dela, eu não posso mudar o foco dela sobre a vida, né, eu tenho que mudar o meu, tanto que quando eu mudei da casa da minha mãe ela chorou por semanas, e eu tive que entender que são decisões difíceis que você toma pra conseguir coisas no futuro pra você, né, eu tive que tomar uma decisão difícil pra poder ter a minha casa né, chegar no final do mês e não sobrar nenhuma grana, por exemplo, pra fazer uma viagem ou pra fazer alguma coisa num feriado, você tá buscando sempre uma forma de ganhar algo extra pra pagar o que você comprou, é uma decisão difícil, né, é complicado, mas é uma decisão que faz parte do processo, eu não posso mudar isso desse jeito, não sou herdeiro, então assim, o que eu tomei de diferente da minha família, o que eu não quero é depender do outro, é colocar nas costas do outro uma decisão que eu preciso tomar, é tomar decisões difíceis mesmo sabendo que o processo é longo, dependendo da situação, e acho que é isso. O que me difere dos meus irmãos e da minha mãe hoje é o fator de eu tomar a frente naquilo que eu quero, de falar pô é isso, e também não dar sempre o suporte pra eles quando eles precisam, pra ter a independência de cada um, acho que eles precisam aprender a se virar um pouco, né, não um pouco, tem que aprender a se virar, porque a vida é assim, uma hora você vai tá numa fase boa, outra hora não vai tá numa fase boa, se tem que se adaptar, tomar as rédeas da sua vida, mas não colocar esse peso na carga de outra pessoa, sabe? Então eu quis tomar esse caminho diferente da minha família, porque eu não vi benefícios, eu quando criança, eu cresci e vi que essa linha que minha mãe tomava e que meu irmão toma não teve nenhum crescimento pra eles, então fiz algo diferente para poder ter um outro tipo de história, acho que é isso.*

Henrique, incentivador, relata que tinha como hábito e padrão familiar, sempre se disponibilizar para ajudar seus familiares, o que pode ter contribuído para a relação de dependência entre eles. Com a ajuda de Gabriel, o narrador pôde refletir, compreender e transformar-se para que pudesse lidar com as demandas e expectativas de seus familiares de maneiras diferentes das anteriores. A expectativa é de que se fortaleçam e obtenham autonomia necessária para lidar com os desafios de suas vidas.

*Um dos pontos recentes, eu não lembro se eu falei para você, mas eu tinha uma amiga, que eu ia para igreja para conversar com ela e eu tive que, foi algo recente então, acho que é plausível trazer, a gente sempre teve uma amizade eu conheci ela desde, sei lá, o ensino fundamental a gente se cresceu na escola juntos, na igreja também, porque a gente sempre foi da mesma igreja e simplesmente ela desapareceu da minha vida né, fui padrinho de casamento dela, então assim, a gente sempre teve uma amizade muito grande e ela simplesmente parou, ela ficou, ela ficou grávida e ela não me respondia no WhatsApp, no Instagram, eu vi que sempre ela tava postando os stories, mas nunca me respondia e eu fui buscar, saber o que tava acontecendo com a tia dela, a tia dela falou “Henrique eu também não sei, eu vou mandar o seu recado para ela” depois ela falou “Henrique eu mandei seu recado, ela vai falar com você” e até hoje não falou e foi muito difícil, foi um corte de relacionamento muito difícil para mim, porque a gente sempre foi muito amigos, inclusive ela foi a primeira pessoa que eu liguei para falar sobre a minha orientação sexual, então assim, ela sempre foi muito importante na minha vida era tanto que na nossa infância, entendendo o caso das brigas que a gente tinha em casa, ela era a pessoa que eu chegava para falar as brigas que tinha em casa e ela também tinha muitos problemas familiares e nós dividimos os nossos problemas um para o outro, que deixava muito mais leve de levar a situação, porque ela estava ali para ouvir, e eu estava ali para ouvir ela né, dos problemas que ela tinha com o pai, e eu com a minha família mãe, tio, vó e aí ela simplesmente desapareceu. Por esse ano e desde ano passado não fala mais comigo, eu tive que entender que na verdade eu tentei buscar uma justificativa, “ah será que eu fiz isso”, “será que eu fiz aquilo”, mas como ela não me deu um lugar de pelo menos perguntar ou de ela explica o porquê ela estava desaparecendo, eu tive que lidar com isso e foi muito complexo para mim lidar com isso, porque na minha cabeça, a minha cabeça tentava buscar uma justificativa e qual a justificativa eu vou dar por uma coisa que eu não sei o que tá acontecendo né, eu meio que sentia aquele corte do luto que você vive aceitação ou você entender que a pessoa não vai estar mais ali. Parecia que ela morreu e eu tive que lidar com isso recentemente, eu tive que colocar na minha cabeça que amizade se acaba e ela não me deu essa permissão de saber o porquê, mas eu tinha que dar norte para essa situação na minha cabeça, então de fato eu tive que matar essa amizade e entender que acabou, passei basicamente meses conversando com o Gabriel e com uma amiga minha que aconteceu para poder dividir esse sentimento, porque eu não sei explicar, mas doeu muito essa partida dela,*

saber que ela tá viva e ela não se dá permissão de conversar comigo e o que mais me deixou triste foi saber que o filho dela, ela colocou o meu nome, não triste, mas eu fiquei feliz em saber que ela colocou o nome dele de Henrique, mas ao mesmo tempo uma amiga que eu sempre tive a minha vida inteira, ela não me deu permissão, ela simplesmente sumiu, “foi Henrique não quero mais”, e eu acho que muita coisa que eu queria mesmo era a justificativa era “ah não quero mais a sua amizade”, “ah eu fiquei chateada por isso ou por aquilo” sabe? ter um norte, então assim, nessa época triste da minha vida, da minha infância ela foi muito importante, ela era a pessoa que eu conversava diariamente, dividia essas dores também, e ela também ela sempre dividir as dores comigo, mas ela saiu ela se afastou e eu tive que lidar com isso, aí até hoje algumas vezes eu ainda sonho com ela, é bem difícil de explicar, mesmo eu já entendendo sabe, que ela não quer amizade, mas de vez em quando eu ainda tenho sonho com ela, ainda continuo a pensar, mas foi um cenário recente que eu tô tendo que lidar ainda, eu acho que o meu subconsciente quer alguma resposta, porque eu acabo sonhando com ela mesmo que eu, por si só, já não quero mais essa amizade, porque eu me coloquei no lugar que eu não vou mais me colocar, que é deixar que o outro controle as minhas emoções ao ponto de passar por horas pensando o que será que essa pessoa fez, porque ela se afastou então a gente acaba dando esse lugar para essa pessoa e eu precisava ter esse controle, mas de uma certa forma isso foi bom e ruim, foi bom porque eu não vou mais me permitir isso com outras amizades, “foi embora, acabou, então tá”, mas foi ruim, porque meu subconsciente ainda fica “tem um porquê”, “porque ela se afastou” acho que a gente é meio programado para querer ter uma resposta, mas foi isso né, foi algo recente e ainda eu venho lidando mesmo que já tenha um ano que ela não fala comigo, mas eu acho que só para complementar um pouco do que eu iniciei falando sobre os meus pontos de escape da infância, ela era um ponto de escape muito importante, como ela também conversava comigo sobre o problema dela e a gente compartilhava as nossas dores, às vezes a gente parava pra ver quem tinha problema maior, quem estava mais ferrado (risos), mas a amizade acabou, e eu tenho que, de uma certa forma, entender e o meu subconsciente vai ter que entender que já acabou.

Neste momento, emerge a personagem Henrique: Enlutado. O narrador explica sobre a importância da presença de sua amiga em sua vida, e o quanto sua ausência impacta em seu presente, de maneira a estar lidando com tal situação. Destacam-se aqui alguns pontos relevantes como, a importância dos laços sociais, amizade e apoio

emocional, posto que sua relação com sua amiga proporcionava um espaço seguro para que ambos compartilhassem suas dores e problemas familiares, e o narrador destaca o impacto positivo que a presença dessa amiga teve em sua vida.

Outros fatores referem-se à sua perda e o processo de luto, no qual Henrique descreve sua experiência e seus sentimentos devido a tal afastamento, de modo a comparar esta situação com o falecimento de alguém, e como o processo de luto pode ser complexo, especialmente quando não há uma explicação evidente para este distanciamento, posto que, embora tenha buscado justificativas, o narrador não as encontrou.

Diante de tal experiência, evidencia-se também que o luto é um processo contínuo e individual, e Henrique enlutado vive outro processo, e passa a desenvolver uma perspectiva diferente sobre relações, de maneira a afirmar que agirá de forma diferente, bem como colocará limites saudáveis em seus vínculos.

*Na pandemia é como eu posso dizer, foi uma época meio complexa porque o Gabriel recebia metade do salário, deixando ele muito estressado, era uma época em que as empresas podiam pagar metade do salário e com o tempo de trabalho reduzido, então eu tive que lidar com os estresses dele referente a essa época, porque ele queria receber mais e a gente tinha um foco de alugar a casa, mas não dava, porque ele recebia aquele valor e também tinha aquele medo de como seria o mercado de trabalho, mas isso mais referente a ele. Eu tive que lidar com essa fase emocional dele. Na minha empresa foi muito de boa, porque eu comecei a ter mais trabalhos remotos e eu trabalhei muito tempo com integrações né, tipo iFood, e essas integrações de outras empresas terceiras, então assim, para o meu lado onde eu trabalho a gente não teve muito problema, não tive problemas com essa fase de pandemia, eu tive até aumento de salário nessa época, então na minha empresa a gente não sofreu com a pandemia, a pandemia só cresceu o meio de aplicativo dentro da empresa, então a empresa trabalha muito bem com o aplicativo e a pandemia cresceu isso e foi o ápice também da minha empresa. Então acho que na pandemia eu não tive muitos problemas assim referente ao financeiro, mas o Gabriel teve e aí, como namorado, eu tive que lidar com isso, às vezes eu queria comprar uma coisa, mas aí ele não queria que comprasse, porque ele não ia poder ajudar, aí a gente tinha que ter aquela conversa de que “ah quando melhorar as coisas para você a gente compra” então assim a pandemia foi meio difícil para ele, para o meu lado meio que não foi tão complexo tão difícil assim, então eu não tenho muito o que reclamar nessa*

*época, porque eu trabalhei muito home office, teve muito trabalho muito trabalho mesmo, só o Gabriel que não teve muito trabalho e isso foi meio que eu tive que lidar com emocional dele e entendendo ele quando ele não queria alguma coisa, porque ele não ia poder ajudar às vezes deixando ele pagar alguma coisa mesmo sabendo que ia fazer falta para ele, porque ele queria de alguma forma ajudar, então a fase da pandemia eu não tive problemas assim. Na pandemia eu até comecei a fazer faculdade, a estudar então para mim foi muito natural, a única coisa diferente é que eu não tava indo em cliente fisicamente, presencialmente dizendo, eu tava trabalhando no cliente, mas de uma forma remota.*

Henrique narra sua experiência durante a pandemia da COVID-19, podendo ser destacados alguns pontos relevantes como a diferença entre ele e Gabriel, posto que, a respeito de sua experiência de trabalho, pode se dizer que sua empresa se adaptou bem ao trabalho remoto e até mesmo realizou um aumento do salário do narrador, todavia, Gabriel teve dificuldades financeiras, resultando em desgastes emocionais e preocupações.

Ressalta-se também acerca de sua classe social e os impactos do capitalismo durante tal período, uma vez que, esta pandemia expôs as desigualdades sociais e privilégio das populações em detrimento de outras, conforme Alves (2022, p.196), *“vive-se atualmente uma realidade orquestrada pelos princípios neoliberais que no âmbito teórico manifesta-se na crise da razão nomeada por muitos como pós-modernismo”*. Nesta narrativa observam-se as preocupações financeiras de Gabriel, e os desafios do casal em lidar com suas emoções, de maneira que a boa comunicação, assim como o alinhamento de valores e necessidades entre ambos foi essencial para manter o relacionamento saudável durante esse período desafiador. Desta maneira, Henrique continuou seus estudos e trabalho de forma remota (online), e tal narrativa demonstra que tal período impactou cada indivíduo de modo único.

*Esse ano peguei COVID, mas a única parte que me deixou muito, não temeroso, mas estressado e ao mesmo tempo preocupado, é que eu trabalho com cliente né, eu preciso dar treinamento, eu preciso falar com cliente e sem a minha voz é impossível você conseguir falar com o cliente, então foi meio traumático, assim eu precisei passar para os meus gestores tive que ir ao médico, então eu fiquei muito preocupado, como que eu vou me comunicar com o cliente se eu não tenho voz e até onde isso impacta no meu trabalho né, se eu ia continuar na empresa por não ter a ferramenta que a empresa precisa e além do conhecimento a voz, então eu fiquei*

*muito preocupado, achei que não ia voltar tão cedo, foi esse foi o ponto para mim, esse foi o ponto mais difícil para mim, ponto mais difícil para mim foi esse, tive que voltar para o cargo que eu tinha anteriormente, e era de analista de implantação, porque no desenvolvimento o meu chefe tinha um pensamento sobre como que seria o meu trabalho lá, mas ele não me passou não tivemos essa conversa sobre expectativas, então eu tava indo para um caminho e meu gestor estava com pensamento em outro, mas aí então a empresa ainda queria que eu continuasse lá como analista de implantação, porque eu já conheço muito bem o sistema, e aí eu volto como analista de implantação aceito o convite e não consigo falar e aí eu entrei nesse surto de sair de uma área, entrar numa outra área e a empresa “será que ela vai continuar comigo?” olha as dívidas que eu tô fazendo, então assim eu acho que o meu surto mais foi mais com o meu trabalho em si, até onde isso ia impactar nas coisas que eu vim conquistando né. Eu tive febre e eu comecei a espirrar muito e aí eu conheço muito o meu corpo né, depois que eu tive câncer eu comecei a notar o meu corpo, a perceber, por exemplo, quando eu começo a ficar com muita sede eu sei que eu preciso beber muita água, porque eu sei que geralmente eu vou ficar doente, eu fico gripado então meu corpo já começa a pedir água para poder eliminar alguma coisa, aí e eu percebi que eu comecei a estar com muita sede, eu percebi eu já tava muito cansado, comecei a ter muita febre assim do nada, então para mim ali eu já tava notando as diferenças no meu corpo né, e até quando o médico, eu já sabia que eu tava com o vírus, eu falei “ah é covid” e é diferente das gripes que eu já tenho, então assim eu já falei ah é covid e de fato eu tava com covid, eu acho que o que mais me deixou zuado nessa fase foi a febre, eu tive febres muito alta e a voz né, que foi sumindo aos poucos e até mais coisas que a dor no corpo eu já tava meio que afastado, então eu já tava lidando bem com as dores no corpo essas coisas, mas eu acho que a febre e a voz me impactou muito, isso me gerou um medo, porque todo mundo fala que o covid às vezes deixa sequelas né, e eu falei será que isso vai ser uma sequela, será que eu vou perder a voz, será que eu vou ter que fazer um tratamento mais intensivo, mas aí conversando com os médicos a gente foi chegando a uma conclusão, então assim o covid acabou me estressando muito no quesito da voz, não poder se comunicar dentro de casa era muito difícil, era meio que sussurrando, então isso acaba mexendo com emocional, me deixava muito estressado, mas no quesito de como eu descobri os sintomas mesmo, eu estava já sentindo o meu corpo doendo, já era a febre já 38 toda hora, então já era muito*

estranho aí a voz começou a desaparecer, aí falei ah acho que não pode ser uma gripe, somente uma gripe. A comunicação da minha empresa é muito de boa né, e eu peguei o COVID lá na empresa, então assim eu tive que ir lá para empresa para poder fazer essa troca de setor, a empresa foi me comunicar que eu tava saindo do time de desenvolvimento, então eu tinha duas opções ou iria embora da empresa ou escolher voltar para o time de implantação, então eu tive que ser um pouco racional ali e eu falei, não, eu vou, eu vou escolher o time de implantação, porque eu além de saber mais do trabalho e eu não sabia como que seria o mercado de trabalho se eu saísse da empresa, faz seis anos que eu não participo de nenhum tipo de seleção ou de algum tipo de entrevista, faz seis anos que eu tô trabalhando lá então, até eu me adaptar a esse novo e de ter que buscar e ter que correr atrás é melhor eu ser mais inteligente aqui, ter inteligência emocional, ela precisa ser maior do que a minha ansiedade aí eu trabalhei lá na empresa, voltei para casa e no dia seguinte mesmo eu já tava zoadado, então foi muito rápido sabe, na empresa tava tendo um feirão e a maioria do pessoal que foi para o feirão pegou o covid, Então para mim ali já tinha uma resposta nítida, eu falei “covid” e como todo mundo da empresa estava pegando o covid, diretores estavam pegando o covid, então a empresa lidou muito bem, e falou “Henrique tudo bem agora é se cuidar”, porque foi uma epidemia lá dentro da empresa mesmo, muita gente pegando o covid e muita gente gripada, então não tinha muito para onde a empresa correr, então foi mais isso foi bem de boa dinâmica da minha empresa. O covid passou em uma semana, mas os sintomas dela continuaram eu levei um mês sem conseguir falar, eu voltei para o médico várias vezes, tomei vários remédios e a médica falou “olha Henrique a inflamação que você teve foi uma inflamação respiratória e ela é mais chata para curar” então eu tive que esperar, eu tive que tomar muito remédio para diminuir, para retardar um pouco o período inflamatório, retardar não, para acelerar um pouco a cura, então eu tomei alguns remédios basicamente mais vitamina C para ajudar no fortalecimento do sistema imunológico, mas foi um mês que eu tive que lidar com a falta de voz, desesperado né, eu falei “meu Deus eu preciso da voz, eu não consigo falar”, mas eu agradeço a Deus que meu chefe me recebeu muito bem, meu novo chefe, ele já sabia que eu tava zuado e mesmo assim com a voz zuada eu participava da reuniões e o mesmo com um problema ali eu tava bem ativo nas atividades da empresa. Então foi uma fase meio difícil de lidar, mas deu tudo certo eu ia digitando, era tanto que antes mesmo de ter a reunião o meu chefe já mandava “o Henrique não vai poder falar é só digitar

*mesmo” Agora minha voz já voltou 90%, né, é que como eu sempre participei do grupo de música da igreja tive uma aptidão com cantar, eu não sou expert, mas eu tenho entendimento ali, e aí alguns tons eu ainda não consigo atingir. Eu percebo que a voz ainda está pegando, mas tem que ser como a médica disse, é algo que leva tempo né, o básico é o que a gente está conversando hoje e para mim isso já é o suficiente, e não ter que tá bebendo muita água, porque tá coçando ou porque eu tô começando a tossir muito por causa da garganta, ficar irritada, então de certa forma está bem melhor do que algumas semanas atrás.*

Após o período pandêmico, Henrique manifesta a personagem *Henrique: Calado pela COVID-19*. O narrador relata sua experiência, e o quanto tal situação impactou em sua identidade. Primeiramente, Henrique cita sobre sua preocupação com a possibilidade de não conseguir se comunicar com seus clientes devido à perda de sua voz, fato este que afetou sua confiança para desempenhar suas funções no trabalho, tal fato demonstra a relevância da comunicação em seu papel profissional, ou seja, neste momento, uma de suas principais preocupações se deu devido ao medo de perder seu emprego, o que demonstra acerca da legitimação da dominação capitalista em sua vida, de modo que o narrador continuou trabalhando, mesmo sem voz, para não correr o risco de perder seu cargo.

Outro fator se dá a respeito da transição dos setores na empresa, o que resultou também em incertezas e medo sobre sua continuidade em seu local de trabalho, de maneira a ter como consequência adaptação às novas realidades. Henrique também comenta sobre suas preocupações com possíveis sequelas da COVID-19, principalmente no que concerne à sua voz, cuja ansiedade é compreensível, principalmente em relação à sua voz, bem como destaca-se acerca do suporte emocional e acolhimento profissional recebido, o que pode ser um fator essencial na recuperação e adaptação ao retorno ao trabalho após ser diagnosticado.

O narrador declara também que aprendeu a reconhecer os sinais de seu corpo, especialmente após enfrentar um diagnóstico de câncer anteriormente, e tal conhecimento o levou a adotar estratégias de autocuidado, como a busca por hidratação adequada e o reconhecimento precoce dos sintomas, na hipótese de sentir algo diferente de seu normal.

*Esse semestre eu finalizei a faculdade, acho que só para finalizar o contexto da história, eu finalizei a faculdade, já fiz as minhas horas complementares, como é uma faculdade online é diferente eles vão fazer a colação, só vão passar um vídeo*

para a gente assistir aí a gente vai dar um aceite e é isso, e eles vão gerar o certificado agora de conclusão. Então é isso, eu acho que é só colocar esse ponto né, graças a Deus eu consegui finalizar e agora eu tô partindo para outros objetivos. Meu foco agora é aprender um pouco mais de inglês, eu venho recebendo muitas propostas da minha área de consultor de implantação para trabalhar pra fora morando no Brasil. Só esse ano foi a quinta proposta que eu recebi e eu acho que eu tô perdendo dinheiro, sendo bem sincero, eu tenho alguns amigos que trabalham para fora, eles trabalham aqui do Brasil para empresa de fora. Eles falam “Henrique eu ganho muito bem com a conversão do real do dólar”, eles acabam ganhando uns nove mil, quinze mil, então eu falei “eu acho que eu tô perdendo dinheiro” e aí eu vou estudar aproveitar que a faculdade acabou, aproveitar que agora não tem tanta coisa para fazer, então eu vou focar no inglês e ver se eu consigo arrumar um emprego para trabalhar numa empresa estrangeira. No momento eu estou muito focado eu acabei pegando muitas coisas né, eu queria estudar um pouco pra criação da identidade visual da marca de clientes né. Essa questão e mais design de imagens, eu tenho uma facilidade na criação de logos, então eu queria muito trabalhar com isso né, mas como eu venho falando né, foram cinco propostas para trabalhar para empresas estrangeiras, uma foi até para trabalhar também com inglês e a outra foi para trabalhar em Santiago, e aí eu vi que eu tava perdendo dinheiro né, sem idioma. Eu tenho até um amigo que ele trabalha para uma empresa para Londres e ele falou que “eu não tenho faculdade nem nada, eu só tenho inglês e eles precisam de profissionais, e você já tem uma profissão né e fica até mais fácil para você conseguir um emprego aqui fora” então meu foco agora é esse, é me especializar, eu e o Gabriel estamos muito focados na questão da nossa casa, e pro futuro o nosso foco é esse apartamento ser de empreendimento, nós queremos de fato comprar uma casa e sair um pouco daqui de São Paulo, dessa loucura que a gente vive, pra um lugar tipo Mogi, um pouco distante, não que vai sair de São Paulo, só que mais um pouco distante de São Paulo, indo para Mogi, Suzano, lugares mais tranquilos, estamos focados também investimento, algo que o Gabriel estudou eu venho aprendendo com ele. Então a gente está investindo com bastante até para que nossa velhice seja mais tranquila sabe, a gente sabe que a aposentadoria do Brasil não é aquela coisa magnífica, sabe? Então a gente tem que se preparar hoje para que no futuro a gente tenha uma velhice mais de boa né, podendo viajar, podendo fazer as coisas, não se preocupando muito com o valor da aposentadoria né, então acho que é mais isso mesmo. Acho que o foco de futuro agora é conseguir mais dinheiro

*né, para investimento para estruturar minha vida mais para frente, né, pra que daqui uns dez anos eu esteja com a minha casa, meu apartamento alugado, trabalhando com uma empresa estrangeira né, é o meu foco agora, e se rolar também de mudar de país é algo que eu também estou bem disposto a fazer, mas acho que é mais isso meu foco de vida agora. Os problemas que eu tinha antigamente eles já foram resolvidos, né, sobre a minha orientação sexual, sobre problemas que minha família tinha, hoje eu acabei cortando e agora não vivo esse problema, claro que eu tenho os meus problemas, mas são coisas diferentes do que eles vivem, são coisas que dá para conversar, são coisas que dá pra resolver sem aquelas brigas que não tem fim, então é mais isso, eu tô estruturando a minha vida hoje para ter um futuro, uma velhice boa.*

A identidade de Henrique se transforma novamente, neste momento manifesta-se a personagem *Henrique: Aquele que planeja o futuro*. Henrique compartilha seu desejo de focar e aprimorar suas habilidades no idioma inglês para aproveitar oportunidades de trabalho em empresas estrangeiras, e expressa sua disposição em mudar de país, caso seja necessário, para buscar oportunidades de trabalho ou viver uma vida mais tranquila, cuja disposição demonstra sua abertura para experiências e mudanças significativas em busca de uma vida mais satisfatória o narrador comenta também sobre outros projetos de futuro, como investir em sua casa, de modo a buscar estabilidade financeira e um futuro mais tranquilo para sua velhice com Gabriel, tal relação parece ser de apoio mútuo e cooperação na construção de seu futuro desejado.

A importância de informar as famílias para rompermos esse ciclo de violência, gerarmos compreensão de que é normal ser LGBTQ+, promovendo acolhimento dentro da própria casa pode fazer toda a diferença. Crescer em uma família que o apoie e que converse abertamente sobre sua orientação sexual quebra tabus e, quando esse adolescente chegar em um mercado de trabalho, ou em qualquer desafio da vida, terá a segurança emocional de saber que conta com esse suporte familiar (Âmbar, 2021, p. 118).

Deste modo, pode-se dizer que Henrique passa a estruturar sua vida de maneira diferente, seguindo seus desejos, assim como narra sobre a superação de problemas anteriores, mencionando como exemplo a respeito de sua orientação sexual e questões familiares, o que identifica o seu processo de metamorfose.

*Eu lembrei que eu falei sobre que eu tinha sido promovido para desenvolvedor que eu estava feliz, porque eu ia estudar mais sobre essa área, inclusive eu tava fazendo uma faculdade sobre isso e hoje, depois de alguns meses, depois de eu ter*

*entrado para desenvolvimento eu percebi que não é algo que eu me apaixono, algo que eu gosto de fazer, né, tanto que quando eu te respondi o que eu penso do meu futuro eu não relacionei a nada de desenvolvimento né, eu disse que de fato eu quero estudar inglês, eu tava pesquisando ontem mesmo alguns cursos, hoje tava vendo de manhã uns, mas não é algo que eu quero seguir mais entendeu, então eu acho que o Henrique do ano passado, é um Henrique que queria muito essa área de desenvolvimento, eu entrei na área e percebi que não, que não é algo que de fato me apaixono igual ao Gabriel é apaixonado por desenvolvimento né, eu gosto muito da área que eu estou, que eu trabalho mais há seis anos, que é consultor de implantação, e o inglês, ele só vai ser um complemento mesmo, então se der pra incluir, isso responde as mudanças que eu tive ano passado pra este, referente ao plano que eu tinha de migrar para desenvolvimento de fato eu migrei e trabalhando como desenvolvedor percebi que não é algo que eu me apaixone. Eu ter saído da área foi um momento bom para que eu tivesse novos horizontes entendeu, e aí apareceu essas vagas que eu falei né, estrangeiras, e me deu um novo horizonte né, ao invés de eu ficar insistindo em algo que eu não tava feliz, eu tô insistindo agora em aprender inglês, porque eu gosto muito de ser um consultor de implantação.*

Diante deste relato, e demonstrando sua constante metamorfose, Henrique passa por um processo de reflexão e almeja outros horizontes.

*Ouvir a minha narrativa, é meio que me emergir nas histórias que eu já vivi, é meio que você ler um livro, só que diferente de imaginar, porque eu trouxe lembranças, é um livro de lembranças, basicamente tudo que eu falei, às vezes a forma como eu falei, muitas coisas ficaram muito repetidas, mas basicamente eu voltei a minha infância, voltei a histórias que hoje, se eu pudesse aconselhar alguém, eu falaria para fazer diferente do que eu já vivi, mas quando você tava lendo em algumas horas eu parava para pensar e eu falei “nossa eu tô lendo um livro” e a imaginação que a gente tem, eu só tava tendo lembranças. As coisas que mais me marcaram foram brigas, a forma como eu falo só de brigas questão de ser algo traumático e tal não traz a tristeza e a angústia da época sabe são palavras que colocam você para baixo são pensamentos, que a minha família tem, que faz você duvidar sobre si, sobre a sua capacidade, então isso me marcou muito né, eu saí da casa da minha mãe e foi esse corte que eu precisava para largar essa dor, que foi viver na casa da minha mãe. Tanto que, por exemplo, no Dia das Mães ela queria que eu fosse lá e tudo, e eu não tava me sentindo confortável de visitar minha mãe, eu dei parabéns para ela, mandei*

*mensagem, mas eu não queria ir e depois eu fui entendendo que lá na casa da minha vó ela me remete a esses momentos que eu não quero mais viver, eu sei que eu preciso visitar a minha mãe e a minha avó, mas quando eu piso lá eu entro naquele ambiente que não é um ambiente agradável hoje para mim, sabe? Então é isso o que me marcou foi a minha vivência ali dentro, quando você lê as coisas que eu falei eu lembro das brigas, eu lembro das palavras, eu lembro das ofensas, o quanto doeu, o quanto eu ia dormir chorando e tentava não fazer barulho, porque eu não queria que as pessoas notassem e mesmo que elas notassem elas não iriam ter forma de conversar, não saberiam conversar sobre as nossas dores, e isso faz algo ficar pior, a situação, sentimento. Então eu acho que o ponto que eu não gosto que marcar a minha vida são brigas. Eu não gosto de lembrar dessas situações e é bom lembrar que não gostar de me lembrar não significa que não lembre ou que eu não acho necessário lembrar, mas eu só não gosto, mas eu acho necessário, porque tem situações que se você levar um tapa é melhor do que uma palavra, porque palavras elas ficam ali na cabeça, levam pra uma vida inteira. Então são coisas que até hoje eu não gosto de ir na casa da minha mãe, porque eu fico lembrando de brigas e no dia que teve o dia das mães eu não quis ir e nesse dia teve briga lá também, depois eu fiquei sabendo, então eu segui o meu instinto né, eu não queria ir e foi até bom eu não ter ido, porque teve briga, eu sei que eu tenho que ir lá, eu sei que tenho que entender que são eles que estão vivendo isso, não sou eu mais, mas tem aquele gatilho chato, né, de não querer passar por aquilo de novo.*

Por meio destas reflexões é possível identificar alguns aspectos importantes relacionados à construção da identidade e ao impacto das experiências passadas na vida de Henrique, repleta de conflitos, de dores e emoções que proporcionaram muitas metamorfoses. O narrador relata que ouvir sua própria narrativa é como se emergisse novamente nas histórias que viveu, trata-se de uma revisitação de sua história de vida com novas percepções, ou seja, Henrique entrou em contato com as experiências que o transformou durante todos seus anos de vida. Neste momento, ele ressalta sobre os conflitos em seu ambiente familiar e suas marcas significativas em sua vida, de modo a destacar também acerca da importância em lembrá-las, na continuidade de ser sujeito de sua história.

Portanto, pode-se dizer que Henrique, por meio de sua narrativa, atribui o sentido de diversas experiências de sua vida que impactaram de forma a ocorrer a

constituição de sua identidade. Nesta narrativa seu processo de constante transformação foi influenciado por diversos fatores sociais, culturais e históricos.

Deve-se compreender também como as opressões estão conectadas e como as ideologias podem ser manipuladas para sustentar a dominação de classe dentro do contexto do modo de produção escravista e capitalista, conforme explanado abaixo:

[...] tal problemática acompanha o entrelaçamento realizado por Angela Davis (2016) entre os componentes econômicos, político e ideológico do modo de produção escravista e capitalista, que nos permite enxergar como as diversas opressões se combinam e se entrecruzam na sustentação de projetos de dominação de classe. Ao mostrar como as ideologias são marcadas pelas hierarquias e clivagens que constituem a sociedade de classes, Davis (2016) discute como as distintas formas de opressão (como raça, sexualidade, gênero etc.) são resignificadas de maneira a legitimar a dominação de classe tipicamente capitalista (Furlan, 2022, p. 17).

Vale mencionar também que a questão tratada por Sawaia (2008) a respeito do sofrimento ético-político, abordada anteriormente neste trabalho, se concentra na compreensão do sofrimento humano, especialmente nas relações sociais, sob uma perspectiva crítica que leva em consideração questões de poder, marginalização e injustiça, bem como na vivência cotidiana das questões sociais dominantes desta época. E quando tal categoria de inclusão/exclusão é aplicada a Henrique, é possível observar acerca de questões como o enfrentamento de marginalizações, as opressões, as violências sofridas, as estruturas sociais, e sua luta por reconhecimento, potência e felicidade.

Deve-se ser evidenciado a respeito da importância de se questionar, de maneira crítica acerca das concepções identitárias fixas e imutáveis, que podem ser uma estratégia de poder, ou seja, uma forma de perpetuar desigualdades e hierarquias sociais, e tais elementos podem reforçar estereótipos, preconceitos e discriminações, prejudicando a liberdade individual e coletiva para a construção de identidades mais autênticas e plurais, e tal rompimento com tais concepções, se torna imprescindível, conforme descrito abaixo, para que seja possível a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e respeitosa.

Portanto, romper com concepções identitárias fixas e imutáveis, que servem apenas aos interesses ideológicos das classes dominantes ao defender que

as coisas são como são e contra as quais não há nada a ser feito, mostra-se imprescindível (Portuguese; Miranda, 2021, p. 201).

É possível também observar as possibilidades de fragmentos emancipatórios nos quais Henrique narrou acerca da superação de limitações e das condições objetivas existentes em determinadas épocas de sua vida. Conforme Dantas; Ciampa (2014) ao narrar Henrique demonstra estar em movimento, que o possibilitaram “estar sendo” que se manifesta no presente e projeta o futuro. Sua narrativa gira em torno das experiências vividas nas relações familiares, bem como nos relacionamentos amorosos, nos seus problemas de saúde, seus estudos, seu trabalho e fatores interseccionais relacionadas às políticas identitárias, reconhecimento, classe social, negritude, homoafetividade e à justiça de maneira implícita, posto que a possibilidade de o narrador ser quem está sendo atualmente, existe devido às constantes lutas pelo avanço de direitos e por justiça.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho demonstra a respeito dos processos identitários em tempos de Pandemia da COVID-19, de maneira tratar acerca dos temas Negritude, Homoafetividade e Justiça, contemplando o Projeto Institucional de Pesquisa: “Impactos Psicossociais e Tecnologias Sociais em territórios vulnerabilizados no contexto dos efeitos da pandemia” da chamada CNPq e MCTI nº 25/2020. Para este autor que vos escreve, realizar e concretizar este trabalho fora um grande desafio, devido à complexidade das questões tratadas e analisadas. Neste contexto, por meio do estudo da teoria da identidade de maneira relacionada com a interseccionalidade foi possível compreender a relação das experiências dos sujeitos com as diversas formas de opressão e discriminação, de modo a ressaltar que o tema Justiça é inerente às questões tratadas neste trabalho, e a luta por direitos efetivos também deve considerar as complexas interações entre raça e orientação sexual, diante das vulnerabilizações sofridas pelas populações negras e LGBTQIAPN+, ou seja, tratar sobre a justiça brasileira é também uma oportunidade de contribuição social para a transmissão de conhecimento e conscientização dos direitos dos cidadãos, desta forma, pode-se dizer que a relação entre a negritude, homoafetividade e justiça é multifacetada e está enraizada em questões de busca por equidade, violências sofridas, lutas constantes por direitos, desta forma, elucidar sobre como se conectam foi essencial para este trabalho, o que possibilita o narrador ser quem está sendo atualmente.

A narrativa da história de vida e projeto de futuro de Henrique, um jovem negro homoafetivo universitário no período da Pandemia da COVID-19, morador da zona leste do Estado de São Paulo, possibilitou a manifestação empírica de sua identidade por meio das personagens: “Filho de peixe, peixinho não é”, “Cuidador”, “Pecador”, “Fadado a ser peixinho”, “Renovado”, “Cara forte”, “Escritor de sua história”, “Em crescimento”, “Em crescimento que cuida de si e do outro”, “Incentivador”, “Enlutado”, “Calado pela COVID-19” e “Aquele que planeja o futuro”, cujas questões são concernentes às suas relações familiares, que envolvem diversos conflitos, bem como sobre seus relacionamentos amorosos, seus problemas de saúde, seus estudos, seu trabalho, fatores interseccionais, estigmatização, preconceito, autoaceitação, apoio familiar e social, sua experiência de vida durante a pandemia da COVID-19, assim como questões relacionadas às políticas identitárias, identidades pressupostas,

classe social, negritude e a homoafetividade, deste modo, o estudo da Teoria da Identidade-metamorfose engloba questões sociais, econômicas e políticas.

No tocante ao período da pandemia da COVID-19, Henrique narrou sua experiência de vida de maneira a elucidar que se adaptou bem ao trabalho de forma remota, obteve um aumento de salário, bem como que iniciou um curso universitário na modalidade *on-line*, na qual descobriu ter facilidade e afinidade. Por outro lado, é possível observar a respeito dos impactos em seu relacionamento amoroso, devido às preocupações financeiras de seu namorado, e suas emoções manifestadas, de maneira que o narrador ressaltou a importância de uma comunicação entre ambos, para que pudessem manter o relacionamento saudável durante esse período desafiador. Enquanto em outro momento, ao narrar sobre sua experiência de ser acometido pela COVID-19, Henrique demonstrou sua preocupação em perder seu emprego, assim como ter possíveis sequelas, e tal narrativa demonstra que tal período impactou cada indivíduo de maneira única diante de seu contexto social.

Ao escrever esta dissertação tive como escopo contribuir com o avanço do conhecimento científico e com a educação a respeito das questões abordadas neste trabalho, assim como investigar acerca dos desafios e problemas sociais e suas possibilidades de resolução e superação, posto que tratar a respeito destas questões é essencial para promover uma sociedade mais justa, inclusiva e equitativa. Essas discussões podem contribuir para o avanço dos direitos civis, conscientização, enriquecimento cultural e social, o combate ao preconceito, bem como no enfrentamento à discriminação e todos os tipos de crimes e violências, assim como auxiliam na educação, no desenvolvimento de políticas públicas, no empoderamento dessas populações, de modo a se ter como consequência o favorecimento na promoção do bem-estar de todos os cidadãos brasileiros.

## REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALMEIDA, J. A. M. DE. **Identidade E Emancipação**. *Psicologia & Sociedade*, v. 29, n. 0, p. 1–7, 18 dez. 2017.
- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Feminismos Plurais, 2020.
- ALVES, C.P., et al. (orgs.) **Metamorfoses do mundo contemporâneo**. São Paulo: EDUC: PiPEq, 2021.
- ALVES, C. P. **Políticas de identidade e políticas de educação: estudo sobre identidade** TT - Políticas de identidad y de educación: estudio sobre identidad TT - Identity policies and education policies: a study about identity. *Psicol. soc. (Online)*, v. 29, p. e172186–e172186, 2017a.
- ALVES, C. P. **Narrativas de historia de vida e projeto de futuro no estudo do processo de identidade**. *Textos e Debates*, v. 1, n. 31, p. 33–41, 6 abr. 2017b.
- ALVES, C. P. Reconhecimento: um estudo sobre políticas de identidade. FURLAN, V., VEIGA, A.C. **Psicologia Social do reconhecimento**. Curitiba: CRV, 2022.
- ÂMBAR, M. *A vulnerabilidade social da pessoa LGBTQIA+ e as metamorfoses de gênero do mundo contemporâneo*. **Metamorfoses do mundo contemporâneo**. ALVES, C.P., et al. (orgs.). São Paulo: EDUC: PiPEq, 2021.
- ANDRÉ, M. DA C. **Processos de subjetivação em afro-brasileiros**: anotações para um estudo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 23, n. 2, p. 159–167, 2007.
- ANTRA. **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil**: Dossiê 2022 / Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). – Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 13 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- BARBOSA, R. **Oração aos moços**. São Paulo: Reitoria da Universidade de São Paulo, 1949. p. 25-26.
- BATISTA, V. L. **Metamorfoses Urbanas**: Condições Socioambientais à Construção De Identidades Em Áreas De Concentração Da Pobreza. *Psicologia & Sociedade*, v. 29, n. 0, p. 1–9, 2017.
- BEAUVOIR, S. DE. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949
- BENTO, M. A. S.; *Branqueamento e branquitude no Brasil*. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil: Branqueamento e branquitude no Brasil**. BENTO, M. A. S; CARONE, I.; Petrópolis,

RJ : Vozes, 2016.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. **Cidadania, um projeto em construção**: minorias, justiça e direitos. Claro Enigma, 1 ed. 2012

BRASIL, Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. **Diário Oficial da União**, Brasília, 05 jan. 1989. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7716.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7716.htm). Acesso em: 07 jan. 2023.

\_\_\_\_\_, Lei Nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 jan. 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/l14532.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14532.htm). Acesso em: 07 jan. 2023.

\_\_\_\_\_, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 jul. 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm). Acesso em: 12 jul. 2022.

\_\_\_\_\_, Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 29 ago. 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em: 21 nov. 2022.

\_\_\_\_\_, Lei Federal nº 12.852/2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. **Diário Oficial da União**, Brasília, 05 ago. 2013. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm). Acesso em: 21 nov. 2022.

\_\_\_\_\_, Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial da União**, Brasília, 01 jan. 1942. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm). Acesso em: 21 nov. 2022.

\_\_\_\_\_, Conselho Nacional de Justiça. **Discriminação e violência contra a população LGBTQIA+** : relatório da pesquisa / Conselho Nacional de Justiça; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. – Brasília: CNJ, 2022.

\_\_\_\_\_, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **COVID-19 NO BRASIL**. Disponível em: [https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19\\_html/covid-19\\_html.html](https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html). Acesso em: 29 jul. 2023.

BRIGAGÃO, J.I.M; MALINVERNI, C. **COVID-19: versões da pandemia nas mídias**. *O distanciamento social no Brasil: reflexões sobre os posicionamentos do presidente da República no enfrentamento à covid-19*. São Paulo. SPINK, M. J., et. al. (org). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2021.

BULOS, U.L. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 554-555.

BUTLER, J. **Corpos que importam os limites discursivos do “sexo”**. 1 ed. São Paulo: Crocodilo, 2019

CAPPELLETTI, M.; GARTH, B. **Acesso à Justiça**. Trad. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre, Sérgio Antônio Fabris, 1988. p. 11-12.

CARONE, I.; BENTO, M. A. S. **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil - Petrópolis, RJ : Vozes, 2016.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CÉSAR, M.C. **Entre a cruz e o arco-íris**: a complexa relação dos cristãos com a homoafetividade. Belo Horizonte : Editora Gutenberg, 2013.

CIAMPA, A. C. **Políticas de Identidade e Identidades Políticas Uma psicologia que se interroga – ensaios**, 2002.

CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a História da Severina: Um ensaio de psicologia social**. 12. ed. São Paulo: BRASILIENSE, 1987.

CIAMPA, A. C. **Identidade**. LANE, S.T.M. Psicologia Social: O homem em movimento. 8 ed. São Paulo, Brasiliense, 1984.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 175, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011/0>. Acesso em: 22 junho. 2023.

DANTAS, S. S.; CIAMPA, A. DA C. Projeto de vida e identidade política: um caminho para a emancipação. **Revista de Psicologia**, v. 5, n. 2, p. 138–152, 2014.

DAVID, E. DE C. **A saúde mental da população negra importa! Por que ainda precisamos afirmar? – Artigo de Emiliano de Camargo David**. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/gtracismoesaude/2020/10/20/a-saude-mental-da-populacao-negra-importa-por-que-ainda-precisamos-afirmar-artigo-de-emiliano-de-camargo-david/>.

DIAS, M. B. **Manual de Direito das Famílias**. 14 ed. ver. Ampl. e atual. Salvador: Editora JusPodivm, 2021.

DINIZ, M.H. **Compêndio de introdução à ciência do direito**. 20 ed. rev. e atual. São Paulo, Saraiva, 2009.

FANON, F. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Nova Tradu ed. - Salvador: EDUFBA, 2008

FERREIRA, R. F. O brasileiro, o racismo silencioso e a emancipação do afro-descendente. **Psicologia & Sociedade**, v. 14, n. 1, p. 69–86, 2002.

FILHO, J.A.S; SANTOS B.O. O sintagma identidade-metamorfose-emancipação e sua relação com o construto mundo da vida. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, e170491, 2016.

FURLAN, V. **(Bio)políticas, Reconhecimento e Identidade**. Curitiba: CRV, 2020.

FURLAN, V., VEIGA, A.C. **Psicologia Social do reconhecimento**. Curitiba: CRV, 2022.

G1 São Paulo. **Brasil tem alta de mais de 50% nos registros de racismo e homofobia em 2022, mostra Anuário de Segurança Pública**. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/07/20/brasil-tem-alta-de-mais-de-50percent-nos-registros-de-racismo-e-homofobia-em-2022-mostra-anuario-de-seguranc-a-publica.ghtml>. Acesso em 23 jul. 2023.

GONÇALVES, M. G. M. *et al*; **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

GONZALES, L. **Primavera para as rosas negras**, Diáspora Africana, 2018.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo: Sobre a crítica da razão funcionalista**. Vol. 2. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais**. tradução de Luiz Repa. - São Paulo: Ed. 34, 2003.

HOOKS, B. **Ensinando A Transgredir: A educação como prática da liberdade**. [s.l.] WMF MARTINS FONTES, 2017.

JESUS, V. M. **Do silêncio ao Estatuto da igualdade racial: os caminhos da igualdade no direito brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Direito), Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-12022014-112336/publico/Vinicius\\_Mota\\_de\\_Jesus\\_Versao\\_corrigida.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-12022014-112336/publico/Vinicius_Mota_de_Jesus_Versao_corrigida.pdf). Acesso em: 26 jun. 2023. p. 86.

KILOMBA, G.; OLIVEIRA, J. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LANE, S.T.M. **Psicologia Social O homem em movimento**. 8 ed. São Paulo, Brasiliense, 1984.

LIMA, A. F. DE; CIAMPA, A. DA C. Sem Pedras O Arco Não Existe: O Lugar Da Narrativa No Estudo Crítico Da Identidade. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, n. 0, p. 1–10, 2017.

LIMA, A. F. DE; JUNIOR, N. L. **Metodologias de Pesquisa em Psicologia Social Crítica**, 2014.

MAIA, K. S.; ZAMORA, M. H. N. O Brasil e a lógica racial: do branqueamento à produção de subjetividade do racismo. **Psicologia Clínica**, v. 30, p. 265–286, 2018.

MANOEL, J.; FAZZIO, G. L. **Revolução Africana: Uma Antologia do Pensamento Marxista**. 3. ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 EDIÇÕES, 2018.

MINAYO, M. C. DE S. Análise qualitativa: Teoria, passos e fidedignidade. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3, p. 621–626, 2012.

\_\_\_\_\_, Sampling and saturation in qualitative research: consensuses and controversies. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 5, n. 7, p. 1–12, 2017.

\_\_\_\_\_,; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. In: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. [s.l.: s.n.]. p. 95-p.

MIRANDA, S. F. Políticas De Identidade no Contexto Da Discussão Racial: a Academia Negra No Brasil. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, n. 0, p. 1–11, 2017.

MOREIRA, A. J. **O que é discriminação?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

MOREIRA, A. **Racismo recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

MUNANGA, K. **Negritude: usos e sentidos**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

NUNES, A. V. DE L.; CAMINO, L. Atitude político-ideológica e inserção social: Fatores psicossociais do preconceito racial? **Psicologia e Sociedade**, v. 23, n. 1, p. 135–143, 2011.

OLIVEIRA, B. **A dialética do singular-particular-universal**. p. 1–21, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Assembleia Geral das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: Organização das Nações Unidas, 1948. Disponível em: <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/> Acesso em: 12 jul. 2022.

PECHIN, L. **Negros morrem mais pela covid-19**. Disponível em: <<https://www.medicina.ufmg.br/negros-morrem-mais-pela-covid-19/>>.

PEDROSO, P. R.; GISI, M. L. **A pandemia – Covid 19 e os impactos na juventude: educação e trabalho**. Práxis, v. 12, n. 1, p. 185–194, 2020.

PELLAUER, David. Ações narradas como fundamento da identidade narrativa. In: NASCIMENTO, Fernando; SALLES, Walter (orgs.). **Paul Ricoeur: Ética, Identidade e Reconhecimento**. São Paulo: Loyola, 2013

PICHETH, S. F.; CASSANDRE, M. P.; THIOLLENT, M. J. M. Analisando a pesquisa-ação à luz dos princípios intervencionistas: um olhar comparativo. **Educação**, v. 39, n. 4, p. 3, 31 dez. 2016.

Portugueseis, D; Miranda, S.C. **Identidade, metamorfose e emancipação diante da COVID-19. Pandemia ou Pandemônio**. ALVES, C.P., et al. (orgs.). 1 ed. São Paulo: Editora Amavisse, 2021.

RAMOS, C.; CARVALHO, J. E. C. DE. Espaço e subjetividade: formação e intervenção em psicologia comunitária. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 2, p. 174–180, 2008.

REIS, T. (org.) (2018). **Manual de Comunicação LGBTI+**. 2 ed. Curitiba, Aliança Nacional LGBTI; GayLatino.

RIBEIRO, D. **O que é: lugar de fala?**. Belo Horizonte(MG): Letramento: Justificando, 2017

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**. Tomo I. Campinas, SP: Papyrus, 1994

SANTOS, C.R.S., SANTOS, J.P.R; **Identidade, metamorfose e emancipação diante da COVID-19. Pandemia ou Pandemônio**. ALVES, C.P., et al. (orgs.). 1 ed. São Paulo: Editora Amavisse, 2021.

SOUSA, N.S. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SAWAIA, B.B. **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 8 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_, **Psicologia e desigualdade social**: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 364–372, 2009.

\_\_\_\_\_, Transformação social: um objeto pertinente à psicologia social? TT - Social transformation: an object appropriate to social psychology? Transformación social: ¿un objeto relevante para la psicología social? **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. spe2, p. 4–17, 2014.

\_\_\_\_\_, MAHEIRIE, K. A psicologia sócio-histórica: um referencial de análise e superação da desigualdade social. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. spe2, p. 1–3, 2014.

SCHUCMAN, L. V.; DA SILVEIRA NUNES, S.; COSTA, E. S. A psicologia da

universidade de São Paulo e as relações raciais: Perspectivas emergentes. **Psicologia USP**, v. 28, n. 1, p. 144–158, 2017.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: Branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. São Paulo: Veneta, 1ª ed. 2020.

SILVA, D.R.; **Identidade, metamorfose e emancipação diante da COVID-19. Identidades profissionais em tempos de pandemia**-Daniel Ribeiro da Silva. ALVES, C.P., et al. (orgs.). 1 ed. São Paulo: Editora Amavisse, 2021.

SILVA, L.G.G. *Psicologia Social e metamorfoses da política no mundo contemporâneo. Metamorfoses do mundo contemporâneo*. ALVES, C.P., et al. (orgs.). São Paulo: EDUC: PIPEq, 2021.

SIMÕES, J.A. **Cidadania, um projeto em construção**: minorias, justiça e direitos. *Homossexualidade e movimento LGBT: estigma, diversidade, cidadania*. BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (orgs). Claro Enigma, 1 ed. 2011.

SOUSA, N. S. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

THIOLLENT, M. J. M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 2. ed. São Paulo: CORTEZ EDITORA, 1986.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 3, p. 443–466, 2005.

VÁSQUEZ, A.S. **Ética**. São Paulo: Civilização Brasileira, 9 ed. 1986

VEIGA, A. C.; ALVES, C. P. O relato de história de vida à luz do pensamento de Walter Benjamin: contribuições aos estudos de identidade. **Psicologia USP**, v. 31, n. 1994, p. 1–11, 2020.

VEIGA, L. M. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. Fractal: **Revista de Psicologia**, v. 31, p. 244, 2019.

ZAMORA, M. H. R. N. Desigualdade racial, racismo e seus efeitos. Fractal : **Revista de Psicologia**, v. 24, n. 3, p. 563–578, 2012.

## APÊNDICE

## **FORMULÁRIO DE CONSENTIMENTO ÉTICO**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa intitulada “Processos identitários em tempos de Pandemia da COVID-19: Negritude, Homoafetividade e Justiça”, desenvolvida por Bruno Yoshio Hara.

O objetivo desta pesquisa é compreender o processo de formação da identidade metamorfose de jovens estudantes negros homoafetivos de territórios vulnerabilizados. Se concordar em participar desta pesquisa, você será solicitado(a) a contar sua história de vida e trazer seu relato sobre a pandemia de covid-19, os quais serão gravados e posteriormente transcritos.

Esta pesquisa apresenta riscos mínimos, a saber, fadiga devido à fala e emoção dada a história de vida – quanto a qual poderá contatar o pesquisador a qualquer momento. A sua participação apresenta os benefícios de ensejar uma reflexão sobre a própria história e a identidade-metamorfose, além de proporcionar contribuições aos estudos nos campos da Psicologia Social.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais, visando assegurar o sigilo de sua participação. Você não será identificado quando o material de seu registro for utilizado na dissertação.

Sua participação não é obrigatória e não implicará em despesas para você além da eletricidade do aparelho, caso seja realizada online. A qualquer momento você pode desistir de participar da pesquisa ou retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência não trará prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

O presente projeto de pesquisa foi analisado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUC/SP (CEP-PUC/SP Monte Alegre). O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão autônomo que tem como papel primordial realizar a avaliação e apreciação ética dos projetos de pesquisa que envolvam seres humanos, com a finalidade de proteger os direitos da pessoa humana, orientando o pesquisador na realização estudos e pesquisas observando sempre o bem-estar e a integridade física, moral e psíquica das pessoas envolvidas. Seguem seu endereço e seus dados para contato:

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
Rua Ministro Godói, 969 - sala 63C  
CEP 05015-001 - Perdizes - São Paulo – SP

Fone/fax: (55 11) 3670-8466

e-mail: [cometica@pucsp.br](mailto:cometica@pucsp.br)

site: <http://www.pucsp.br/cometica>

Horário de atendimento do CEP ao Público: Das 11h00 às 13h00 de 2ª a 4ª feira e das 15h30 às 17h00 de 5ª e 6ª feira

Já estes são os dados e endereços de contato do programa e núcleo de pesquisa:

Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Tel. (11) 3670-8520

E-mail: [pssocial@pucsp.br](mailto:pssocial@pucsp.br)

O endereço eletrônico do pesquisador Bruno Yoshio Hara é:

e-mail: [bruno\\_hara@uol.com.br](mailto:bruno_hara@uol.com.br)

---

Sujeito da pesquisa

---

Bruno Yoshio Hara - Pesquisador responsável